



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**Instituto de Letras – IL**

**Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução – LET**

**Curso de Letras/Tradução Espanhol**

**A REVISÃO ALIADA AO DESENVOLVIMENTO  
PROFISSIONAL DO TRADUTOR: UM ESTUDO DE CASO**

**Guilherme Antonio Soares Queiroz**

**Brasília/DF – 2014**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Instituto de Letras – IL**  
**Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução – LET**  
**Curso de Letras/Tradução Espanhol**

**A REVISÃO ALIADA AO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO TRADUTOR:  
UM ESTUDO DE CASO**

Guilherme Antonio Soares Queiroz

Projeto Final do Curso de Tradução, apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Letras/Tradução Espanhol pela Universidade de Brasília (UnB).

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. M.Sc. Sandra María Pérez López

Brasília/DF – 2014

## Folha de aprovação

A Revisão aliada ao desenvolvimento profissional do tradutor: um estudo de caso

Projeto Final do Curso de Tradução, apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Letras/Tradução Espanhol pela Universidade de Brasília (UnB).

Área de Concentração: Versão de Textos Técnicos.

---

Guilherme Antonio Soares Queiroz

Projeto Final aprovado em: 02 de julho de 2014.

---

Prof<sup>a</sup>. M.Sc. Sandra María Pérez López  
(Orientadora – LET/UnB)

Banca Examinadora: \_\_\_\_\_  
Prof. M.Sc. Jean-Claude Lucien Miroir  
(Membro Externo – LET/UnB)

Banca Examinadora: \_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucie Josephe de Lannoy  
(Membro Interno – LET/UnB)

*Um político divide os seres humanos em duas classes: instrumentos e inimigos*

**Friedrich Nietzsche**

## RESUMO

O presente Projeto Final busca verificar o modo como a revisão auxilia o desenvolvimento profissional do tradutor, com base em estudo de caso de um período de estágio em tradução realizado no âmbito da Página Internacional da Agência Senado de notícias. Busca-se mostrar, à luz da sociologia das profissões, segundo as contribuições de Monzó i Nebot (2006), como o tradutor é visto em um ambiente de trabalho, além da tentativa de avaliar o tradutor enquanto profissional especializado. Após traçar os perfis dos envolvidos com a tradução no ambiente de trabalho estudado, explicita-se o processo de escolha dos textos a serem traduzidos, bem como o processo de tradução e de revisão, com o auxílio de perspectivas teóricas sobre tradução e revisão de pesquisadores como André Lefevere, Lawrence Venuti e Silvia Parra Galiano. Por fim, são analisadas as intervenções de revisores feitas nas traduções que compõem o corpus analisado para procurar observar de que maneira as ocorrências de revisão e as relações laborais dentro dessa instituição influenciam na formação do tradutor como profissional de sua área.

**Palavras-chave:** Estudos da Tradução, revisão de tradução, desenvolvimento profissional, contexto profissional.

## RESUMEN

El presente Proyecto Final tiene como objetivo verificar cómo ayuda la revisión al desarrollo profesional del traductor, basado en un estudio de caso de un período de prácticas en traducción realizado en el ámbito de la Página Internacional de la Agencia Senado de noticias. Este monográfico intenta mostrar, desde el punto de vista de la sociología de las profesiones, según los estudios de Monzó i Nebot (2006), de qué modo se ve el traductor en un ambiente laboral, además de evaluar al traductor como profesional especializado. Tras trazar los perfiles de los involucrados con la traducción en dicho ambiente, se explicita el proceso de selección de los textos traducidos, así como el proceso de traducción y de revisión, con la ayuda de perspectivas teóricas, sobre traducción y revisión, de investigadores como André Lefevere, Lawrence Venuti y Silvia Parra Galiano. Finalmente, se analizan las intervenciones que hicieron los revisores en las traducciones estudiadas, en un intento de observar cómo influyen las revisiones y las relaciones de trabajo dentro de esa institución en la formación del traductor como profesional de su área.

**Palabras clave:** Estudios de la Traducción, revisión de traducción, desarrollo profesional, contexto profesional.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. DA TRADUÇÃO E SEU CONTEXTO DE PRODUÇÃO .....	5
2.1. Uma definição contextualizada da tradução como profissão.....	6
2.1.1. O profissional .....	7
2.1.2. O mecenato.....	9
2.2. Do ambiente de trabalho e os envolvidos com a tradução.....	10
2.2.1. Relações de poder e ambiente de trabalho .....	11
2.2.2. Perfil da equipe de tradução da Página Internacional .....	12
3. DA ESCOLHA DOS TEXTOS E DOS PROCESSOS DE TRADUÇÃO E REVISÃO NA PÁGINA INTERNACIONAL .....	17
3.1. A escolha dos textos .....	17
3.2. O processo tradutório na Página Internacional .....	19
3.3. O processo de revisão .....	22
4. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE ORIGINAIS, PRIMEIRAS VERSÕES E VERSÕES PUBLICADAS .....	28
4.1. Análise das revisões em primeira instância .....	29
4.1.1. Revisão de linguagem especializada em primeira instância .....	30
4.1.2. Revisão de norma e uso da língua de chegada em primeira instância .....	32
4.1.3. Revisão de adaptação ao destinatário em primeira instância .....	36
4.2. Análise das revisões em segunda instância.....	38
4.3. O aprimoramento no processo de revisão da Página Internacional .....	42
5. A MODO DE RELATÓRIO DE DIFICULDADES DE TRADUÇÃO .....	44
6. TEXTOS DE CHEGADA .....	49
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	83
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	86
9. TEXTOS ORIGINAIS .....	88
ANEXO I.....	123
ANEXO II .....	124
ANEXO III .....	125
ANEXO IV .....	126
ANEXO V – TABELA DE OCORRÊNCIAS .....	127

## 1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre tradução evoluem ao preocupar-se com os vários aspectos que a tradução – não só enquanto produto, mas também enquanto campo de conhecimento – suscita. Um exemplo é a evidente necessidade de discussão e reflexão sobre os responsáveis pela tradução, como o tradutor, seu iniciador e, eventualmente, o revisor; além, obviamente, da preocupação com o próprio produto, que são os textos traduzidos. Propõe-se aqui, pois, analisar esses aspectos dentro de um contexto laboral concreto.

As traduções a serem apresentadas nesta monografia consistem em versões à língua espanhola – publicadas na Página Internacional do Senado<sup>1</sup> – de textos jornalísticos sobre a rotina legislativa do Senado Federal do Brasil (e eventualmente do Congresso Nacional e do Parlamento do Mercosul) produzidos pela Agência Senado<sup>2</sup>, todas disponíveis via internet. São elas produto de estágio que realizei nessa agência de notícias, tendo acumulado mais de 430 matérias versadas ao espanhol. Pode-se afirmar que, apesar de jornalísticos, são textos de caráter técnico na medida em que trazem constantemente termos e conceitos legislativos, além de outros termos que surgem de acordo com o assunto da matéria, passando pelas áreas de economia, direito, educação, segurança nacional e relações internacionais, entre outras.

Vale ainda ressaltar que não serão apresentadas todas as versões produzidas por mim para a Agência Senado, mas sim 27 delas feitas em 2012, primeiro ano do estágio e período no qual me adaptei às práticas e às revisões da Página Internacional, bem como se padronizaram determinadas terminologias recorrentes ao longo dos dois anos de duração da minha experiência nesse contexto.

Os textos originais (ou de partida) eram pontualmente escolhidos pelo editor, uma vez que a Página Internacional é elaborada para atender ao público estrangeiro, em geral funcionários de embaixadas estrangeiras no Brasil, funcionários legislativos e parlamentários de países de língua espanhola; além, é claro, de quem viesse a se interessar por essas matérias. Desta forma, o encargo existente requeria preferencialmente um espanhol sem marcas regionais mais específicas, ou seja, um espanhol adequado tanto a europeus quanto a latino-americanos. Não obstante, ver-se-á que nem sempre essa neutralidade é conseguida.

Antes de prosseguir à justificativa deste trabalho e à apresentação dos objetivos, é importante evidenciar, mesmo que brevemente, a rotina de meu trabalho como estagiário na

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://www12.senado.gov.br/internacional/es>.

<sup>2</sup> Disponível em <http://www12.senado.gov.br/noticias>.



Agência Senado. No início de meu estágio na Página Internacional, recebi do editor orientações gerais sobre o objetivo que tem a página, bem como as temáticas recorrentes, além do que se esperava dos estagiários. Logo depois, fui instruído pela estagiária a quem substituí sobre alguns aspectos das práticas tradutórias e técnicas da página em si.

Não é importante comentar as práticas técnicas, pois se relacionam à operação do sistema de inserção e publicação das matérias na internet; procede aqui, isso sim, ressaltar tão somente as práticas tradutórias. As instruções que minha antecessora explicitou sobre estas últimas foram, de fato, poucas e pontuais; a saber: cargos e títulos de pessoas (como, por exemplo, senador, deputado ou presidente) são sempre redigidos em letra minúscula; as siglas dos partidos dos parlamentares devem ser reproduzidas na tradução (ainda que nada tenha sido falado sobre traduzir as siglas dos partidos); além do uso estrangeirizado de *Senado Federal* e de *Câmara de Deputados* em espanhol, referentes a Senado Federal e Câmara dos Deputados em português, entre outros termos próprios do contexto legislativo em questão. Uma última instrução merece destaque: fui informado de que, em geral, as traduções são feitas palavra por palavra.

Iniciadas minhas atividades, recebia os textos selecionados pelo editor (de cinco a sete por semana), fazia as versões e enviava todas ao revisor; este, depois de revisá-las, devolvia ao editor as versões com marcas daquilo que tinha corrigido ou alterado; o editor fazia uma última revisão, dava seu aval à publicação e as versões voltavam então a mim para que as publicasse. Tinha pouco contato com o revisor, pessoalmente o encontrei duas ou três vezes apenas durante o período ao longo do qual fiquei vinculado à Agência Senado. Portanto, recebi dele poucas orientações diretas. Precisava, assim, ficar atento às correções ou às modificações que fazia para poder enquadrar as versões ao padrão ou à terminologia que ele e o editor adotavam. Contudo, eu tinha contato pessoal constante com o editor, embora pouco ele opinasse em nossas conversas sobre as versões ou questões tradutórias de fato; parecia ater-se a questões, aparentemente, editoriais de forma e, também, de conteúdo dos textos.

Tendo em vista o cenário acima exposto, esse trabalho volta-se para o contexto de formação de um tradutor, de onde deriva sua relevância para os Estudos de Tradução, por dois motivos: 1) por trazer uma experiência profissional na área de tradução ao ambiente acadêmico, possibilitando a comparação entre teoria e prática; e 2) por propor uma discussão sobre a importância da revisão e do revisor (em suas diferentes instâncias possíveis) na

formação de um tradutor, uma vez que pouco é estudado sobre a revisão durante a formação e atuação em tradução.

Nesse sentido, objetiva-se aqui compreender a posição do tradutor em ambiente de trabalho, bem como traçar um panorama das condições e das relações de trabalho. A partir desse ponto, buscar-se-á evidenciar os processos de escolha dos textos que são publicados e de tradução destes, além de observar como se dá a revisão na Página Internacional, para, enfim, poder analisar as mudanças feitas durante as revisões dos textos traduzidos na tentativa de verificar a importância da revisão, exercida pelo revisor e pelo editor, tanto na formação do tradutor, quanto no processo de produção de um texto mais adequado às necessidades da instituição, no caso o Senado Federal.

Propõe-se neste trabalho fazer um estudo de caso voltado para o contexto acima apresentado, com uma análise qualitativa dos dados levantados, ainda que alguns recursos de quantificação também sejam eventualmente utilizados. Para tanto, foram elaborados questionários para entrevista ou preenchimento dos membros da equipe. Os questionários destinados ao editor (Anexo I) e ao revisor (Anexo II) foram convertidos em roteiros para entrevistas, cujos momentos mais relevantes são transcritos à medida que se desenvolve o primeiro capítulo e, também, os seguintes. Por sua vez o questionário do estagiário que me substituiu (Anexo III) foi respondido pelo próprio e é utilizado quando se mostra necessário. Vale ressaltar dois pontos: as transcrições das entrevistas ou do questionário do estagiário são feitas *ipsis litteris*, ainda que algumas delas destaquem apenas as informações mais relevantes para o trabalho; e mantem-se o sigilo das partes entrevistadas porque o objetivo desses instrumentos é coletar dados e não expor os envolvidos. Para o estudo das revisões, pela sua natureza, também é utilizado um programa de computador de análise de corpus chamado AntConc, em sua versão 3.4.1. Este programa, entre outras funcionalidades, gera gráficos que permitem quantificar determinadas ocorrências, além de mostrar em que momento podem ser observadas nos textos analisados. Ressalta-se que todas as citações traduzidas neste trabalho constituem traduções nossas.

Dessa forma, destina-se o primeiro capítulo ao estudo do ambiente e das condições de trabalho do tradutor, bem como dos envolvidos com a tradução no âmbito da Página Internacional. Em um primeiro momento, define-se tradução enquanto profissão à luz de contribuições teóricas da sociologia das profissões. A posteriori, apresenta-se o ambiente de tradução, a partir da perspectiva do mecenato proposta por André Lefevere, que se encontra

sujeito a relações de poder em uma estrutura hierarquizada. Por fim, estabelecem-se os perfis dos envolvidos na equipe de tradução.

Por sua vez, o segundo capítulo refere-se aos processos de escolha dos textos, às práticas tradutórias e ao processo de revisão desenvolvidos na Página Internacional, tendo como base o contexto de agências de notícias explorado por Oliver Boyd-Barrett, Esperanza Bielsa e Susan Bassnett. A partir da entrevista conduzida com o editor, mostra-se como se dá a escolha dos textos a serem traduzidos para a Página Internacional, além de como se formou a equipe de tradução. Na sequência, com base no questionário respondido pela pessoa que me substituiu e nas minhas experiências pessoais, evidenciam-se as práticas tradutórias desenvolvidas para produção das versões, com o auxílio das perspectivas teóricas de Lawrence Venuti. E, finalmente, sob os auspícios de Silvia Parra Galiano e Esperanza Tardáguila, além da entrevista conduzida com o revisor, definem-se parâmetros de revisão de traduções, que são comparados aos praticados por este último nas revisões para a Página Internacional.

O terceiro capítulo traz a análise dos dados levantados por meio da comparação entre os textos originais, as versões que produzi inicialmente e as versões publicadas depois que as revisões foram feitas. Nas versões publicadas, existem marcas gráficas referentes às intervenções feitas pelo revisor e também pelo editor da Página Internacional, bem como uma terceira marca relativa ao processo de aprimoramento das traduções e revisões. Estas marcas são explicadas com o auxílio de uma tabela apresentada neste capítulo. Para a análise comparativa, utiliza-se a Tabela de Ocorrências (Anexo V) elaborada com base nas intervenções das instâncias de revisão – para fins deste trabalho, definem-se instâncias de revisão como fases de revisão pelas quais os textos traduzidos passam, havendo duas, a do revisor e a do editor – destacadas pelas marcas em questão. Esta tabela está organizada para mostrar a revisão realizada e seus trechos equivalentes nas versões feitas por mim e no texto original.

Por fim, depois do terceiro capítulo, apresenta-se uma breve reflexão sobre o retorno aos textos que traduzi no começo de meu estágio, assim como os reflexos que a análise das revisões pode produzir. Versa-se, além disso, sobre a abordagem que poderia ter sido dada às traduções anteriormente, porém, sob a ótica atualizada do estudo desenvolvido neste trabalho, para que se mostre, assim, a importância que têm, na formação do tradutor, não só a experiência e inserção em ambiente profissional, mas também o contato com a revisão e os resultados que isso pode proporcionar.

## 2. DA TRADUÇÃO E SEU CONTEXTO DE PRODUÇÃO

O foco deste trabalho não é outro senão explorar o aspecto profissional da tradução sob o respaldo, é claro, das perspectivas teóricas cabíveis. Desta forma, é fundamental abordar não só uma definição de tradução como profissão (bem como seus aspectos mais relevantes), mas também tratar sobre o ambiente de trabalho e os envolvidos no processo de produção de uma tradução. Com relação a essa proposta, o contexto do estágio na Página Internacional da Agência Senado será analisado e aqui contextualizado a contributos teóricos provenientes dos Estudos da Tradução.

Nesse sentido, organizar a apresentação desses aspectos é importante. Na introdução já foram descritos, em linhas gerais, a rotina, os processos e os envolvidos na produção das versões publicadas na Página Internacional. Assim, antes de mais a fundo analisar essas questões de ordem prática e laboral, faz-se interessante trazer pontuais perspectivas teóricas sobre o que vem a ser a tradução enquanto profissão.

Independente do conceito com o qual se denote a tradução – seja a transferência de significados e sentidos de um texto para um idioma diferente do original, ou talvez a reescritura de um texto em uma língua diferente da sua, ou ainda a mera nomeação do ato de traduzir –, parece haver um consenso, entre estudiosos da tradução e alguns tradutores, em torno da visão simplista e pré-concebida que a sociedade tem destes e de seu trabalho.

Dentre essas ideias existentes em meio ao senso comum, a mais criticada e, até certo ponto, difundida é a percepção de que qualquer pessoa que saiba falar um idioma poderia produzir uma tradução ou versão entre sua língua e a língua estrangeira que conheça. Desmerece-se, então, a relevância de uma educação ou um mesmo treinamento formal na área de tradução. De um ponto de vista especulativo, poder-se-ia afirmar que tal entendimento advém do fato de que, como os leitores comuns (aqueles que não têm preocupação em saber do processo de traduzir) estão interessados em ler um texto que não teriam a possibilidade de ler na língua original, o tradutor para eles seria apenas o encarregado de fazer essa ponte, entendida como mera repetição, em outra língua, do texto em questão.

Além disso, há também pessoas que atuam como tradutores que questionam a concepção da tradução como profissão. Por exemplo, Paulo Henriques Britto (tradutor e professor de Estudos da Tradução da PUC-Rio) admite que a tradução não era vista por ele, antes de sua participação na fundação da Associação Brasileira dos Tradutores, como uma profissão de fato. Em suas palavras: “não imaginava que fosse possível encarar essa atividade

como uma profissão no sentido estrito da palavra – que houvesse pessoas dedicadas à tradução em caráter integral, que se pudesse ser tradutor como se podia ser professor, médico ou advogado” (BRITTO, 2007, p. 195). Sua visão muda, mas se mesmo entre envolvidos com a tradução a nível profissional pode existir essa concepção superficial do que é a tradução, como então modificar o pensamento do leitor comum e, principalmente, de editoras e empresas que necessitam dos serviços de um tradutor?

Demonstra-se, portanto, uma tarefa difícil promover essa conscientização fora de um ambiente acadêmico que concentre suas atividades no estudo da tradução. De fato, parece mais viável definir a tradução como profissão junto aos intelectuais da área, além de internalizar nos estudantes uma ideologia em prol de uma autoafirmação como profissionais, pois, ao considerar que “os estudos da tradução tendem a ser publicados por editoras pequenas, sejam comerciais ou universitárias, para um público-leitor limitado, basicamente acadêmico” (VENUTI, 2003, p. 23), seria pouco provável imaginar que haja muito interesse por parte dos leitores comuns, quanto mais dos grandes grupos editoriais, em livros, publicações ou estudos sobre tradução e seus aspectos teóricos, estruturais e profissionais.

## 2.1. Uma definição contextualizada da tradução como profissão

Observado o exposto, pode-se afirmar que se há alguém que deva ter interesse em afirmar os tradutores como uma classe trabalhadora, cujo valor e representatividade sejam aceitos pela sociedade, são os próprios estudiosos da tradução e tradutores. Faz-se necessário que se organizem como um grupo coeso e com objetivos comuns sobre sua importância enquanto classe, já que:

As profissões iniciam sua carreira quando aqueles que se dedicam a elas começam a ocupar todo seu tempo laboral com esse ofício. Com essa dedicação completa surge a possibilidade de satisfazer demandas mais exigentes, a complicação das técnicas empregadas para tanto e, com isso, a necessidade de formação especializada. (MONZÓ I NEBOT, 2006, p. 157) <sup>3</sup>.

Com relação à formação especializada, vê-se, há alguns anos, um desenvolvimento e crescimento dos cursos de graduação em tradução. Sem dúvida, não são apenas uma ferramenta na criação de uma identidade de profissionais da tradução, mas constituem

---

<sup>3</sup> Texto em espanhol: “*Las profesiones inician su carrera cuando quienes se dedican a ellas empiezan a ocupar todo su tiempo laboral con este menester. Con esta dedicación completa surge la posibilidad de satisfacer demandas más exigentes, la complicación de las técnicas empleadas para ello y, con esto, la necesidad de formación especializada*”.

também condição *sine qua non* à reflexão sobre os diversos aspectos da tradução, bem como a uma formação consciente sobre as qualidades e responsabilidades que um tradutor deve ter.

Assim, verifica-se que um estudante de tradução, dada sua formação especializada, teria a capacidade de argumentar sobre a importância de sua área e as razões pelas quais ele enquanto tradutor é mais adequado a traduzir que “incompetentes” ou “intrusos” (MONZÓ I NEBOT, 2006, p. 158) (aqueles que não têm formação especializada). No entanto, sabe-se que o trabalho do tradutor se insere em um mercado editorial que busca para si as possibilidades mais econômicas, sem preocupar-se se aqueles que contrata são os mais capacitados para o serviço.

André Lefevere, ao estudar questões tradutórias, em especial com relação à tradução literária, aponta que o tradutor (chamado, em diversas ocasiões, de reescritor) se insere em um sistema literário de produção e reprodução de textos que representa uma sociedade. Tal sistema apresenta restrições, devido a aspectos culturais daquela sociedade, que condicionam a atuação dos profissionais e do que ele chama de mecenato (LEFEVERE, 2007, p. 29-32). Não se pretende aqui fazer análise de traduções literárias, mas essa perspectiva das restrições culturais é condizente com a visão que se tem dos profissionais de tradução na sociedade e no mercado editorial, já que este reflete a cultura na qual existe. É válido, então, analisar o que vem a ser um profissional e, posteriormente, o mecenato.

### 2.1.1. O profissional

Normalmente, conceituar-se-ia um profissional como alguém que realize uma atividade de forma habitual e remunerada, de modo que possa viver de sua dedicação (MONZÓ I NEBOT, 2006, p. 158). Tal definição, além de sustentar a desvalorização do tradutor com formação especializada frente ao mercado editorial, não constitui uma definição de profissional ou de profissão, mas consiste, para a sociologia, em apenas uma ocupação. Na verdade, pode-se dizer que o profissional é quem é:

capacitado para “oferecer um serviço” em vez de produzir um bem de consumo, é um serviço que somente ele, como profissional, pode fornecer. Esse último aspecto do profissionalismo é o que imbui seus praticantes de autoridade e *status*: eles são vistos como possuidores de um monopólio de competência em seu “campo” particular (WEBER, 1987, apud LEFEVERE, 2007, p. 33, grifo do autor).

Não obstante, não parece possível aceitar que um profissional detenha o “monopólio de competência” em qualquer área se sua autoridade não for legitimada por uma base sólida

de conhecimentos desse campo. É nesse sentido que a formação especializada se concretiza como forma de destacar um tradutor capacitado enquanto membro de uma classe profissional. De fato, segundo a perspectiva funcionalista da sociologia das profissões, estas “seriam meios de controle do conhecimento que os cidadãos alheios ao grupo não podem gerir adequadamente e as estruturas nas quais se agrupariam os profissionais seriam garantias da adequada administração desse conhecimento especializado” (MONZÓ I NEBOT, 2006, p. 164)<sup>4</sup>.

Portanto, para fins deste trabalho, um profissional é a pessoa capaz de oferecer um produto legitimado devido a sua formação especializada. Isto é, sua identificação como profissional advém do fato de que ele detém conhecimento fundamentado em sua formação, uma vez que

O conhecimento é, pois, uma base para a existência das profissões, a solução uma necessidade social que deve ser preenchida e que, de modo generoso, um setor de indivíduos decide satisfazer, sacrificando-se durante longos períodos de formação e uma vida laboral dedicada aos demais. (MONZÓ I NEBOT, 2006, p. 165)<sup>5</sup>.

Nesse momento, tomando por base a sociologia das profissões, é possível apontar como profissional um tradutor proveniente de um curso especializado de formação, porque ele adquire conhecimentos que determinam sua capacidade e competência para fornecer o serviço para o qual tem autoridade. Contudo, o reconhecimento perante a sociedade dessa autoridade mostra-se problemático, tendo em vista o que se falou anteriormente sobre as restrições inerentes ao sistema.

Vale ressaltar que uma maneira de valorizar o tradutor especializado como profissional, que de fato é, seria uma mudança de postura por parte do mercado editorial com relação aos tradutores. Aqui, talvez, tendo como base minha experiência no estágio no Senado, seja possível visualizar essa mudança a acontecer. Ora, a Agência Senado tem investido na contratação de estudantes de cursos de tradução; isso pode significar que há setores do mercado editorial (ainda que do governo) interessados em profissionais qualificados, ou que, pelo menos, buscam incentivar a formação desses profissionais. É neste ponto que se faz fundamental tratar sobre a questão do mecenato, que logo poderá ser entendida como função da Agência Senado.

---

<sup>4</sup> Texto em espanhol: “*serían medios de control del conocimiento que no pueden gestionar adecuadamente los ciudadanos ajenos al grupo y las estructuras en las que se agruparían los profesionales serían garantías de la adecuada administración de ese conocimiento experto*”.

<sup>5</sup> Texto em espanhol: “*El conocimiento es, pues, una base para la existencia de las profesiones, la solución una necesidad social que debe cubrirse y que, de modo generoso, un sector de individuos decide satisfacer, sacrificándose durante largos períodos de formación y una vida laboral dedicada a los demás*”.

### 2.1.2. O mecenato

Tradicionalmente, mecenato é entendido como o sistema financiador da produção artística; na figura do mecenas, a arte encontra o suporte financeiro necessário à sobrevivência de quem a produz. Com a tradução não é diferente: o tradutor só tem condições de sobreviver de seu trabalho se houver alguém ou alguma instituição que tanto estimule a tradução, quanto pague pelo serviço. É possível afirmar então, levando em consideração essa noção geral do mecenato, que o mercado editorial assume atualmente esse papel de mecenas do tradutor, contratando seus serviços e provendo a área com recursos financeiros e com oportunidades de trabalho.

Essa noção de mecenato permitiria a priori inferir que o tradutor teria seu trabalho financiado e a liberdade de fazê-lo como bem entendesse. No entanto, o mecenato deve “ser entendido como algo próximo dos poderes (pessoas, instituições) que podem fomentar ou impedir” (LEFEVERE, 2007, p. 34) a tradução. Dessa forma, há elementos envolvidos no mecenato que extrapolam seu caráter financiador, uma vez que se encontra relacionado com um poder instituído. De fato, André Lefevere (2007, p. 35-36) destaca três elementos do mecenato que são de fundamental importância para se compreender o cenário no qual o tradutor se insere, a saber:

- 1) Componente ideológico: restringe a escolha e o desenvolvimento tanto da forma quanto do conteúdo;
- 2) Componente econômico: garante que tradutores possam sobreviver de seu trabalho;
- 3) Componente de *status*: quando aceito o mecenato, o tradutor integra-se a um grupo de apoio específico, assim como ao seu estilo de vida.

Percebe-se, pois, que, se um tradutor vem a aceitar o suporte de um mecenas, estará sujeito a sofrer influências em seu trabalho, senão interferências. Existe, porém, a contrapartida do suporte econômico e, também, do disfrute do *status* que o apoio daquela pessoa ou instituição possa proporcionar, de tal modo que “uma relação de poder se estabelece entre a atividade tradutória e sua divulgação” (DA COSTA, 2013, p. 1).

Nesse sentido, não só uma comparação entre a Agência Senado com o sistema de mecenato é coerente, mas, na verdade, sua colocação como um mecenas é lógica. Segundo Lefevere, pode-se dizer que a Agência Senado é próxima a um poder – no caso, o Senado Federal, representante do Poder Legislativo do Brasil; além disso, ela fomenta o trabalho de



tradução dos estagiários, pagando por ele; confere-lhes, durante seu período de estágio, o *status* de tradutores do Senado (ainda que tal *status* seja restringido por um nível, o de estagiário); e, por fim, impõe sua ideologia, que mais à frente será exposta, determinando, de fato, tanto a forma, quanto o conteúdo que é publicado nas traduções, além de determinar quais textos devem ser traduzidos.

Até este ponto foi proposta uma definição de como a tradução pode ser vista enquanto uma profissão. Ainda que este conceito seja consistente com o objeto aqui em estudo, e que o elemento do mecenato, explicitado por André Lefevere de modo pertinente, se mostre também adequado a tal tema, não ousou afirmar que a tradução como um todo seja, definitivamente, uma profissão hoje nos moldes até então expostos. Há diversos outros aspectos que podem e devem ser considerados em diferentes contextos profissionais da tradução. Outrossim, para uma análise mais completa das condições encontradas para a prática de meu trabalho no estágio na Página Internacional, é preciso explorar o ambiente de trabalho, bem como os demais agentes envolvidos no processo de tradução.

## 2.2. Do ambiente de trabalho e os envolvidos com a tradução

Nesse momento, serão descritos, em seus pormenores, a organização da Página Internacional, bem como será traçado o perfil dos indivíduos que desempenham as funções de editor, tradutor e revisor. Para tanto, lancei mão de instrumentos de pesquisa, como questionários e entrevistas, dirigidos a alguns membros da Página Internacional para poder explorar a percepção de cada um deles quanto às práticas envolvidas em seus respectivos trabalhos.

Vale ressaltar que a equipe da Página Internacional – composta por um editor (quem também é revisor das versões à língua inglesa), por três estagiários (dois para inglês e um para espanhol), e, ainda, por um revisor para as versões em língua espanhola – se insere em uma estrutura maior, dentro da Agência Senado de Notícias, que por sua vez se encontra na estrutura organizacional do Senado Federal do Brasil. Tal fato impõe tanto à Página, quanto à Agência, obrigações e circunstâncias originadas nas divisões de poder existentes em qualquer ambiente político. Portanto, para que se compreendam melhor as práticas dos membros da equipe de tradução na qual trabalhei, é fundamental verificar como se estabelece um ambiente de trabalho, em função das relações de poder que lhe são inerentes.

### 2.2.1. Relações de poder e ambiente de trabalho

Toda empresa editorial tem interesses determinados nos livros, textos e materiais que publica, pois refletem a identidade da empresa e respondem às expectativas de seus leitores, uma vez que “o objetivo de uma empresa é criar e manter clientes; daí a necessidade de produzir bens e serviços segundo os desejos e valorização das pessoas, a preços e condições razoáveis, convenientes, atrativos” (BOSCO MEDEIROS et al., 1995, p. 31). Por essa lógica, o objetivo da Agência Senado, assim como de sua Página Internacional, é publicar textos jornalísticos sobre a rotina legislativa desse ente, onde se oferece à população conhecimento sobre o que estão a fazer seus representantes.

No entanto, a Agência não funciona como uma empresa editorial comum; seus clientes são o povo como um todo e seu produto existe, basicamente, para tornar público o que fazem os senadores. Na verdade, a Agência Senado existe em função do “poder simbólico excepcional” que têm as autoridades políticas do Senado e por sua “capacidade de definir, por suas ações, suas decisões e suas intervenções no campo jornalístico (entrevistas, entrevistas coletivas etc.), a *ordem do dia* e a hierarquia dos acontecimentos que se impõem aos jornais” (BOURDIEU, 1997, p. 104, grifo do autor).

Dessa forma, o material publicado pela Agência é uma manifestação dessas autoridades políticas e, devido à subordinação hierárquica presente na organização do Senado, nada do que for publicado pode estar em desacordo com o que dizem e pensam os senadores (autoridades máximas na instituição). Essa proximidade originária da Agência com um poder maior que si mesma faz dela uma ferramenta de legitimar esse poder, já que “aquilo que faz com que o poder seja durável, o que o faz aceitável, é que ele não só pesa sobre nós como uma força que diz não, mas que ele atravessa e produz coisas, induz prazeres, constrói conhecimento, produz discurso” (FOUCAULT, 1980, apud LEFEVERE, 2007, p. 34).

É esse discurso que a Página Internacional, e sua superior hierárquica, estão a cargo de mostrar e é nesse ambiente que os editores, jornalistas e estagiários de tradução desenvolvem seu trabalho. Percebe-se, então, que os envolvidos com a tradução no âmbito dessa estrutura, assim como os demais funcionários, devem estar atentos ao que escrevem e, principalmente, ao que publicam, pelo fato de que o fazem como manifestação de um poder a que estão subordinados. Com relação à Página Internacional, o controle do conteúdo é realizado pelo editor, que também escolhe os demais membros da equipe de tradução; por isso, é conveniente começar por ele a traçar o perfil desse grupo.

### 2.2.2. Perfil da equipe de tradução da Página Internacional

Segundo Bosco Medeiros (1995, p. 34-35), o editor de uma empresa editorial comum acompanha o trabalho dos autores, ajudando-os a organizar suas obras, e, talvez o aspecto mais importante ressaltado por ele, é especialista no assunto do livro ou do texto. De fato, é possível afirmar que o editor da Página Internacional seja especialista nos assuntos nela publicados, uma vez que é jornalista e tem mestrado em Relações Internacionais. Seus conhecimentos do assunto, aliados à natureza de seu trabalho, parecem conferir-lhe a autoridade necessária para desempenhar o papel de editor da Página. Além disso, a criação da Página Internacional foi idealizada e realizada pelo próprio editor, obviamente com o aval de seus superiores.

Em entrevista que conduzi com sua participação, cujas perguntas se encontram no Anexo I, ele disse que, pelo fato de o Brasil viver um novo momento internacional, percebeu que o Senado não podia “se limitar mais a ter um noticiário em português, existe muita gente que tem interesse no Brasil, que tem interesse no que se passa em Brasília, que tem interesse no que se passa inclusive no Poder Legislativo, no Senado especialmente”. Acrescentou ainda que a criação da Página, com versões em inglês e espanhol, visou a facilitar o acesso dos estrangeiros a informações sobre o Brasil e o Senado.

Um aspecto interessante levantado na entrevista foi a participação do editor, no início da Página Internacional, como o próprio tradutor das matérias. Segundo ele, nos primeiros momentos a estrutura de produção da Página era precária. Contava apenas com a participação de outros funcionários do Senado, até que se decidiu pela opção de contratar estagiários que fizessem as versões dos textos publicados para o inglês e o espanhol. Já é possível perceber que, apesar da permissão e do espaço institucional para produzir a Página, eram, e ainda são, poucos recursos e apoio. Quando perguntado sobre a estrutura da equipe de tradução e se o processo atual era satisfatório, afirmou que talvez nunca o será. Para ele, “é óbvio que seria melhor a gente ter uma estrutura profissional mesmo, com tradutores que trabalhassem efetivamente para nós, mas isso depende de ser uma prioridade política da Casa; nós não somos uma prioridade política da Casa”.

Nesse ambiente, as relações de poder destoam: o editor da Página vê que o trabalho desempenhado ali precisa melhorar, mas não tem as condições políticas para promover tal melhora. Não obstante, essa falta de apoio, apesar de impedir que tradutores já formados trabalhem na Página, possibilita que tradutores em formação, por consistirem em mão de obra

mais barata, sejam contratados enquanto estagiários. Estes também são escolhidos pelo editor, que observa dois critérios para a seleção:

um critério técnico mesmo, a gente apresenta um texto e pede para os candidatos verterem para inglês ou espanhol e faz uma comparação entre os textos, qual apresenta uma linguagem mais adequada ao nosso trabalho; e o segundo é uma entrevista em que a gente percebe a motivação da pessoa, o interesse da pessoa, a vontade da pessoa (ENTREVISTA, ANEXO I, resposta à questão 3).

Assim, há de se analisar também o papel do tradutor (do estagiário em tradução) na Página Internacional. Segundo a Lei nº 11.788 (BRASIL, 2008, p. 1), “estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho” que “visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”. Esse objetivo legal do estágio é fundamental para a formação dos estudantes com vistas ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, a função desempenhada pelos estagiários na Página busca integrar o conhecimento obtido na formação especializada com a prática laboral própria de um ambiente de trabalho. A função dos estagiários de tradução da Página é clara: são os responsáveis por fazer a versão das matérias escolhidas pelo editor, assim como por inserir na página de internet as matérias revisadas por ele (no caso das matérias em inglês) e pelo revisor. Foi essa a função que ocupei durante dois anos e que hoje é ocupada por outro estudante de tradução, quem também contribuiu para esta pesquisa com o preenchimento de um questionário. No questionário, a pessoa que me substituiu demonstrou que as práticas desenvolvidas em seu trabalho são semelhantes, senão as mesmas, às que eu empenhava, atendendo aos padrões utilizados quanto à terminologia, estrutura e características dos textos. Essas questões serão melhor exploradas no próximo capítulo deste estudo.

A adequação a esses padrões é construída na medida em que os estagiários produzem suas versões e estas são levadas à revisão. O papel do revisor, que é propositalmente o último a ser analisado, mostra-se essencial nesse ambiente de trabalho, porque determina uma série fatores recorrentes nos textos que traduzi e que, possivelmente, continua a determinar as versões produzidas por meu predecessor.

A função do revisor é importante em qualquer produção textual. Ele é geralmente responsável por garantir que livros e textos estejam em acordo com as normas da língua em que são publicados. Bosco Medeiros (1995, p. 36) acrescenta ainda que é função do revisor, quando da produção de uma obra, conferir tipos, comparar o original com as provas e, também, assinalar erros tipográficos e gramaticais. Há aspectos técnicos, entre essas funções

do revisor, que para este trabalho não são tão relevantes quanto o aspecto da língua. Na verdade, por ser o objeto aqui a revisão da tradução o aspecto linguístico ganha mais destaque.

Por isso, ressalta-se que o revisor deve ter um ótimo conhecimento da língua, atualizando-se sempre quanto a aspectos gramaticais e, principalmente, quanto ao uso que se tem em determinados contextos. Para tanto, o revisor precisa estar bem informado e duvidar de seus próprios conhecimentos. “São três elementos que, somados e sempre concomitantes, formam o bom revisor. Saber consultar, ter uma memória e cultura boas, duvidar” (MALTA, 2000, p. 28). Todavia, um revisor de traduções deve ter conhecimentos aprofundados tanto na sua língua, quanto na língua para a qual, ou da qual, se traduz. Então, a sua formação precisa atribuir-lhe as competências para que desempenhe esse papel.

Em entrevista com o revisor da Página Internacional, averiguou-se que: ele tem ascendência familiar espanhola; é jornalista do Senado, tendo trabalhado com jornalismo em países de língua espanhola; além disso, é tradutor público juramentado e foi professor de espanhol para funcionários públicos brasileiros. Para ele, “isso tudo me deu a base para ter um conhecimento bom da língua [espanhola]”. Apesar de não ter formação formal em espanhol, não se pode afirmar que ele não tenha experiência ou competência suficiente para exercer a função de revisor de traduções, ou mesmo de tradutor. Há, na verdade, diversos casos de pessoas que desempenham esses trabalhos sem mesmo ter tido contato direto com a língua.

Douglas Robinson (2002, p. 179-188) afirma que os significados das palavras só são importantes para o tradutor quando usadas em contexto por alguém. Acrescenta, ainda, que o tradutor deve se interessar pelos mais diversos tipos de pessoas, para que possa compreender bem a complexidade de uma língua e seu uso diverso. Ora, o revisor também necessita ter esse contato, justamente para ampliar sua cultura geral e desempenhar seu serviço. Ao responder sobre sua experiência com tradução ou revisão anterior à Página Internacional, o revisor deu destaque a um trabalho para a Cruz Vermelha Internacional que fez na Colômbia, onde visitou “uma região que tinha conflito entre a guerrilha, as tropas do governo, grupos paramilitares e também traficantes de droga, esses quatro elementos, chamada *Barranca Vermeja*”. Continuou, demonstrando que não era *Barranca Roja*, mas *Vermeja*; o contexto, naquela ocasião, mostrara-lhe que o uso da língua não é sempre estático e de acordo com gramáticas e dicionários. Assim, o revisor da Página dá evidências de que tem competências para desempenhar seu papel.

Por outro lado, Silvia Parra Galiano (2005, p. 335), em sua tese de doutorado, afirma que além de necessitar um profundo conhecimento da língua e de suas variantes, é preciso que o revisor tenha observado e refletido sobre o uso da língua e, para isso, são indispensáveis duas condições: motivação e tempo. Quando indagado sobre o que o levou a colaborar com as revisões, o revisor da Página disse que foi inicialmente convidado pelo editor a colaborar com as versões; porém, apesar de ter se interessado por isso, afirmou que

não teria condições de pegar o peso de fazer a tradução em si, porque existe a questão na tradução que depende do tamanho; o trabalho de revisão é também um trabalho importante, porque você tem que ler tudo, mas não tem o peso da coisa mecânica de você ter que digitar tudo, já está tudo digitado, aí você corrige (ENTREVISTA, ANEXO II, resposta à questão 3).

O quesito tempo para o revisor parece ser um empecilho, uma vez que sua contribuição à Página Internacional é voluntária e não remunerada; seu foco profissional é sua ocupação como jornalista do Senado.

Avaliadas as funções que desempenha um revisor, de uma maneira geral, falta definir um perfil que se adeque às práticas da revisão que se realiza na Página. Para tanto, Parra Galiano (2005, p. 336), destaca quatro perfis de revisor, a saber:

- 1) Revisor temático para a revisão de conteúdo: pessoa especialista no tema que aborda o texto de chegada, ou que conheça bem o assunto que é tratado, para verificar aspectos relativos ao conteúdo (lógica, dados e linguagem especializada);
- 2) Revisor linguístico para a revisão linguística: pessoa com profundos conhecimentos linguísticos para verificar o uso da linguagem no texto de chegada (linguagem especializada, norma e uso da língua e adaptação ao destinatário);
- 3) Revisor-tradutor para a revisão funcional: alguém com competência tradutória e experiência necessária para ocupar-se com a função do texto de chegada (adaptação ao destinatário, exatidão e integridade); por fim,
- 4) Revisor tipográfico para a revisão da apresentação: pessoa com a experiência e conhecimentos necessários em tipografia, gramática e organização visual para verificar aspectos da apresentação do texto de chegada (integridade, organização visual e tipografia).

Até o momento, verificou-se como se encontra organizada a Página Internacional, as funções de cada membro de sua equipe, bem como o ambiente no qual ela se insere. Além disso, a partir da definição dos perfis de um revisor acima exposta, partimos da intuição inicial de que seria possível colocar, no âmbito da Página Internacional, o revisor a cargo dos

perfis 2 e 3 – devido à natureza de suas revisões (à frente exploradas) e à sua experiência e qualificação profissional – e o editor a cargo dos perfis 1 e 4 (quando observadas as versões à língua espanhola, já que, com relação à inglesa, ele exerce os quatro perfis em questão) – haja vista que é o iniciador das traduções, bem como idealizador e organizador da Página, além de ser quem dá o aval final à publicação das versões. Prosseguimos, então, ao estudo da importância da revisão na formação do tradutor no contexto da Página Internacional, para, logo a seguir, analisar as operações concretas que foram exigidas pela revisão e edição das traduções da Página Internacional em questão. Durante esse processo, aprofundaremos sobre os papéis exercidos, nesse contexto, pelo editor e o revisor, segundo Parra Galiano (2005 e 2007), a fim de confirmarmos ou não a intuição inicial acima exposta quanto às funções por eles exercidas.

### **3. DA ESCOLHA DOS TEXTOS E DOS PROCESSOS DE TRADUÇÃO E REVISÃO NA PÁGINA INTERNACIONAL**

O processo de revisar um texto objetiva, de um modo geral, verificar sua coerência em seu todo, além de procurar corrigir eventuais erros, não importa sua natureza, sejam gramaticais, de digitação ou de encargo, para que se assegure a qualidade do texto em questão, de modo que ele seja inteligível. No entanto, assim como a tradução, a revisão na Página Internacional está também vinculada às expectativas e práticas editoriais e institucionais. Tal fato torna imperativo compreender como se dá a escolha dos textos que devem ser traduzidos, bem como o modo de se estabelecer o processo tradutório, para que se possa ter uma visão sistêmica do caminho percorrido até a revisão e quais seus aspectos mais relevantes nesse contexto.

#### **3.1. A escolha dos textos**

No capítulo anterior, explicitou-se que o editor da Página Internacional é também o responsável pela escolha dos textos que nela são publicados. Na verdade, os textos a serem traduzidos já apareceram previamente na página em português da Agência Senado e na versão impressa do Jornal do Senado, de circulação principalmente interna da Casa, mas que também pode ser encontrado na íntegra na página de internet do Senado.

Essas notícias produzidas no âmbito da Agência Senado, assim como outras originadas por agências privadas, respondem a uma necessidade de interesse social, uma vez que “as agências de notícias estão principalmente no negócio da provisão de notícias políticas e econômicas nacionais e internacionais, os tipos de notícias que são mais adequados para a injeção de primeira linha na esfera da deliberação de políticas públicas” (BOYD-BARRETT, 2012, p. 27-28). De fato, a rotina legislativa do Senado é um dos principais centros de deliberação e reflexão das políticas públicas desenvolvidas no Brasil. Contudo, em um sistema internacional cada vez mais globalizado, o noticiário nacional torna-se relevante aos estrangeiros. Recordar-se, então, o que disse o editor sobre a motivação de criação da Página Internacional. Segundo ele, foi criada para “facilitar o acesso desses estrangeiros que se interessam pelo Brasil, pelas coisas que acontecem aqui no Senado e no Congresso Nacional”.

Em nível internacional, há uma tendência a que agências de notícias propiciem a seus leitores conteúdos de outros países. Segundo Boyd-Barrett (2012, p. 28-29), as agências



vão além do nacional ao fornecer notícias de localidades do exterior que podem ser de especial relevância para seus clientes domésticos, também ao fornecer notícias de relevância para comunidades diaspóricas, e finalmente, ao “promover” a imagem nacional ou pelo menos notícias da nação a outras mídias ao redor do mundo. (grifo do autor)

Neste ponto há de se diferenciar a Agência Senado de outras agências: a primeira procura fornecer essencialmente notícias da realidade brasileira para o público nacional, além de oferecer versões destas para o público estrangeiro, enquanto outras agências de notícias podem oferecer notícias de diversos países para o seu público nacional ou para diversos públicos. As diferenças chegam também ao sustento do trabalho. Como um órgão público que é, a Agência Senado não tem preocupações financeiras com investidores, patrocinadores ou qualquer tipo de financiadores externos.

Outra diferença marcante é a natureza das notícias: agências de notícias tradicionais costumam cobrir os mais diversos fatos, de política e guerras a desfiles de moda e campeonatos esportivos. Por sua vez, o foco da Agência Senado não é outro senão a rotina legislativa, os processos e trâmites legais que têm lugar constantemente no parlamento brasileiro e que têm reflexo direto na organização do país, além dos acontecimentos legislativos internacionais que envolvam parlamentários brasileiros como, por exemplo, as sessões e encontros do Parlamento do Mercosul. Não obstante, apesar dessas diferenças, constitui uma agência de notícias como as outras se se considerar que “agências de notícias têm feito com que seu trabalho seja estar presente onde ninguém mais possa estar e fornecer um fluxo de informações contínuas e precisas em casos nos quais fontes alternativas de informação são severamente limitadas” (BIELSA e BASSNETT, 2009, p. 37) <sup>6</sup>.

Nesse sentido, a Agência Senado tem uma presença de destaque por tratar da rotina legislativa do Senado de onde nenhuma outra agência tem condições de fazê-lo, embora reflita as relações de poder ali existentes, como visto no capítulo anterior. Contudo, em um contexto democrático, os representantes do povo, que foram por ele eleitos, têm direito a um canal de comunicação para com seus eleitores, “mesmo que *apenas* por meio de uma agência que ele financie totalmente” (BOYD-BARRETT, 2012, p. 24, grifo do autor).

Portanto, os textos produzidos na Agência Senado, alguns deles os textos de partida encontrados neste trabalho, são matérias jornalísticas que objetivam dar conhecimento público às discussões e deliberações sobre projetos de lei e sobre a realidade política do Senado e do

---

<sup>6</sup>Texto em inglês: “News agencies have made it their job to be present where no one else can be and to provide a stream of continuous and accurate information in cases in which alternative sources of information are severely limited”.

Poder Legislativo brasileiro. Os textos publicados na Página Internacional são uma pequena parcela dos demais e, uma vez escolhidos pelo editor, buscam atender às necessidades de informação do público estrangeiro (constituído de diplomatas e parlamentários estrangeiros, ou mesmo empresários e investidores) sobre essa rotina legislativa do Brasil, dado o contexto de globalização e maior atividade internacional do país.

### 3.2. O processo tradutório na Página Internacional

Conforme exposto anteriormente, as traduções para a Página Internacional aqui estudadas consistem, na verdade, em versões à língua espanhola de matérias jornalísticas produzidas pela Agência Senado. Já na introdução dão-se indícios das práticas tradutórias desempenhadas nessas versões. Como mencionado anteriormente, quando comecei meu estágio, fui instruído pela minha antecessora a procurar traduzir de forma literal os textos, onde o uso da tradução palavra-por-palavra era aceitável, resultando, inclusive, em uma estrangeirização recorrente, principalmente com termos específicos do Legislativo brasileiro, como nome das câmaras do Congresso, nome das comissões temáticas, nome dos projetos de lei e emendas constitucionais, entre outros.

Também quando terminei meu estágio, orientei o novo estagiário sobre alguns aspectos recorrentes nas traduções da Página. Quando perguntado sobre isso (vide questionário disponível no Anexo III), este disse que

me lembro de alguns conselhos sobre alguns termos que já são padronizados e utilizados, me lembro da apresentação do glossário já existente e de como fazer alterações e acrescentar textos na Página Internacional. Também me recordo de conselhos sobre algumas preferências do revisor e sobre estruturas gramaticais (resposta à questão 1).

Essas práticas, então, não parecem ser de vontade própria dos tradutores (estagiários) da Página. Com relação às minhas traduções, procurei seguir as instruções que recebi e isso se mostra como uma tendência. A pessoa que me substituiu, ao ser questionada sobre se havia recebido alguma instrução específica de como traduzir, respondeu que “me foi pedida certa literalidade, pois os textos contam com vários nomes de organizações e comissões brasileiras, as quais não podem ser mudadas”. Não podem ser mudadas porque refletem os textos em português já aprovados e publicados pela Agência e, também, porque foram contratados para trabalhar para essa instituição. De fato, “a aceitação do mecenato implica, portanto, que escritores ou reescritores trabalhem dentro dos parâmetros estabelecidos por seus mecenas e

que eles estejam dispostos a autenticar e sejam capazes de legitimar tanto o *status* quanto o poder de seus mecenas” (LEFEVERE, 2007, p. 39).

No entanto, por se tratar de textos jornalísticos, Bielsa e Bassnett (2007, p. 8) defendem que o uso da Teoria do Escopo, para a tradução de notícias, seja o mais adequado, considerando que se deveria buscar um efeito equivalente na língua de chegada, ao invés de uma equivalência binária (palavra-por-palavra) em nível linguístico. Dessa forma, seria necessário adequar o texto traduzido à cultura de chegada, promovendo uma domesticação, onde o tradutor “realiza uma negação sistemática da estranheza da obra estrangeira” (BERMAN, 1992 apud VENUTI, 2003, p. 155), adequando-o aos padrões de sua própria cultura. Em alguma medida, o simples fato de traduzir o texto para outra língua já configura uma domesticação, já que o texto original estava em língua diferente do texto de chegada. Mas “em tradução de notícias, a estratégia dominante é a domesticação absoluta, uma vez que o material é moldado para que seja consumido pelo público alvo, então deve ser ajustado para servir a suas necessidades e expectativas” (BIELSA e BASSNETT, 2009, p. 10) <sup>7</sup>. Uma domesticação absoluta implicaria em mudanças consideráveis do texto original, principalmente em aspectos de forma e estilo do texto jornalístico praticadas na cultura para a qual se traduz. É preciso passar ao leitor alvo as informações da maneira como está acostumado a vê-las.

Por outro lado, essa perspectiva refere-se à tradução de um texto estrangeiro; no caso da Página Internacional, a tradução feita é de um texto doméstico, do ponto de vista do tradutor. É, pois, importante considerar que “o tradutor trabalha numa relação assimétrica, sempre cooperando mais com a cultura doméstica do que com a cultura estrangeira” (VENUTI, 2003, p. 48). Ao fazer essa afirmação, Venuti também observa um contexto de tradução onde a domesticação é prática reiterada. Todavia, essa noção pode ser considerada no processo oposto (versão), quando, no tradutor que traduz para uma língua diferente da sua, é possível visualizar uma cooperação com a própria cultura doméstica.

Dessa forma, o tradutor da Página Internacional – na ânsia de representar devidamente as expectativas da Agência Senado, bem como as informações que a instituição deseja mostrar ao público, buscando ter seu trabalho valorizado por seus superiores – pode apoiar-se em Venuti (2003, p. 154-155), que defende que uma tradução de qualidade deve

---

<sup>7</sup>Texto em inglês: “*In news translation, the dominant strategy is absolute domestication, as material is shaped in order to be consumed by the target audience, so has to be tailored to suit their needs and expectations*”.

necessariamente registrar elementos estrangeiros, e, assim, produzir suas versões com características menos domesticadas, lançando mão da estratégia da estrangeirização, que

mostra as diferenças do texto estrangeiro, porém somente por meio da ruptura dos códigos culturais que prevalecem na cultura-alvo. No empenho de fazer o que é próprio à cultura de partida, essa prática tradutória deve fazer o que é impróprio à cultura de chegada, desviando-se o suficiente das normas para apresentar uma experiência de leitura estranha (VENUTI, 2008 apud MARTINS, 2010, p. 67-68).

Portanto, ainda que seja natural a existência de elementos estrangeirizados porque se tratam de textos específicos do contexto legislativo de um país, as práticas tradutórias que desempenhei e que, em alguma medida, parece ainda desempenhar a equipe atual na Página Internacional contradizem o que se espera de matérias jornalísticas traduzidas, já que

O tradutor de notícias, ao contrário do tradutor literário, não deve respeito e fidelidade ao texto fonte, mas é capaz de engajar-se em uma relação significativamente diferente com uma matéria frequentemente sem autoria, seu principal propósito é fornecer informações sobre um acontecimento de modo conciso e claro. (BIELSA e BASSNETT, 2009, p. 65) <sup>8</sup>.

Dessa forma, o tradutor de textos jornalísticos necessita manter-se invisível nas suas traduções, de forma que seu leitor não perceba que o texto que lê foi traduzido, porque “quanto mais ‘bem-sucedida’ a tradução, maior a invisibilidade do tradutor, e maior a visibilidade do autor ou do significado do texto original” (VENUTI, 1996, p. 111, grifo do autor). Apesar das discussões de crítica ou de defesa da invisibilidade do tradutor, o fato é que a domesticação que se defende para a tradução dos textos jornalísticos afasta a possibilidade de uma visibilidade maior do tradutor.

Nesse contexto, o tradutor da Página Internacional, que ainda está em meio a seu processo de formação, encontra-se em situação delicada, pois, por um lado, tem a oportunidade de praticar a tradução em ambiente profissional e, por outro, enfrenta a responsabilidade de desempenhar um trabalho de qualidade segundo aquilo que é demandado por uma estrutura hierarquicamente organizada onde há pressões políticas que podem determinar a permanência ou não do tradutor em seu trabalho.

A importância do processo de revisão faz-se presente nesse momento, seja para legitimar a tradução dos estagiários, seja para corrigir seus erros e, dessa forma, contribuir para que se adequem ao que deles se espera, ou, ainda, para eximi-los da responsabilidade de responder por aquilo que foi publicado, uma vez que só se publica o que passa por revisão,

---

<sup>8</sup>Texto em inglês: “*The news translator, unlike the literary translator, does not owe respect and faithfulness to the source text but is able to engage in a significantly different relationship with an often unsigned piece of news, the main purpose of which is to provide information of an event in a concise and clear way*”.

tanto do revisor quanto do editor. Contudo, o contato com o revisor é escasso, geralmente apenas por e-mail. O atual estagiário, quando indagado sobre o assunto, afirma que “o único contato que tenho com o revisor é através de e-mail, que é por onde envio as versões para revisão e as recebo já revisadas”.

Quando as recebe após a revisão, elas voltam com marcas das alterações feitas pelo revisor, algo que auxilia não só em traduções futuras, mas como forma de aprendizado e adequação a um padrão reiterado na Página. Ao comentar essas alterações, meu sucessor esclarece que “o revisor costuma corrigir termos gramaticais e de vocabulário. Raramente são feitas alterações na estrutura do texto”. No capítulo seguinte, serão analisadas as alterações feitas pelo revisor e pelo editor em alguns dos textos que traduzi no meu primeiro ano na Agência Senado. Mas, antes, é fundamental compreender os processos e parâmetros de revisão sugeridos por estudos teóricos e os que são utilizados na Página Internacional.

### 3.3. O processo de revisão

No capítulo anterior, evidenciaram-se quatro perfis de revisores sugeridos por Parra Galiano (2005). São eles: revisor temático, revisor linguístico, revisor-tradutor e revisor tipográfico. Além disso, segundo nossa intuição inicial, determinou-se que o revisor da Página Internacional assumiria os papéis de revisor linguístico e revisor-tradutor, enquanto o editor assume os papéis de revisor temático e revisor tipográfico. Essas definições serão esclarecidas, porém, a partir da análise dos parâmetros de revisão propostos por Parra Galiano e Esperanza Tardáguila e das entrevistas conduzidas com ambos os responsáveis pela revisão no âmbito da Página Internacional.

Antes disso, porém, ao retornar ao questionário preenchido pela pessoa que me substituiu, observa-se que ela costuma, assim como eu o fazia, “verificar quais foram as mudanças [feitas pelo revisor] para melhorar e facilitar em minhas próximas versões”. Em um contexto hierarquizado, tal como o da Agência Senado, observar essas alterações é importante para que haja uma melhora no trabalho, dados os parâmetros validados pela autoridade que tem o revisor. Julio Ángel Juncal, ao analisar o contexto de traduções e revisões no âmbito da Organização das Nações Unidas, que também é hierarquizado, afirma que “essa releitura do

texto revisado servia como elemento de formação”, já que “o revisor funcionava como controle de qualidade e exatidão do texto” (JUNCAL, 2006, p. 146) <sup>9</sup>.

A revisão ganha, pois, um caráter didático e de treinamento do tradutor, para que ele tenha em mente os critérios e padrões linguísticos e terminológicos tidos como corretos e que dele são esperados. O revisor da Página Internacional corrobora a essa noção ao afirmar, quando entrevistado, que fazer esse trabalho de revisão é interessante “porque a gente contribui para futuros tradutores, pessoas que são alunos dessa área e que, às vezes, a gente nota, ainda têm algum tipo de pequenos erros”. Nesse ponto ele já começa a apontar que tipo de correções ou alterações faz ou verifica a necessidade de fazer.

Estimula-se, portanto, no tradutor a necessidade de evitar que os erros corrigidos apareçam novamente, e a percepção de que o pode fazer por meio da autorrevisão que antecede a entrega das versões ao revisor, processo no qual o tradutor faz uma revisão por si mesmo e que é importante hábito a ser difundido durante a formação em tradução e em qualquer trabalho que se venha a produzir (TARDÁGUILA, 2009, p. 368-371). Com relação ao contexto do estágio, é pouco provável que se permita ao tradutor desempenhar a revisão apenas por si só. Ainda que possa, e deva, praticar a autorrevisão, o fato é que “o tradutor traduzia, e o revisor revisava; uma clara divisão do trabalho que respondia à estrutura piramidal mencionada” (JUNCAL, 2006, p. 146) <sup>10</sup>.

Dada a importância da revisão, é preciso adotar um conceito que descreva em que consiste essa tarefa. O Departamento de Língua Espanhola da Comissão Europeia entende a revisão como a “comparação de uma tradução com seu original a fim de sinalizar ou corrigir possíveis diferenças, tanto em seu conteúdo como em sua apresentação formal” (DEPARTAMENTO DE LENGUA ESPAÑOLA, 2010, p. 6) <sup>11</sup>. Todavia, a revisão parece envolver outros aspectos que não só a checagem de “diferenças”. Por isso, define-se aqui revisão como

Uma leitura atenta de um texto de chegada (TC), considerado como produto semiacabado ou *rascunho de tradução*, que realiza a mesma pessoa que traduziu o texto (tradutor) ou um terceiro (revisor), geralmente, comparando-o com o texto de origem (TO) e utilizando para isso uma série de critérios estabelecidos a priori, com a finalidade de comprovar se foram cumpridas as

<sup>9</sup> Texto em espanhol: “(…), esa relectura del texto revisado servía como elemento de formación. El revisor funcionaba como control de la calidad y la exactitud del texto”.

<sup>10</sup> Texto em espanhol: “(…) el traductor traducía, y el revisor revisaba; una neta división del trabajo que respondía a la estructura piramidal mencionada”.

<sup>11</sup> Texto em espanhol: “Comparación de una traducción con su original a fin de señalar o corregir posibles deficiencias, tanto en su contenido como en su presentación formal.”

especificações do *encargo de tradução* e realizar oportunas correções e melhorias no TC (...) (PARRA GALIANO, 2005, p. 18, grifo do autor)<sup>12</sup>.

Dessa forma, resta averiguar quais são esses critérios e os parâmetros que o revisor deve analisar ao realizar seu trabalho. Horguelin e Brunette (1998 apud TARDÁGUILA, 2009, p. 372-373) destacam cinco parâmetros que todo revisor deve levar em consideração, a saber:

- 1) Exatidão: em nível semântico, deve-se verificar se há fidelidade ao sentido;
- 2) Correção: em nível gramatical, deve-se verificar o respeito ao código linguístico;
- 3) Legibilidade: deve-se verificar se é de fácil compreensão (talvez um termo mais adequado fosse inteligibilidade);
- 4) Adaptação funcional: deve-se verificar o tom do texto e sua adaptação ao público alvo; e, por fim,
- 5) Rentabilidade: deve-se verificar se o tempo a ser investido na revisão é maior que o investido na tradução, um texto que sofra várias interferências do revisor não vale a pena ser revisado.

O revisor tem que estar atento a diversos aspectos do texto que revisa, principalmente pelo fato de sua reputação também poder ser prejudicada caso se publique um texto tanto mal traduzido quanto mal revisado. Os parâmetros acima expostos parecem abranger uma grande parte das ocorrências de irregularidades, senão todas, possíveis em um texto traduzido.

Assim, há uma grande responsabilidade na verificação das correções necessárias e, talvez por isso, há, no âmbito de grupos editoriais e agências de notícias, mais de uma pessoa que pode estar envolvida com a revisão. Conforme visto anteriormente, na Página Internacional, o editor também desempenha o papel da revisão, dentro de suas particularidades, auxiliando o revisor no quesito apresentação e tema. Segundo os perfis de revisor apresentados, Silvia Parra Galiano elabora uma tabela onde os encaixa em alguns parâmetros de revisão, bem como os relaciona a aspectos que são observados na revisão de textos em geral. Encontra-se, na página seguinte, a reprodução traduzida da tabela em questão<sup>13</sup>:

<sup>12</sup>Texto em espanhol: “*una lectura atenta de un texto de llegada (TL), considerado como producto semiacabado o borrador de traducción, que realiza la misma persona que ha traducido el texto (traductor) o un tercero (revisor), generalmente, comparándolo con el texto de origen (TO) y utilizando para ello una serie de criterios establecidos a priori, con la finalidad de comprobar si se han cumplido las especificaciones del encargo de traducción y realizar las oportunas correcciones y mejoras en TL (...)*”.

<sup>13</sup> Tabela original disponível no Anexo IV.

Tabela 1 – Proposta metodológica integrada para a revisão de traduções

<i>Parâmetros</i>	<i>Aspectos Gerais que se verificam no TC</i>	<i>Modalidade de Revisão</i>	<i>Perfil do Revisor</i>
- Lógica - Dados - Linguagem especializada	De conteúdo	Revisão de conteúdo	Revisor temático
- Linguagem especializada - Norma e uso da LC - Adaptação ao destinatário	Linguísticos	Revisão linguística	Revisor linguístico
- Adaptação ao destinatário - Exatidão - Integridade	Funcionais	Revisão funcional	Revisor-tradutor
- Integridade - Organização ortográfico-tipográfica	De apresentação do TC	Revisão da apresentação do TC	Revisor tipográfico

Fonte: PARRA GALIANO, 2007, p. 213.

A tabela é simples e, até certo ponto, autoexplicativa. Mas algumas considerações são pertinentes. Ainda que alguns dos parâmetros possam ser de responsabilidade de mais de um perfil de revisor, como, por exemplo, a linguagem especializada e a adaptação ao destinatário, as modalidades de revisão delimitam os aspectos gerais e critérios que cada perfil de revisor deve verificar em seus respectivos trabalhos. Percebe-se que os parâmetros propostos por Horguelin e Brunette dizem respeito, quase que inteiramente, aos perfis 2 e 3, com exceção do parâmetro da Exatidão (1), que se relaciona, para Parra Galiano, à revisão de conteúdo. O mesmo parâmetro, em contrapartida, refere-se para ela à função do texto de chegada, uma vez que a tradução não deve ser a mais precisa possível, mas sim precisa na medida em que seu uso o requeira (PARRA GALIANO, 2007, p. 206), entrando, assim, no âmbito da funcionalidade do texto para o público alvo.

Com relação à revisão na Página Internacional, os perfis 1 e 4 parecem ser desempenhados pelo editor. O primeiro deles pode ser constatado tendo em vista que sua revisão final (prévia à publicação) observa, ao realizar a revisão de conteúdo, o panorama geral do texto com relação ao tema – dado que ele se configura como especialista na área, de acordo com o exposto no capítulo anterior. Já o perfil nº 4 é efetivado quando o editor observa o quesito da apresentação do texto quando inserido de fato na Página Internacional –



verificando a organização dos parágrafos, local de inserção de fotos e suas legendas, bem como a estética que todo o material publicado demonstra entre si. Na entrevista, quando perguntado sobre o processo dessa revisão final, o editor disse, com relação a conteúdo e se havia alguma preocupação em vetar algum tipo de informação, que “essa é uma Casa muito política, existem temas muito delicados, então a única coisa que eu veto são palavras, expressões ou frases que possam levantar algum tipo de mal entendido ou polêmica no sentido mais político do termo”.

Por sua vez, o revisor mostra durante a entrevista, após ser perguntado sobre quais seus critérios de revisão e quais aspectos observa nas traduções, avaliar três aspectos para ele fundamentais: 1) correção de erros gramaticais (ortográficos e/ou sintáticos); 2) existência nos textos de palavras, termos ou frases que possam causar estranhamento em falantes da língua espanhola, ele busca utilizar um vocabulário que possa ser compreendido em qualquer país em que se fale espanhol; e por último 3) observação do estilo do texto como um todo, para que não esteja muito parecido com o texto em português.

Portanto, pode-se afirmar que o perfil 2 de revisor, segundo seu depoimento, parece ser exercido pelo revisor da Página Internacional, por considerar aspectos linguísticos quando faz a revisão das versões. É importante destacar uma questão relativa ao que disse o revisor quanto a seu processo de revisão, relacionada ao encargo dos textos. Quando afirma que procura utilizar um vocabulário que qualquer falante de espanhol possa compreender, mostra que não opta por uma variante da língua específica. De fato, em outro momento da entrevista, afirma procurar “a palavra que seja usada em mais países, (...) ou que seja inteligível por todo mundo”, e o exemplifica mostrando que, enquanto se usa o termo *bancada* no Chile e em outros países da América Latina, na Espanha se usa o termo *grupo parlamentario*. Em termos numéricos, parece seguro afirmar que há mais pessoas que usam o primeiro termo do que o segundo, mas o revisor aponta que é preferível recorrer ao segundo porque seria compreendido por todos. Esse critério mostra-se então subjetivo, não sendo possível delimitar um encargo específico, apesar de a proximidade geográfica brasileira com a América Latina, em especial com o Mercosul, bem como a recorrente produção jornalística da Agência Senado sobre a rotina legislativa regional, sugerirem a adoção de um encargo voltado à essa região. Nas palavras do próprio revisor com relação ao encargo, “o objetivo é o meio termo”.

Assim, a partir da coleta de dados realizada por meio das entrevistas, três dos perfis de revisão de Parra Galiano – 1, 2 e 4 – parecem ser facilmente adscritos a um dos dois agentes (editor ou revisor) que são de fato responsáveis pela operacionalização da revisão na

Página Internacional. Fica em aberto, no entanto, a atribuição do perfil 3, que, ao contrário do que se havia postulado anteriormente a partir das impressões iniciais que este trabalho suscitava, poderia não ser exercido pelo revisor, mas sim pelo editor, cuja preocupação se expande também à recepção das versões pelo público alvo, de acordo com os aspectos funcionais de revisão. De fato, durante a entrevista, ele sente-se responsável pelo que é publicado, porque

o que eu digo que vai na Página, vai na Página e essa Página está na primeira página do Portal do Senado, quer dizer, a responsabilidade que eu tenho é muito grande, ninguém controla o que eu faço, eu simplesmente determino o que sai e o que não sai, como sai e como não sai, portanto se há algum erro não há ninguém a não ser eu mesmo que sou o responsável (ENTREVISTA, ANEXO I, resposta à questão 5).

Essa responsabilidade concretiza-se na sua revisão final, onde, em suas palavras, é preciso “se cercar de cuidados para que não haja muito ‘portunhol’ na Página, para que a gente possa prezar mais pelas estruturas originais da língua espanhola até para atingir com respeito o leitor de língua espanhola”.

Dessa forma, já foram evidenciados os processos e circunstâncias que permeiam as traduções e as revisões da Página Internacional. Resta agora observá-los na prática com a análise comparativa entre os textos originais, as versões iniciais que produzi e as versões publicadas após a revisão realizada pelo revisor e pelo editor.

#### 4. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE ORIGINAIS, PRIMEIRAS VERSÕES E VERSÕES PUBLICADAS

Definidos os perfis dos revisores, bem como suas funções e critérios que usam para avaliar as traduções, dispõe-se das bases necessárias para proceder à análise dessas versões e das alterações, modificações e correções pelas que passaram antes de ser publicadas. Os textos originais, encontrados na sequência do trabalho, devem também ser considerados. Porém, as versões feitas por mim não serão inseridas na íntegra nesse trabalho, para que não haja informações demasiado repetitivas e porque, afinal, os textos publicados são as versões que passaram pelo processo de revisão.

Dessa forma, para uma melhor organização e facilidade de trabalho com os dados, foram selecionados 27 textos do meu primeiro ano de estágio, ano de 2012, pois considero que neste período me adequei aos padrões terminológicos praticados no âmbito da Página Internacional, bem como aos padrões de revisão, diminuindo ao longo do tempo o número de ocorrências de alterações ou correções nas revisões. Talvez mais textos pudessem ser inseridos nesse recorte, mas resultariam em apenas ocorrências repetitivas, cuja essência, no tocante às revisões, já é observada nos textos selecionados.

No começo da análise das revisões, realizadas pelo revisor e pelo editor, fiz uma leitura comparativa entre minha versão inicial e a primeira revisão (a do revisor), que já vinha com marcas das mudanças feitas por ele. Depois, comparei essa primeira revisão à versão publicada, para poder identificar onde o editor agia e que tipo de mudanças fazia. Esse processo, apesar de longo e trabalhoso, permitiu a unificação das ocorrências de revisão apenas na última versão (a publicada). Essa unificação deu-se por meio de notações que criei e que identificam não só as marcas do revisor e do editor, mas também uma terceira marca, que denota termos ou informações que nas versões posteriores seriam modificados, por mim ou pelo revisor, ou, ainda, ocorrências que não foram observadas em nenhuma instância de revisão. A tabela abaixo explicita as notações e em que consistem:

Tabela 2 – Notações das revisões

Notação	Descrição
<u>Sublinhado duplo</u>	Mudanças feitas pelo revisor
<i>Itálico sublinhado</i>	Mudanças feitas pelo editor
<u>Sublinhado ondulado</u>	Processo de aprimoramento das versões

Com base nessa tabela, é possível identificar mais claramente, nos textos publicados disponíveis à frente, quem fez as revisões e que tipos de mudanças foram feitas por cada um. No entanto, para que se consiga um entendimento mais claro dessas mudanças é necessário comparar as versões publicadas com a primeira versão e, também, com o texto original. Para facilitar essa comparação e evitar lidar com três textos inteiros ao mesmo tempo, foi elaborada outra tabela (Tabela de Ocorrências, Anexo V) onde cada texto é identificado pela sua data (no formato dia/mês e, quando houver mais de uma matéria por dia, insere-se uma letra na sequência do alfabeto ao lado da data) e cada ocorrência de cada texto publicado é destacada (não se destaca apenas uma palavra ou termo, mas a frase ou trecho do contexto em que se insere) e colocada lateralmente a suas respectivas correspondências no texto original e na primeira versão.

Além do auxílio dessa tabela, quando se percebe a necessidade de um tratamento quantitativo para análise das revisões, utiliza-se o programa de computador AntConc<sup>14</sup>, em sua versão 3.4.1. Consiste em um programa gratuito de análise de corpus, desenvolvido por Laurence Anthony, doutor em Linguística Aplicada, que, como foi dito acima, possibilita verificar a quantidade de termos que aparecem em determinado texto ou textos, ou gerar gráficos da frequência desses termos, ou também mostrar quais outros termos ou estruturas acompanham o termo buscado, entre outras funcionalidades.

Consideradas essas explicações metodológicas, prossegue-se à análise da revisão de fato. Aqui se divide essa análise em instâncias que seguem o processo de revisão da Página Internacional: primeiro, a análise da revisão feita pelo revisor; na sequência, a da revisão realizada pelo editor; e, por fim, considerações sobre as ocorrências que se observadas poderiam resultar em uma tradução feita de maneira diferente e em um produto possivelmente de melhor qualidade, além de uma melhoria no processo de tradução.

#### 4.1. Análise das revisões em primeira instância

A análise das revisões neste momento poderia ser feita texto a texto, ocorrência a ocorrência, mas seria repetitivo. Por outro lado, se feita com base nos parâmetros de revisão de Parra Galiano (2007), é possível agrupar as ocorrências em três grupos distintos no âmbito da revisão linguística, que são linguagem especializada, norma e uso da língua de chegada e

---

<sup>14</sup> Disponível para download em <[http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/antconc\\_index.html](http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/antconc_index.html)>. Acessado 22 de maio de 2014.

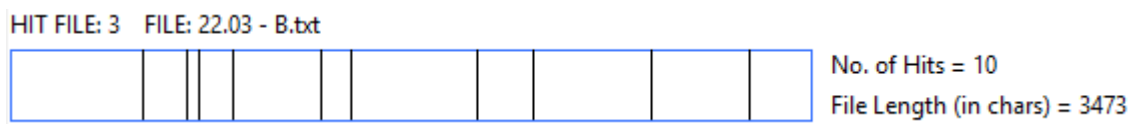
adaptação ao destinatário. Dessa forma, dinamiza-se a análise e evita-se repetitividade com relação a determinadas ocorrências.

#### 4.1.1. Revisão de linguagem especializada em primeira instância

O aspecto da linguagem especializada relaciona-se à terminologia de determinada área e também à sua fraseologia, uma vez em que em cada gênero de texto se verifica o uso de seus próprios recursos léxicos, sintáticos e retóricos, onde essa terminologia está presente (PARRA GALIANO, 2007, p. 204). Nesse sentido, quando o revisor da Página Internacional observava minhas versões, buscava adequá-las, especialmente, à terminologia legislativa em espanhol adotada pela Página Internacional.

Um exemplo disso é visto no segundo texto que selecionei: texto do dia 22/03 – B. Ao observar a Tabela de Ocorrências (Anexo V), a segunda ocorrência<sup>15</sup> nesse texto (linha 6 do texto de chegada) é a mudança realizada pelo revisor de *requerimientos*, termo que utilizei para traduzir ‘requerimentos’, para *solicitudes*. Esse termo é ainda encontrado mais nove vezes nesse mesmo texto, como pode ser visto no gráfico gerado pelo AntConc abaixo:

Figura 1 – Gráfico do AntConc de busca por *solicitud\** no texto 22/03 – B



Esse retângulo representa a extensão do texto como um todo, enquanto os traços transversais correspondem às ocorrências de *solicitud* em suas variações de singular e plural (o asterisco no título da figura é um recurso do programa para que sejam buscadas ocorrências em singular e plural e, dependendo do caso, em feminino e masculino). Assim, nesse texto específico, há 10 casos onde o revisor modificou a tradução de *requerimiento* para *solicitud*, tendo em vista que ‘requerimento’ em português, na terminologia legislativa do Congresso Nacional, consiste em um dispositivo legislativo de algum tipo de pedido formal que podem fazer senadores ao Plenário ou às Comissões.

Esse é um dos primeiros momentos onde se determina a adoção de uma terminologia específica, pois, a partir daqui, sempre o termo ‘requerimento’ será traduzido por *solicitud*. Conforme as figuras 2 e 3 na sequência, ao utilizar o AntConc para pesquisar esses termos no recorte de textos proposto neste trabalho, tanto nos textos originais quanto nos publicados

<sup>15</sup> Neste capítulo, quando se falar em ocorrências, refere-se às ocorrências de cada texto de acordo com a Tabela de Ocorrências (Anexo V).

percebe-se que o número de ocorrências é praticamente o mesmo. Na verdade, a diferença é de uma ocorrência a mais nos textos publicados. O programa ainda permite verificar onde se encontram essas ocorrências. Logo, depois de comparar os gráficos, percebi que a ocorrência a mais está no texto do dia 24/05 – A (linha 2), onde traduzi a palavra ‘pedido’ por *solicitud*. Nesse caso, porém, o termo traduzido não denota o termo técnico adotado pelo revisor, poderia ter traduzido por *pedido* ou *petición* em espanhol simplesmente. De qualquer forma, o revisor também não alterou essa palavra.

Figura 2 – Gráfico do AntConc de busca por *solicitud*\* nos textos publicados



Figura 3 – Gráfico do AntConc de busca por requerimento\* nos textos originais



Tomei esse espaço todo para analisar esse termo apenas como forma de demonstrar o fato de que o revisor desempenha, de fato, o papel didático de treinar o tradutor. Foi suficiente um texto para que eu me adequasse à utilização do termo *solicitud* na hora de traduzir ‘requerimento’ no contexto legislativo do Senado. O mesmo ocorre em outras situações, como, por exemplo, na definição do termo *escaño* para traduzir a palavra ‘vaga’, quando referente às vagas disponíveis ou ocupadas por parlamentários no Congresso ou em comissões. Este termo foi averiguado na versão publicada do dia 19/04 – B (linha 9), terceira ocorrência desse dia na Tabela de Ocorrências, quando o revisor substituiu o termo *vacantes*, que foi pelo qual eu traduzira ‘vagas’. E passou a ser utilizado em vários outros textos que traduzi, apesar de que no recorte aqui utilizado só é visto mais uma vez, no texto do dia 20/12, linha 16.

Todavia, é curioso perceber que, mesmo o revisor sendo o responsável por inserir esses termos na terminologia que passa a ser utilizada nas traduções, ele deixa passar ocorrências onde ele, dada sua função, deveria fazer alterações. Na quarta ocorrência do texto 19/04 – B, mesmo texto em que passou a utilizar o termo *escaño*, ele não fez a troca de uma segunda ocorrência do termo *vacante* pelo termo que antes utilizara, fato que é observado com frequência nas revisões.

Mas, de volta à questão da linguagem especializada, outros termos também podem ser destacados como: *aparato* para substituir *esquema* (sexta ocorrência no texto 19/04 – B);

*criminal* para substituir *criminosa* (segunda ocorrência no texto 23/05); *declarar en juicio* para substituir *deponer en juzgado* (terceira ocorrência no texto 23/05); e *declarante* para substituir *deponente* (quinta ocorrência no texto 23/05). Um último termo merece especial atenção. Até o mês de agosto de 2012, o termo Plenário em português sempre era traduzido por *Plenario*. Seguiu-se, assim, a lógica, que pode ser observada nos termos acima expostos, de constante tradução literal, como pode ser visualizado no gráfico gerado pelo AntConc, onde a última ocorrência de *Plenario* nas versões foi no texto do dia 28/06 – B:

Figura 4 - Gráfico do AntConc de busca por *Plenario\** nos textos publicados



Figura 5 – Gráfico do AntConc de busca por *Pleno\** nos textos publicados



Não obstante, a partir da matéria do dia 16/08, já na primeira ocorrência, o revisor passa a adotar o termo *Pleno* para traduzir ‘Plenário’. De fato, não se usa o termo *plenario* em espanhol para se referir a órgãos colegiados legislativos ou magistrados. Como estudante de tradução, eu deveria na época ter procurado informações e pesquisado sobre o termo mais adequado, mas não o fiz e também o revisor demorou a perceber isso. Contudo, como mostra a Figura 5, uma vez que o revisor fez essa correção, o termo *Pleno* não deixou mais de ser observado. Pode-se afirmar então que o revisor constitui uma influência importante para que o tradutor possa desenvolver seu trabalho na busca de uma terminologia mais adequada e, em alguma medida, correta para a língua de chegada. Na verdade, do ponto de vista da linguagem especializada legislativa, a quantidade de ocorrências concentra-se nos primeiros cinco meses de meu trabalho lá. Depois de agosto de 2012, não consegui identificar mais aspectos terminológicos relevantes para o trabalho.

#### 4.1.2. Revisão de norma e uso da língua de chegada em primeira instância

Quando o revisor verifica a correção das versões no tocante à norma e uso da língua de chegada, não observa apenas aspectos gramaticais. Deve também levar em consideração as variações que essa língua pode apresentar, bem como a adequação do estilo do texto e o registro utilizado na tradução (PARRA GALIANO, 2007, p. 205). Após uma análise

preliminar da Tabela de Ocorrências, foi possível constatar que há exemplos de cada um desses aspectos que o revisor precisa avaliar na revisão de norma e uso da língua. De fato, é na avaliação deste parâmetro que se evidencia o maior número de intervenções do revisor. Por isso, sugere-se uma divisão da análise em três aspectos: o de norma, o de variações linguísticas e o de estilo e registro; porque analisar todos em conjunto poderia resultar em confusão e, provavelmente, questões importantes poderiam deixar de ser notadas.

Assim, contabilizei, a partir da Tabela de Ocorrências, 64 intervenções do revisor referentes a questões de norma. Parecem muitas, mas, além de algumas serem ocorrências repetidas, se divididas entre as 27 versões do recorte estudado, há uma média de aproximadamente 2,37 ocorrências por texto. Este não parece ser um número alto considerando que, entre as ocorrências de natureza gramatical, encontram-se: erros de digitação, acentuação falha, problemas de concordância, verbos conjugados em tempos e modos equivocados, interferências do português, e colocação pronominal equivocada. Para organizar as informações coletadas, problemas conceituais de ordem léxica são tratados também nesta seção.

O próprio revisor reconhece que alguns desses fenômenos são recorrentes entre estudantes de espanhol. Ao comentar sobre eles na entrevista, o revisor disse que “em geral, o uso de pronomes, isso é uma coisa complicada, (...) certas formas de uso dos pronomes em espanhol é comum e em português não se usa (...), então isso é uma dificuldade também”. Ele prossegue e comenta outro aspecto em que os estudantes falham: “em geral, a gente nota, há uma certa dificuldade, por exemplo, na questão no infinitivo (...), no espanhol o infinitivo sempre é mantido (...), já no português não, há uma conjugação”. Um exemplo disso é a primeira ocorrência do texto 03/05, onde traduzi ‘exercerem’ por *ejercieren* e o revisor fez a devida alteração, resultando em “*mensajes presidenciales de indicación de la ministra de primera clase Susan Kleebank y del ministro de segunda clase Márcio Araújo Lage para ejercer, respectivamente, los cargos de embajadores (...)*”.

Nesse sentido, é importante ressaltar alguns casos onde a intervenção do revisor em questões de norma é de fundamental importância para o desenvolvimento do tradutor. Já na primeira ocorrência vista na tabela, no texto 22/03 – A, o trecho em que traduzi “ainda pode ser reforçada” por “*todavía puede ser fortalecida*” é mudado por ele para “*podrá ser fortalecida aún más*”. Além de mudar o tempo verbal para contribuir para o aspecto semântico, ele altera o advérbio. Na verdade, eu apresentava muita dificuldade em traduzir o advérbio ‘ainda’ devido aos vários sentidos que pode ter em português. E o revisor precisou



corrigir a tradução desse vocábulo em outras ocasiões também, como no texto 22/03 – B (ocorrência 14) e no texto 31/05 (ocorrência 2).

A questão da colocação pronominal, que anteriormente se mencionou, também ele precisou corrigir, como se verifica nos textos: 22/03 – B (ocorrências 1 e 5), 24/05 – A (ocorrência 7) e 28/06 – A (ocorrência 1). De fato, são erros recorrentes – talvez pelas diferenças latentes entre as duas línguas que os estudantes costumam ignorar ou, pelo menos, não se atentar a elas –, que tendem, porém, a diminuir se o estudante de tradução, ou apenas de espanhol, ficar atento às intervenções do revisor.

O uso dos verbos no pretérito imperfeito do subjuntivo é outro problema no qual o revisor precisou intervir nas traduções. Enquanto eu prosseguia a utilizar a tradução literal e não me atentei ao fato de que há duas conjugações desse tempo no modo subjuntivo, como no texto 22/03 – B (ocorrência 7, a anterior também reflete o mesmo tipo de revisão) onde traduzi “(...) para que o governo cubano liberasse os prisioneiros” por “(...) *para que el gobierno cubano liberase a los presos*”, o revisor interveio e substituiu o verbo pela forma de conjugação mais frequente, que resultou em “(...) *para que el gobierno cubano liberara a los presos*”.

Uma última consideração sobre a correção linguística na revisão é relevante. Identifiquei revisões que classifiquei anteriormente como problemas conceituais de ordem léxica. Tais problemas dizem respeito a termos que utilizei nas versões que não condizem necessariamente a seu uso correto na língua. Há dois exemplos evidentes. O primeiro é quando traduzi o termo ‘floresta’ em português por “*bosque*”, sem considerar que há diferenças consideráveis entre os dois, a começar pela extensão territorial. Tais ocorrências podem ser vistas nos textos dos dias 17/05 (ocorrência 3) e 24/05 – A (ocorrência 4). Nelas, o revisor fez a devida alteração, substituindo *bosque* pelo termo *selva*. Por sua vez, o segundo exemplo encontra-se no texto do dia 28/06 – B, onde, na ocorrência 2, outra vez traduzi literalmente a palavra ‘médio’, na sua acepção matemática, por *medio*, enquanto a tradução adequada seria *promedio*, correção essa feita pelo revisor. Portanto, percebe-se que esses problemas conceituais constituem usos inadequados desses vocábulos em contextos nos quais não se encaixam.

Assim, no ensejo da questão do uso adequado ou não da língua, é preciso avaliar as intervenções do revisor de natureza relativa às variações linguísticas do espanhol. Neste ponto há pouco a observar; encontrei três ocorrências de revisões deste aspecto, sendo que as duas primeiras são ocorrências repetidas e em um mesmo texto. São elas as ocorrências 5 e 6 do

texto do dia 10/04, em um contexto de segurança em informática o termo ‘computadores’ surge e traduzo pelo termo mais usado no espanhol europeu, *ordenadores*. O revisor, contudo, troca por *computadoras*, termo mais comum na América Latina, sem dar a mim explicações. Mas ao considerar a entrevista com ele, conforme mostrado no capítulo anterior, sua escolha pode ter sido baseada no que disse sobre procurar um termo que mais pessoas possam compreender.

Nessa lógica, pode-se também justificar a revisão feita na terceira ocorrência relativa a variação linguística. No texto do dia 24/05 – B (ocorrência 3), traduzi o trecho “(...) mas o país tem os mais baixos índices de violência da América Central” por “(...) *pero el país tiene los índices más bajos de violencia de América Central*”. Na revisão, manteve-se a frase tal como traduzi, mas trocou-se “*América Central*” por “*Centroamérica*”. Ambas são opções corretas, mas o fato é que o revisor optou pela segunda.

Por fim, falta comentar as revisões de primeira instância com relação a estilo e registro. Depois das revisões de natureza gramatical, são essas as de maior número, 46, com uma média de 1,7 ocorrências por texto. Aqui, a preocupação do revisor é adequar as versões ao estilo dos textos jornalísticos em língua espanhola. Não há erros do ponto de vista da norma da língua, mas a forma como é usada deve ser adequada à maneira como se tratam as informações. O segundo texto do recorte (22/03 – B) traz algumas ocorrências dessa natureza. Na ocorrência 3 deste texto, por exemplo, procurei deslocar o advérbio para o início do período quando traduzi o trecho “Durante a votação, porém, apenas o primeiro requerimento foi aprovado” por “*Pero, durante la votación, sólo la primera solicitud fue aprobada*”. O revisor manteve esse deslocamento, mas trocou “*pero*” por “*sin embargo*”, uma adequação às práticas recorrentes em língua espanhola.

Outra ocorrência no mesmo texto merece destaque. A ocorrência 9 mostra uma estrutura que, a partir dessa revisão, passa a ser recorrente nas versões que produzi. Em português a expressão “segundo ele”, que a princípio eu traduzira simplesmente por “*dijo*”, passou ser “*según dijo*”. E isso se mantém como prática na Página Internacional; apenas no recorte analisado, essa estrutura se repete outras 4 vezes, como pode ser visto no gráfico gerado pelo programa AntConc:

Figura 6 – Gráfico do AntConc de busca por *según dijo*\* nos textos publicados



A revisão de estilo também se faz na adequação de termos aos mais usados na língua de chegada, ou ainda, na tentativa de evitar termos que possam parecer mal utilizados. Um exemplo claro, e que, confesso, poderia ter sido mais pensado no momento em que traduzi, é a ocorrência 3 do texto do dia 16/08. O trecho “Vemos a produção agropecuária e industrial brasileira presa num forte gargalo de transportes” foi traduzido por “*Vemos la producción agropecuaria e industrial brasileña gravemente embarazada en los transportes*”. Ainda que o verbo “*embarazar*” possa significar impedir ou atrapalhar algo em espanhol, o adjetivo “*embarazada*”, segundo o dicionário da *Real Academia Española*, é geralmente utilizado para falar de uma mulher grávida. Dessa forma, a intervenção do revisor aqui foi pertinente, ficando o trecho melhor redigido assim: “*Vemos la producción agropecuaria e industrial brasileña gravemente afectada en los transportes*”. Outras ocorrências desse gênero ainda podem ser vistas nos textos dos dias: 22/03 – B (ocorrências 11 e 14), 10/04 (ocorrências 3 e 4), 12/04 (ocorrência 5), 19/04 – A (ocorrências 3, 4 e 5), 03/05 (ocorrências 4 e 5), 23/05 (ocorrência 5), 30/05 – A (ocorrência 6 e 8) e 05/12 (ocorrência 1).

Em textos jornalísticos também é importante que as informações sejam claras e que se evite publicar informações que possam ter dúbias interpretações. Nesse sentido, a intervenção do revisor no texto do dia 27/06, na ocorrência 2, se fez relevante. O trecho “quando já não deverá estar presente a delegação do Paraguai” permite interpretar que não há certeza quanto à presença da delegação paraguaia em certo momento, mas, ao traduzir, utilizei o verbo no futuro, “*cuando ya no se encontrará la delegación de Paraguay*”, o que muda um pouco essa interpretação, pois, mesmo que se saiba que a informação será concretizada, não se pode afirmar certamente que isso iria ocorrer. Por isso, o revisor muda a conjugação do verbo “*encontrar*” para “*encontraría*”, registrando a incerteza do fato.

Finalmente, com relação à questão do registro, é interessante que se mantenha um padrão linguístico, ou um mesmo tom no texto como um todo. Destaco aqui uma ocasião onde falhei nesse aspecto. Na ocorrência 3 do texto do dia 11/04, traduzi “um esquema ilegal de jogos de azar” por “*un chanchullo de juegos de azar*”, utilizando um termo de um registro inadequado, mais baixo que o resto do texto. O revisor optou então por substituir “*chanchullo*” por “*una estructura ilegal*”, voltando a um tom mais condizente com o restante da tradução.

#### 4.1.3. Revisão de adaptação ao destinatário em primeira instância

De certo modo, o aspecto do estilo na revisão gramatical pode se confundir com o aspecto da adaptação ao destinatário, uma vez que ambos são relativos ao que o leitor está acostumado a ler em sua língua. No entanto, quando o revisor analisa uma tradução com vistas a verificar se está adequada ao público alvo, ele deve perceber a fluidez do texto traduzido na língua de chegada, bem como “verificar se o tradutor fez o possível para minimizar no TC o número de palavras (frases, exemplos e nomes) na língua de origem, relacionados estreitamente com alusões e referências à cultura de origem” (PARRA GALIANO, 2007, p. 205) <sup>16</sup>.

A questão da fluidez é observada em determinadas estruturas que se usam nos textos, que são mais ou menos comuns de se encontrar na língua de chegada. Dois exemplos disso na revisão das versões para a Página Internacional são as ocorrências 2 e 3 do texto 22/03 – B. Na primeira delas, traduzi “bom relacionamento atual dos dois países” por “*el bueno relacionamiento actual de los dos países*”. Não foi uma tradução inaceitável (fora o problema na falta de apócope de ‘*bueno*’ por ‘*buen*’), mas aos olhos dos leitores pode parecer estranha; o revisor decide então mudar para “*la buena relación*”.

Já na segunda, eu opto por traduzir uma estrutura na voz passiva como é utilizada em português. O trecho “disse que o texto proposto por Suplicy poderia ser considerado ‘uma intromissão em assuntos internos de um país com o qual o Brasil tem boas relações’” fica “*dijo que el texto propuesto por Suplicy podría ser considerado ‘una injerencia en los asuntos internos de un país con el que Brasil tiene buenas relaciones’*”. O revisor, além de fazer outras alterações no trecho, muda a forma como se trata a voz passiva e a versão publicada passa a ser: “*dijo que el texto propuesto por Suplicy se podría considerar como ‘una intromisión en los asuntos internos de un país con el cual Brasil tiene buenas relaciones’*”. Curiosamente, como se verá, esta prática é bem infrequente nas traduções, em que o uso da passiva perifrástica, com o verbo ‘*ser*’ mais particípio, é claramente predominante.

A forma como se apresentam os títulos das matérias também pode causar estranhamento no público alvo. Por isso, o revisor muda a redação do título em duas ocasiões, considerando o recorte adotado. A primeira ocorrência no texto do dia 11/04 é exatamente uma adequação do título. No texto original, o título é “Relações entre Cachoeira e parlamentares serão investigadas”, que traduzi literalmente por “*Relaciones entre Cachoeira y*

---

<sup>16</sup>Texto em espanhol: “*verificar si el traductor ha hecho lo posible por minimizar en el TL el número de palabras (frases, ejemplos y nombres) en la LO, relacionados estrechamente con alusiones y referencias a la cultura de origen*”.

*los parlamentarios serán investigadas*”. No entanto, nos textos jornalísticos em espanhol costuma-se dar ênfase aos verbos nos títulos. Com isso em mente, o revisor altera-o para *“Investigarán relaciones entre Cachoeira y los parlamentarios”*. Por sua vez, na primeira ocorrência do texto do dia 28/11, o revisor não dá ênfase necessariamente ao verbo, mas à ação, invertendo a ordem de apresentação do título, *“Expertos advierten para riesgo de empresa pública de la biodiversidad”*, que antes eu havia traduzido por *“Creación de la Emgebio puede alejar inversiones, advierten expertos”*.

Nesta última ocorrência, não apenas a apresentação do título foi mudada, mas parte de seu conteúdo, para que o leitor estrangeiro possa compreender melhor do que trata a notícia. Aqui já se entra na questão da qual falava Silvia Parra Galiano anteriormente, de minimizar elementos e referências à cultura de origem do texto. De fato, há outras ocasiões em que aparecem elementos brasileiros que, entendendo, deveriam ser explicados nas versões, mas há uma única ocorrência a mais em que a revisão pode ter melhorado o entendimento do público alvo. No texto do dia 30/05 – A, ocorrência 6, traduzi “parlamentares do Sul do país” por *“parlamentarios del Sur del país”*. Ainda que fosse possível deduzir que este país era o Brasil, o revisor prefere deixar isso claro e troca *“del país”* por *“de Brasil”*.

Até o momento, foram analisadas algumas das mudanças feitas pelo revisor. De modo geral, foi possível compreender sua importância no desenvolvimento do meu trabalho na Página Internacional. Ao observar a Tabela de Ocorrências, percebe-se que nos primeiros textos há um número muito maior de intervenções dele que nos últimos textos. De fato, à medida que tive acesso às revisões, procurei corrigir e minimizar meus erros, de modo que já no final do ano de 2012 há menos intervenções. Assim, pode-se prosseguir com a análise das revisões de segunda instância, feitas pelo editor.

## 4.2. Análise das revisões em segunda instância

Depois de uma rápida passagem pela Tabela de Ocorrências, constata-se que a maior parte das marcas de ocorrência de revisões são as relativas às mudanças feitas pelo revisor. Na verdade, a revisão em primeira instância possibilita que a tradução se apresente já como um produto final. O editor faz uma última revisão apenas para verificar detalhes e para garantir que tudo está de acordo com as práticas e normas definidas pela Agência Senado.

Ao todo, contei 15 ocorrências de intervenções do editor e, a exemplo do que foi feito até então, passa-se à análise dessas mudanças com base nos parâmetros propostos por

Parra Galiano (2007), em tabela mostrada no capítulo anterior. Previamente foi dito que o editor desempenhava o perfil nº 1 de revisor, ou de revisor temático. Este revisor avalia o aspecto de conteúdo do texto, com base em três parâmetros (PARRA GALIANO, 2007, p. 204): a lógica (verifica se o texto está coeso e coerente, tanto na forma e nas questões linguísticas, quanto no aspecto semântico); os dados (verifica se há erros de fatos ou conceituais); e a linguagem especializada (verifica a terminologia e o modo como o texto está escrito nesse aspecto).

Os parâmetros da lógica e da língua especializada podem se confundir, em alguma medida, com os parâmetros de revisão que o revisor linguístico avalia. No entanto, apesar de que editor pareça conferir autonomia ao revisor para definir padrões de terminologia adotados nas versões da Página Internacional, o parâmetro da lógica ainda passa por uma análise diferente da feita pelo revisor. Na segunda ocorrência do texto do dia 10/04, vê-se um trecho de compreensão problemática. A tradução que fiz – *“Buzanelli observó una clara tendencia hacia el mantenimiento de la amenaza, especialmente de parte de los grupos radicales islámicos que han visto el éxito del terrorismo”* – reflete o texto original, onde se lê: “Buzanelli observou uma tendência clara no sentido da manutenção da ameaça, especialmente da parte de grupos islâmicos radicais que têm visto o terrorismo dar certo”. Este último trecho foi retirado pelo editor, a fim de não prejudicar o entendimento do texto ou de evitar que a parte retirada viesse a causar polêmica entre os leitores e, eventualmente, embates políticos devido à natureza do trecho em questão, ficando a versão final assim: *“Buzanelli observó una clara tendencia hacia el mantenimiento de la amenaza, especialmente de parte de los grupos radicales islámicos”*.

Outro exemplo dessa preocupação com a compreensão da tradução é a ocorrência 5 do texto do dia 30/05 – A, onde o editor acrescenta, depois de “Venezuela”, “en Mercosur” no trecho *“El ingreso definitivo de Venezuela todavía depende de aprobación del Senado de Paraguay”*, deixando claro o assunto tratado, assim como na ocorrência 4 do mesmo texto.

Ainda sobre a revisão temática, há ocorrências relevantes com relação aos dados. Também no mesmo texto da ocorrência anterior, dessa vez nas ocorrências 1 e 3, o editor acrescenta informações que não existiam no texto original e, por consequência, na minha primeira tradução deste. São dados sobre a data do encontro em questão e de pessoas que iriam participar dele. Assim, confirma-se a atuação do editor enquanto revisor temático.

Para delimitar o responsável pela efetivação do perfil de revisor nº 3, ou revisor-tradutor, deve-se considerar o aspecto funcional do texto, se o texto está devidamente

adaptado ao seu público alvo. Segundo Parra Galiano (2007, p. 206), esta revisão só poderia ser realizada por quem possua competência tradutória, alguém que tenha “um profundo conhecimento das línguas em questão, da cultura de origem (CO) e da cultura de chegada (CC), assim como técnicas e estratégias de tradução”<sup>17</sup>. Aqui, seria possível questionar a competência em tradução do editor. Contudo, na entrevista conduzida com ele, depois que lhe perguntei sobre quem fazia as versões no início da Página, ele respondeu que “era eu mesmo, eu escolhia as matérias, eu editava, fazia as versões para o inglês e para o espanhol, era tudo muito precário”. Assim, competência tradutória ele parece ter.

De qualquer forma, os parâmetros que o revisor-tradutor deve avaliar para garantir a adaptação ao público alvo são (PARRA GALIANO, 2007, p. 206): exatidão (verifica se a tradução é precisa em transmitir as informações que se quer transmitir) e integridade (verifica se a tradução transmite as informações sem adicionar nada que não seja necessário, nem omite questões que não deveriam ser omitidas). Há poucas ocorrências desse tipo de revisão no recorte proposto. Em dois textos apenas encontram-se intervenções do editor de ordem funcional. No primeiro deles, do dia 05/12 (ocorrência 3), o editor suprime quatro parágrafos inteiros, atendendo aos parâmetros da exatidão e da integridade, uma vez que os parágrafos suprimidos, por serem relativos a questões necessariamente nacionais, não atendem a uma necessidade informativa do público alvo, nem prejudicam a integridade do texto depois de serem suprimidos.

Já no segundo deles, do dia 20/12 (ocorrências 1, 3, 4 e 5), o editor, por alguma razão, suprimiu as informações relativas ao Orçamento de 2013, inclusive no título, adequando a versão final para tratar apenas sobre a questão da votação dos vetos. A justificativa dessa supressão pode remeter à relevância para o público alvo das informações retiradas.

Um último perfil registrado ao revisor é o perfil de nº 4, ou revisor tipográfico. Este avalia a apresentação do texto, desde sua questão estética à própria integridade do texto. Para tanto, depois de verificar se o tradutor não deixou nenhuma informação pendente, ou se deixou de traduzir alguma parte do texto, este revisor deve avaliar o parâmetro da organização ortográfico-tipográfica. A organização ortográfica verifica apenas se algo foi ignorado pelo tradutor ou pelos outros revisores. Por sua vez, quando avalia a organização tipográfica (PARRA GALIANO, 2007, p. 207), o revisor analisa o uso de elementos tipográficos (como

---

<sup>17</sup> Texto em espanhol: “*un profundo conocimiento de las lenguas en presencia, de la cultura de origen (CO) y de la cultura de llegada (CL), así como las técnicas y estrategias de traducción*”.

itálico, negrito, espaços, parágrafos, entre outros), bem como se foram respeitadas normas de estilo que possam existir.

Parte importante dessa avaliação tipográfica que o editor da Página Internacional faz é no momento da inserção dos textos em seu ambiente virtual, onde, além da apresentação do texto, ele dá aval à apresentação da Página como um todo, observando fotos, legendas e diagramação. Embora o foco neste trabalho sejam as versões e suas revisões, há, sim, ocorrências de revisões do editor com relação ao parâmetro da organização tipográfica.

As primeiras ocorrências dessa natureza são com relação à grafia de determinados termos. No texto do dia 29/03, há três ocorrências (1, 2 e 3), repetidas, onde o editor mudou a grafia da sigla da “*Asociación de Naciones del Sureste Asiático*” de “*ASEAN*” (conforme traduzi) para “*Asean*”, forma esta usada pela Agência Senado também em português. Outra mudança de grafia é vista no texto do dia 23/08 (ocorrência 4), onde o editor destaca o nome da “*Agencia Senado*” na versão final, colocando-o em negrito, com o objetivo de dar mais destaque ao órgão.

Uma intervenção interessante do editor merece destaque. Geralmente, em matérias jornalísticas em espanhol, costuma-se escrever o nome das moedas em que determinado valor é expresso, seja em euros, dólares ou mesmo reais. Assim eu traduzia até o texto do dia 24/05 – B, quando o editor resolveu mudar o trecho “*resaltó la importancia de la decisión del gobierno de Noruega de invertir 1.000 millones de dólares*”, que traduzi, por “*resaltó la importancia de la decisión del gobierno de Noruega de invertir US\$ 1.000 millones*”, adotando, pois, a prática de redigir as moedas com seus símbolos, como em português. Ao utilizar o AntConc, é possível perceber como essa mudança ocorre. Num primeiro momento, usava-se o valor seguido pela expressão “*de dólares*”. Depois dessa intervenção, porém, passou-se a utilizar o símbolo seguido do valor, vide figuras abaixo.

Figura 7 – Gráfico do AntConc de busca por *de dólares* nos textos publicados

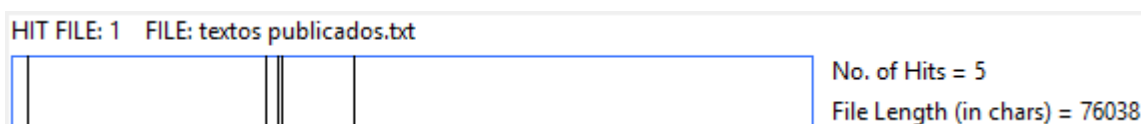


Figura 8 – Gráfico do AntConc de busca por *US\$* nos textos publicados



Portanto, é possível afirmar que também o editor desempenha papel fundamental, enquanto revisor, na formação das práticas que um tradutor desenvolve em seu trabalho. Por



outro lado, à medida que observava e assinalava as intervenções do revisor e do editor, verifiquei que, ainda que eles tenham feito determinadas revisões, elas não aparecem em outras situações em que deveriam aparecer se seguissem os padrões por eles mesmo propostos. Há, assim, inconsistências nas revisões que serão exploradas na última parte desse capítulo.

### 4.3. O aprimoramento no processo de revisão da Página Internacional

Com tudo o que se explorou neste trabalho até o momento, é possível afirmar que a revisão é fundamental para o desenvolvimento do tradutor e de seu trabalho, bem como é um processo que busca melhorar a qualidade da tradução. Embora, ninguém seja capaz de, eventualmente, não errar, evidenciei inconsistências e falhas no processo da revisão praticado na Página Internacional ao comparar minhas versões iniciais com as versões publicadas.

Não considero as falhas algo tão grave porque todos estão sujeitos a errar. Mesmo assim, é válido ressaltar algumas delas que se mostram como relativas a algumas das competências básicas dos revisores. A primeira delas encontra-se no texto do dia 20/12, ocorrência 4; onde deveria se encontrar apenas a palavra “*vetos*” na tradução, por falta de autorrevisão escrevi “*votos vetos*” e em nenhuma instância de revisão isso foi corrigido, algo que poderia ter sido feito apenas com uma leitura atenta. Outra ocorrência, cuja leitura atenta teria sido suficiente para evitar o erro, considero, contudo, mais grave. No texto do dia 23/08, em sua segunda ocorrência, traduzi “*fará 24 anos*” por “*hará 24 años*”. Ora, essa é uma questão básica da língua espanhola; no contexto em questão não se usa o verbo “*hacer*”, mas sim “*cumplir*”. Mais uma vez traduzi literalmente sem sequer pensar, e, ainda assim, esse erro não foi corrigido.

De fato, essa prática recorrente da tradução literal na Página Internacional precisava ser repensada para evitar ocorrências até certo ponto absurdas. Anteriormente, já destaquei o uso do termo “*Plenario*”, que foi revisado e abandonado pelo uso do termo devido, “*Pleno*”. Há casos, todavia, onde a estrutura normalmente utilizada na língua espanhola foi, de repente, mudada, como, por exemplo, no caso da forma de redigir moedas, conforme visto anteriormente, onde o editor passa a utilizar os símbolos para tanto. É essa prática, então, que parece gerar essas inconsistências.

Outras inconsistências ainda podem ser destacadas. Em um mesmo texto, do dia 19/04 – B, o revisor faz duas alterações e, mais à frente no texto, deixa de repeti-las quando os

termos mudados são vistos novamente. Enquanto ele muda a sigla “CPMI” para “CPI” nas ocorrências 1 e 2, e substitui “*vacantes*” por “*escaños*” na ocorrência 3, na ocorrência 4 deixa de mudar “*vacantes*” e na ocorrência 5 deixa de mudar “*CPMI*”. Ou seja, parece que o critério é relativo ou a revisão não foi feita por completo.

Nesse sentido, há a necessidade de aprimorar o processo de revisão, para que, também, o desenvolvimento do tradutor seja aprimorado. Por isso elaborei a terceira notação evidenciada na tabela 2, a fim de mostrar onde a revisão falhou e para mostrar, quando ainda era estagiário na Agência Senado, que comecei a corrigir alguns problemas que eu mesmo visualizava. A título de curiosidade, mostro algumas das mudanças que fiz por iniciativa própria a partir do ano de 2013. Uma delas é a tradução de “saúde”, no sentido de saúde pública, por “*salud*”, enquanto o mais adequado seria “*sanidad*”, como pode ser visto nos textos 29/03 (ocorrência 5) e 17/05 (ocorrência 2). E outra é a tradução do termo “Representação” por “*Representación*”, enquanto o termo utilizado pelo próprio Parlamento do Mercosul em espanhol é “*Delegación*”, encontrado diversas vezes nos textos 30/05 – A e 27/06.

Portanto, a revisão é importante como forma de estimular a melhoria nas traduções e como forma de informação aos tradutores, uma vez que não só corrige os erros, mas também mostra opções diferentes e pode incorporar no tradutor mais conhecimentos sobre a língua com a qual trabalha. Contudo, assim como a tradução, a revisão não está isenta de erros; é possível ser aprimorada e sua melhora também resulta no aprimoramento da própria tradução. Nesse sentido, reflete-se, a seguir, sobre um eventual retorno às traduções prontas como forma de aprimoramento e crescimento profissional e formativo.

## 5. A MODO DE RELATÓRIO DE DIFICULDADES DE TRADUÇÃO

A atuação do tradutor em um ambiente profissional está condicionada pelas expectativas de quem o emprega. Tal afirmativa confirma-se na análise dos dados apresentada no capítulo anterior. Uma vez que eu passava a adotar as práticas e padrões colocados pelas instâncias de revisão, a quantidade de ocorrências e intervenções delas diminuía. Contudo, não necessariamente a utilização desses padrões resulta numa tradução de melhor qualidade, ou, ainda, mais adequada ao público alvo, mas, naquele ambiente profissional, atuar segundo os critérios adotados implicava no reconhecimento do trabalho realizado.

Voltar a observar minhas primeiras versões para a Página Internacional, bem como suas revisões, me permitiu avaliar como, de fato, me desenvolvi como tradutor, tanto por perceber que hoje teria traduzido os textos de maneira diferente, quanto por verificar em que momento as revisões influenciaram a minha formação e minha atuação ao longo dos dois anos de estágio na Agência Senado. Esse desenvolvimento, porém, sugere um tratamento diferente, em certos aspectos, aos textos e às versões.

Propor uma retradução para os textos do recorte, ou ainda para os demais textos que traduzi, seria pouco produtivo e, de certo modo, irrelevante quando se considera que, por se tratar de textos jornalísticos, a pertinência cronológica de seus temas possa ter expirado. Na verdade, é pouco provável que haja alguém interessado em ler matérias publicadas há aproximadamente dois anos. No entanto, um retorno a esses textos, já no fim de minha formação no curso superior como tradutor e, também, sem o vínculo profissional com a instituição, pode ser interessante do ponto de vista reflexivo.

Um primeiro aspecto a destacar na minha experiência enquanto estagiário de tradução na Página Internacional é a prática recorrente da tradução literal, cujo uso produz nas versões em língua espanhola uma série de fenômenos estrangeirizados. Na verdade, a abordagem que os estagiários têm dos textos, na intenção de procurar manter as versões similares aos textos originais, parece advir das relações de poder hierarquizadas na instituição. Pode-se dizer que as ações tradutórias são influenciadas pela expectativa de como o texto traduzido será avaliado pelo editor e, por consequência, pelos superiores hierárquicos.

Nesse sentido, a existência de aspectos estrangeirizados nas versões da Página Internacional não só é natural, como é inevitável. Obviamente, uma tradução de texto jornalístico estrangeirizadora em seu todo é incoerente com aquilo que se espera de uma matéria dessa natureza e produz no público alvo um estranhamento evidente. Por outro lado,

há elementos, sobretudo terminológicos, que produzem estranhamento devido à própria temática dos textos, como, por exemplo, os nomes das comissões ou dos dispositivos legislativos e legais que são da rotina legislativa brasileira.

Faz sentido, pois, que esses elementos sejam traduzidos literalmente, porque podem não existir em outros países, ou, se existirem, seriam gerados problemas de como traduzir ou qual o termo de qual país é o que poderia facilitar a compreensão de todo o público alvo. Então, faria sentido se houvesse algum tipo de explicação para eles. Em certa ocasião, os estagiários de tradução para inglês e eu começamos a traduzir um glossário já existente com alguns termos do Legislativo brasileiro que pudessem explicar algumas dessas questões. Surgiram também outros temas cujo acréscimo a esse glossário seria interessante, mas esbarramos no problema da autorização para tanto: para que fosse possível acrescentar um novo termo no glossário da Página Internacional, deveria haver uma descrição dele escrita em português e aprovada previamente pela Agência Senado.

Percebe-se assim que há uma pequena margem de ação dos tradutores e, até certo ponto, dos demais envolvidos com a Página, na hora de tentar fazer alguma mudança ou melhoria no processo tradutório. Existem padrões procedimentais na Agência que precisam ser seguidos e qualquer questionamento deles não parece ser seriamente considerado. No entanto, com o passar do tempo fui adquirindo um pouco de liberdade acerca de como tratar a tradução; inclusive, no capítulo anterior mostrei algumas questões que mudei em minhas versões.

Dessa forma, com pouca possibilidade de alteração do modo como funciona a Página, o que eu como tradutor poderia fazer, com o olhar desse ambiente que o tempo e este trabalho proporcionaram, era propor um desprendimento maior da tradução literal. Depois de observar a natureza dos textos, identificando a linguagem jornalística e a temática legislativa, a tradução poderia ser feita numa estrutura jornalística mais acorde com a utilizada em língua espanhola, mas com a estrangeirização das questões legislativas, evitando o estranhamento do público alvo com relação à forma em que o texto está escrito e mantendo as particularidades que a Agência costuma resguardar.

Para fazê-lo, o tradutor precisaria pesquisar, por exemplo, como são tratadas as questões legislativas e políticas em jornais argentinos, uruguaios ou espanhóis, entre outros. Outra opção seria verificar se existem órgãos de notícias, como a Agência Senado, em parlamentos de outros países. Assim, depois de encontrar matérias e situações semelhantes,

seria importante analisar a linguagem que se usa nesses textos, bem como as estruturas linguísticas mais utilizadas e a forma como as informações são apresentadas.

Como mostrado no último capítulo, fiz algo parecido com a tradução do termo ‘Representação’ e com a mudança de sua tradução para “*Delegación*”, conforme utilizado no âmbito do Parlamento do Mercosul em espanhol. Mesmo assim, essas questões terminológicas podem ser questionadas e mudadas pelos revisores da Página.

Por isso, para esse contexto de trabalho, o tradutor precisaria preocupar-se mais com o aspecto linguístico, aproximando-o o máximo possível da linguagem jornalística em países de língua espanhola. Um começo poderia ser adequar a grafia de siglas e símbolos das moedas, mas isso, como também discutido anteriormente, seria sempre alterado pelo editor. No entanto, a adequação dos títulos parece ser possível, uma vez que revisor e editor já fizeram alterações neles. Ao acessar, por exemplo, o portal internacional do jornal *El País* no dia 05/06/2014, encontravam-se duas matérias onde o verbo inicia o título: “*Descubierta en Irlanda una fosa con casi 800 esqueletos de niños*” e “*Detenidos por corrupción el alcalde de Venecia y otras 34 personas*”. Sabe-se que em jornais, inclusive os virtuais, há uma preocupação com o tamanho do título; logo, alguns textos do recorte deste trabalho poderiam ter seus títulos adequados aos exemplos acima, como no texto do dia 12/04, que poderia ser publicado assim: “*Quieren facilitar reconocimiento de diplomas de universidades extranjeras*”. Também o título do texto do dia 17/05 poderia ser reescrito por “*Aprobados embajadores designados para Noruega y Nicaragua*”.

Não obstante, apenas a adequação dos títulos não seria suficiente para suprimir o estranhamento que um texto jornalístico estrangeirizado pode provocar. Nos textos originais, utiliza-se com frequência a voz passiva com o verbo “ser” mais particípio, enquanto em espanhol as opções pelo uso da voz ativa ou pela passiva com o pronome “se” são mais recorrentes.

Ilustrando a primeira possibilidade, vejamos um trecho do primeiro parágrafo do texto do dia 29/03, que está redigido assim: “*cuya indicación fue aprobada por la Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional (CRE)*”. O segmento em questão poderia ser escrito, sem uso da voz passiva, dessa forma: “*cuya indicación aprobó la Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional (CRE)*”, ou ainda colocando a comissão imediatamente antes do verbo.

Uma técnica que pode ser usada para evitar a tradução literal da voz passiva com “ser” mais particípio é a inversão da ordem das frases, onde o agente da passiva passa a

sujeito. É o segundo caso acima referido. Já no texto do dia 11/04, por exemplo, evitou-se a tradução literal de “foi deflagrada” (ocorrência 3), por meio da voz passiva reflexa, com o pronome “se”, resultando em “*La Operación Monte Carlo se realizó por la Policía Federal a finales de febrero (...)*”. Mas o trecho também poderia ser escrito com a voz ativa, onde “*Policía Federal*” assume papel de sujeito da ação: “*La Policía Federal realizó la Operación Monte Carlo a finales de febrero (...)*”.

Do ponto de vista gramatical, há questões que também precisariam ser revistas. A primeira delas eu passei a modificar nas últimas versões do meu período de estágio, mas dentro deste recorte ainda é observada. No texto do dia 22/03 – B, em seu segundo parágrafo, há duas ocasiões onde o advérbio “*sólo*” é utilizado com acento. Contudo, o acento só é obrigatório em caso de ambiguidade (MORENO e FERNÁNDEZ, 2007, p. 187), já que tal advérbio pode assumir caráter de quantidade, que é o caso em ambas as ocasiões no texto em questão, ou de modo. Assim, como não há ambiguidade nessa situação, o advérbio não deveria estar acentuado.

Por sua vez, no último parágrafo do texto anterior (22/03 – A) nota-se a influência do português na tradução, onde o adjetivo “*cada*” aparece precedido pela preposição “*a*”. O trecho em que se vê “*a cada año*” é inadequado, tendo em vista que o adjetivo em questão se usa anteposto a um substantivo (SECO e HERNÁNDEZ, 2006, p. 65), mas não deve ser acompanhado pela preposição, como em português. De fato, nesta língua também “não é necessário empregar a preposição *a* antes de *cada*, em adjuntos adverbiais de tempo” (CEGALLA, 2008, p. 71).

Outra questão que se repete e precisaria ser observada com cuidado é a forma de utilização do verbo “pedir” nas traduções. Novamente no texto do dia 22/03 – B, nos parágrafos 1, 3 e 10, utiliza-se de forma equivocada a preposição “para” na regência do verbo em questão. Na verdade, na língua espanhola não se usa essa preposição nos casos evidenciados no texto, mas deveria ser utilizada a conjunção “*que*” (SECO e HERNÁNDEZ, 2006, p. 247), de modo a introduzir uma oração subordinada adjetiva (MASIP, 1999, p. 165).

A questão terminológica também poderia ser reavaliada. É recorrente o uso do termo “*indicación*” como tradução do termo em português para indicação de um diplomata para embaixador em determinado país, como no texto do dia 29/03. No entanto, com base no Dicionário da *Real Academia Española* (DRAE), “*indicación*” é entendida como ato em que se mostra algo com indícios. Por outro lado, ao se buscar pelo termo “*designación*” no mesmo dicionário, é possível perceber que seu significado se aproxima mais do teor semântico do

termo em português, pois quer dizer ação ou efeito de destinar algo ou alguém para determinado fim. De fato, este termo parece ser o mais adequado quando se observa que o Senado da Espanha, ao divulgar parte de sua atividade parlamentar, utiliza o termo em contexto semelhante ao dos textos traduzidos, como em “*Pregunta sobre las previsiones del Gobierno con respecto a la apertura de la Embajada de España en Afganistán, una vez designado el Embajador*”<sup>18</sup>.

Outro termo pode ter sua pertinência questionada, e poderia ser discutido. O termo “*relator*” (ou relatora quando referente a uma senadora), que designa aquele(a) parlamentar(ia) responsável por analisar projeto de lei e elaborar relatório favorável ou não à sua aprovação, é encontrado no recorte proposto nos textos dos dias 22/03 – B e 29/03, sendo repetido outras 15 vezes. A partir da definição encontrada no DRAE, percebe-se a ausência de todo o significado do termo existente no contexto do Senado brasileiro, já que diz respeito a alguém que está a cargo de fazer a relação dos fatos e assuntos tratados em um congresso ou assembleia. Falta a questão da sugestão à aprovação ou reprovação da matéria, aspecto que se encontra na definição dada pelo DRAE ao termo “*ponente*”, que seria a pessoa designada para relatar e propor a resolução de determinado assunto. Desse modo, a adoção do termo “*ponente*” poderia ser adequada.

Essas são questões que foram pouco exploradas nas revisões e, também, pouco evidenciadas. Mas são aspectos que, além daqueles outros onde as revisões foram relevantes, também são importantes de considerar na formação do tradutor enquanto profissional. Portanto, o que se pretende mostrar aqui é que a tradução é um processo que pode ser continuamente aprimorado e o tradutor deve permanecer atento aos aspectos e fenômenos das línguas com as quais trabalha, para que consiga se adequar às necessidades específicas de cada serviço que realiza. Na sequência, apresentam-se as 27 versões revisadas com suas respectivas marcas de tradução, de modo que possam ser comparadas aos seus estratos presentes da Tabela de Ocorrências e que possam ser vistas em sua totalidade.

---

<sup>18</sup> Disponível em:

<http://www.senado.es/web/actividadparlamentaria/iniciativas/detalleiniciativa/index.html?legis=8&id1=684&id2=018929>. Acessado dia 15 de junho de 2014 às 10:45.

## 6. TEXTOS DE CHEGADA

### (22/03 – A) Sarney quiere fortalecer la amistad entre Brasil y China<sup>19</sup>

El presidente del Senado, José Sarney (PMDB-AP), defendió, el miércoles (21), el fortalecimiento de la amistad entre China y Brasil, y una relación más estrecha entre los dos países. El senador recibió al vicepresidente del Comité Permanente de la Asamblea Popular Nacional de China, Wang Zhaoguo, para una visita de cortesía.

Mostrando admiración y respeto por el país asiático, José Sarney dijo que la actual fase de la relación entre las dos naciones es muy buena y podrá ser fortalecida aún más. El presidente recordó su encuentro en 1988 con el líder chino Deng Xiaoping, cuando firmó una serie de acuerdos y expuso la importancia de mantener un intercambio comercial sólido entre los dos países.

Wang Zhaoguo, a su vez, dijo que el pueblo chino sabe la importancia del presidente Sarney, considerado un “viejo amigo” y uno de los responsables por la buena relación actual de los dos países.

Según el representante de China, Brasil y China están creciendo visiblemente y enfrentan desafíos similares. Las oportunidades también son similares y por lo tanto deben ser utilizadas.

–Después de casi 38 años de relaciones diplomáticas entre las dos naciones, ha habido un progreso constante. Las visitas realizadas por el expresidente Lula y por la presidenta Dilma Rousseff también contribuyeron para esto –dijo Zhaoguo.

Él recordó que, en 2011, el comercio bilateral llegó a 84 mil millones de dólares y tiende a crecer. Ciencia, tecnología y educación son áreas de posible cooperación.

Río+20

El presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores del Senado (CRE), Fernando Collor de Mello (PTB-AL), aprovechó para pedir a China que envíe representantes “del más alto nivel” del gobierno chino a la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible (Río+20), que se celebrará en junio en Río de Janeiro.

Wang Zhaoguo informó que representantes del alto escalafón del gobierno chino estarán presentes en la capital del estado, y para responder Fernando Collor dijo que a cada año la economía china crece más que la meta inicial prevista por el equipo económico.

---

<sup>19</sup> Notações: vide Tabela 2 na página 28.



### **(22/03 – B) Comisión pide fin de bloqueo económico de EE.UU. a Cuba**

La Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional (CRE) decidió, el jueves (22), hacer un reclamo a los Estados Unidos para “detener el bloqueo económico y comercial contra Cuba”. Poco después, sin embargo, la comisión rechazó una propuesta para pedirle al gobierno cubano para que conceda un indulto a los presos políticos que aún se encuentran en cárceles de ese país y la autorización para que la bloguera Yaoni Sánchez viaje a otras naciones, como Brasil.

Las dos medidas fueron sugeridas en solicitudes del mismo senador, Eduardo Suplicy (PT-SP), y recibieron el apoyo del senador Pedro Simon (PMDB-RS), relator en ambos los casos. Sin embargo, durante la votación, sólo la primera solicitud fue aprobada. En la votación de la segunda solicitud, de los 10 senadores presentes, sólo tres –Suplicy, Simón y Ana Amélia (PP-RS) – votaron por su aprobación.

En la defensa de las dos solicitudes, Simon hizo una dura crítica al mantenimiento del embargo económico a Cuba, que se mantiene desde hace más de 50 años. Al mismo tiempo, el relator consideró justo pedirle a Cuba para “avanzar hacia las libertades”, permitiendo la entrada y salida de nacionales cubanos del país y la liberación de los presos políticos. Él consideró interesante que se votara las dos solicitudes al mismo tiempo.

Poco después, la senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) anunció su posición favorable sólo a la primera solicitud. En su opinión, el bloqueo económico a Cuba puede ser considerado un “atentado a los derechos humanos”, por causar daño a la población del país. Por otro lado, preguntó quién estaba financiando el trabajo de la bloguera Yaoni Sánchez y criticó la propuesta de Suplicy para que el gobierno cubano liberara a los presos políticos de la isla.

–Respeto a Cuba y no me gustaría tratar de los asuntos internos de ese país –afirmó Vanessa.

El mismo argumento fue utilizado por el senador Randolfe Rodrigues (PSOL-PA), para quien las dos solicitudes tenían diferentes objetivos. Según dijo, el Senado brasileño estaría “invadiendo la soberanía de Cuba” al decir quién debe o no quedarse detenido en ese país.

Simon argumentó, por su vez, que la aprobación simultánea de ambas solicitudes estaría en un contexto de una propuesta de “paz general” en las relaciones entre Estados Unidos y Cuba. Suplicy también solicitó la aprobación de las dos propuestas.

–En los Estados Unidos dicen que, si Cuba muestra signos de una mayor libertad, el embargo va a terminar pronto. El embajador de Cuba ha dejado de responder a mis llamadas, pero lo hago como amigo del pueblo cubano –dijo Suplicy.

El presidente de la comisión, el senador Fernando Collor (PTB-AL), previó que la aprobación de la segunda solicitud podría convertirse en un “mensaje mal entendido por el gobierno cubano”. La solicitación, en su opinión, podría distanciar Brasil de Cuba y “obstaculizar un diálogo más fluido con ese país”. Del mismo modo, el senador Delcídio do Amaral (PT-MS) dijo que el texto propuesto por Suplicy se podría considerar como “una intromisión en los asuntos internos de un país con el cual Brasil tiene buenas relaciones”.

La solicitud aprobada por la comisión pide aún al gobierno de los Estados Unidos para liberar

a cinco cubanos presos en su territorio, acusados de espionaje, además del cierre de la base militar de Guantánamo, mantenida por el gobierno estadounidense en territorio cubano.

### **(29/03) Filipinas puede ser puente hacia el sureste de Asia, dice embajador**

Filipinas puede ser un puente entre Brasil y la Asociación de Naciones del Sureste Asiático (*Asean*), dijo el jueves (29) el embajador designado para representar al país en Manila, ministro de segunda clase George Ney de Souza Fernandes, cuya indicación fue aprobada por la Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional (CRE).

En noviembre del año pasado, recordó el embajador, el ministro brasileño de Relaciones Exteriores, Antonio Patriota, participó de reunión en la cumbre de la asociación, en Bali, Indonesia, y firmó la declaración de adhesión al Tratado de Amistad y Cooperación en el Sureste Asiático. También en 2011, dijo que Filipinas ha sido responsable por un proceso de acercamiento entre la *Asean* –que comprende a Brunei, Camboya, Indonesia, Laos, Malasia, Myanmar, Filipinas, Singapur, Tailandia y Vietnam– y el Mercosur. Los dos bloques podrán firmar un acuerdo de libre comercio.

–Filipinas quiere ser la cabeza de puente de Brasil en la *Asean*. Ellos quieren que Brasil sea un socio en el diálogo, a nivel de [ ] Estados Unidos, y no sólo un país asociado– afirmó Fernandes, cuyo mensaje de indicación tuvo como relator el senador RandolfeRodrigues (PSOL-AP).

#### **República Dominicana**

En la misma reunión, la comisión aprobó opiniones favorables a los mensajes presidenciales de indicación de los ministros de primera clase José Marcus Vinicius de Sousa y Jorge Geraldo Kadri para ejercer, respectivamente, las funciones de los embajadores de la República Dominicana y Polonia.

En su presentación ante los senadores, Vinicius de Sousa –cuyo mensaje de indicación tuvo como relatora la senadora Ana Amelia (PP-RS) – señaló el “potencial extraordinario” de las relaciones entre Brasil y República Dominicana. Él mencionó en particular las posibilidades de ampliar la cooperación técnica y cultural entre los dos países, con énfasis en las áreas de tecnología de la información, agricultura, salud, desarrollo sostenible y las energías renovables.

#### **Polonia**

A su vez, Kadri –cuyo mensaje de indicación tuvo como relatora la senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) – anunció su intención de promover un esfuerzo para “disminuir el hiato que existe entre la cooperación en curso entre los dos países y la cooperación potencial, mucho más grande”.

El embajador también informó que los gobiernos de los estados de São Paulo, Goiás y Paraná –donde se concentra la mayor parte de la colonia de 1,8 millones de descendientes de polacos en Brasil– ya enviaron misiones a Polonia.

#### **(10/04) Experto alerta sobre el riesgo real de terrorismo en Brasil**

En audiencia de la Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional (CRE), el lunes (9), el profesor Márcio Paulo Buzanelli destacó que es falsa la impresión de que el terrorismo es una amenaza lejana de Brasil y advirtió la visibilidad que eventos como la Copa del Mundo en 2014 y los Juegos Olímpicos de 2016 tendrán para cualquier interesado en la realización de ataques.

Según Buzanelli, ex director general de la Agencia Brasileña de Inteligencia (Abin), la globalización y la facilidad de los viajes aéreos facilitan la realización de ataques en cualquier lugar, y Brasil debe observar estas amenazas y dar la respuesta debida.

Buzanelli observó una clara tendencia hacia el mantenimiento de la amenaza, especialmente de parte de los grupos radicales islámicos [\_\_\_]. En la actualidad, la estrategia de Al Qaeda y de otras organizaciones terroristas se ha concentrado en numerosos y pequeños atentados, dijo.

#### **Guerra cibernética**

El general de división José Carlos dos Santos, jefe del Centro de Ciberdefensa (CDCiber), aclaró que es deber del Ejército la coordinación de la defensa cibernética, por tener una presencia más distribuida por el territorio, pero subrayó que la seguridad de las computadoras y las redes es un tema transversal que implica a toda la sociedad.

Santos lamentó la carencia persistente de las inversiones en ciencia y tecnología en Brasil. Según señaló, India hizo grandes inversiones en el sector y ha recogido buenos resultados en la última década.

Jorge Henrique Cabral Fernandes, profesor del Departamento de Ciencias de la Computación en la Universidad de Brasilia (UnB), destacó el conjunto de transformaciones en la sociedad cada vez más dependiente de las computadoras y de software, lo que llamó de la creación de una “nueva virtualidad”. En su opinión, eso hace inevitable la presencia de vulnerabilidades.

Bo Mathiasen, representante regional para el Cono Sur de la Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (Unodc), presentó cifras que revelan el desplazamiento del mercado de drogas en los últimos diez años. Mientras hubo una reducción en el consumo de cocaína en los Estados Unidos, otros mercados han crecido, lo que el experto atribuyó al cambio de hábitos y a la caída del precio de la sustancia.

**(11/04) Investigarán relaciones entre Cachoeira y los parlamentarios**

Las relaciones entre los parlamentarios y el empresario Carlinhos Cachoeira deben ser investigadas por una Comisión Parlamentaria Mixta de Averiguación (CPMI). La expectativa es que la instalación de la comisión, con miembros del Senado y de la Cámara, ocurra en los próximos días, afirmó el senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que participó de una reunión de líderes el martes (10).

La posibilidad de instalar una comisión mixta ya se discutía por los presidentes del Senado, José Sarney, y de la Cámara, Marco Maia. Durante la sesión de deliberación de este martes, los líderes del partido en el Senado manifestaron a Sarney su preferencia por la CPMI, en lugar de las comisiones exclusivas de cada Casa. La creación de la CPMI requiere las firmas de al menos 27 senadores y 171 diputados.

El líder del PSDB, Alvaro Dias (PR), añadió que, además de las cuestiones relacionadas con la Operación Monte Carlo, que resultó en el arresto de Cachoeira, la comisión investigará la participación de agentes públicos y privados con otras actividades ilegales.

**Operación Monte Carlo**

La Operación Monte Carlo se realizó por la Policía Federal a finales de febrero, para desbaratar una estructura ilegal de juegos de azar, que sería dirigida por Carlinhos Cachoeira. El empresario se encuentra detenido en una prisión federal en Mossoró (RN).

Escuchas de la operación divulgadas por la prensa revelaron conversaciones sospechosas entre el senador Demóstenes Torres (sin partido-GO) y Carlinhos Cachoeira. Las investigaciones de la Policía Federal también señalaron la existencia de vínculos estrechos entre Cachoeira y diputados federales.

El senador, que pidió la desafiliación del DEM, también debe responder a un proceso en el Consejo de Ética del Senado. La reclamación presentada por el PSOL, por infracción del decoro parlamentario, se aprobó el martes. El jueves, el consejo volverá a reunirse, para establecer el relator del caso. Demóstenes tiene 10 días para presentar su defensa previa al colegiado.

#### **(12/04) Senadores quieren facilitar [ ] reconocimiento de diplomas de universidades extranjeras**

Brasil necesita resolver el problema de sus “exiliados académicos”, dijo el jueves (12) el senador Cristovam Buarque (PDT-DF), durante audiencia pública sobre el Proyecto de Ley del Senado (PLS) 399/11, que trata de la revalidación de los diplomas expedidos por instituciones extranjeras de educación superior. Al anunciar su voto a favor de la propuesta, el senador sugirió que se beneficien no sólo los futuros estudiantes, sino también aquellos que ya hicieron cursos en el extranjero.

–Se trata de una cuestión de derechos humanos. Decenas de miles de jóvenes son ahora prácticamente exiliados académicos, pues pueden entrar en el país, pero no en el despacho o en la oficina de ingeniería. En un momento en que Brasil se enfrenta a una escasez de profesionales, desperdiciamos los que tienen diploma extranjero. No podemos validar todos los diplomas, pero no podemos romperlos todos –afirmó Cristovam durante la audiencia conjunta de las Comisiones de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional (CRE) y de Educación, Cultura y Deportes (CE).

De autoría del senador Roberto Requião (PMDB-PR), quien presidió la reunión, el proyecto de ley establece que “los diplomas de cursos de graduación, maestría o doctorado de reconocida calidad académica, emitidos por instituciones extranjeras de educación superior, podrán tener revalidación o el reconocimiento automático”. Competirá al Poder Público, continúa el texto, divulgar periódicamente la lista de cursos reconocidos.

Al presentar la propuesta, Requião recordó que la Universidad Federal de Paraná, por la cual se formó abogado, no aceptó contratar para profesor un “extraordinario jurista uruguayo” porque él no tenía diploma reconocido en Brasil.

El secretario de Educación Superior del Ministerio de Educación, Amaro Enrique Pessoa Lins, consideró oportuno el debate sobre el tema, en el momento en que hay una falta de profesionales en diversos sectores de la economía brasileña. Dijo que el ministerio está dispuesto a “escuchar a todos los que participan en el tema”, en el proceso de formulación de una nueva política sobre revalidación de diplomas.

Más de 20 mil brasileños que hicieron cursos al extranjero “no tienen sus derechos respetados”, según dijo en la reunión el Presidente de la Asociación Nacional de Posgraduados en Instituciones Extranjeras de Educación Superior, Vicente Celestino de França. En su opinión, actualmente existe un “bloqueo” a la revalidación de los diplomas en las universidades brasileñas, a las cuales compete la tarea de reconocer los documentos emitidos por instituciones de otros países.

Al presentar la posición de las universidades federales, la Pro-Rectora de Investigación y Posgrado de la Universidad Federal de Goiás, Divina das Dores de Paula Cardoso, señaló que más de la mitad de los títulos que llegan de otros países no pueden ser reconocidos, lo que genera, como admitió, una “situación muy grave para el estudiante, para la institución que no puede reconocer el diploma y para Brasil”.

–Con base en mi institución, la gran mayoría de los diplomas que llegan para ser reconocidos no provienen de grandes instituciones de excelencia mundial, pero de instituciones totalmente desconocidas –afirmó Divina.

**(19/04 – A) Paulo Paim defiende enfoque social en Parlasur**

Pese a que los objetivos económicos hayan impulsado la creación del Mercosur, el enfoque social es esencial en el proceso de integración. Así lo dijo en la sesión plenaria del lunes(16) el senador Paulo Paim (PT-RS), que tomará posesión en la próxima reunión del Parlamento del Mercosur (Parlasur). El senador afirmó que el enfoque de su mandato en el bloque será en la integración social y política de los países miembros.

–Llevo conmigo toda la voluntad de acertar y mucha determinación, para que el Mercosur envuelva, cada vez más, no sólo las cuestiones económicas, sino también la cuestión social y las políticas de derechos humanos –afirmó.

Para el senador, además de garantizar la libre circulación de bienes, servicios y capitales, hay que asegurar las condiciones para la libre circulación de personas en el bloque. El proceso consiste en la discusión de las garantías laborales y sociales, tales como los relacionados con la seguridad social. La transposición de los derechos a la realidad de las relaciones laborales, según Paim, es aún más difícil de aplicar cuando se trata del contexto multinacional.

El senador también defendió el fortalecimiento de los mecanismos de participación de la sociedad en las instituciones del bloque. Con el aumento de la agenda social, la necesidad de ampliar esa participación se vuelve estratégica para el buen funcionamiento. A manera de ejemplo, el senador citó las elecciones para la selección de los representantes brasileños del Parlasur, que se celebrará en el 2014.

–Estoy seguro de que la realización de estas elecciones será un hito para fortalecer el Mercosur, porque un indicado es diferente de un electo.

Quien es electo tiene que rendir cuentas a la población. Quien es indicado sólo rinde cuentas a quien lo indicó.



**(19/04 – B) Congreso crea comisión de averiguación para investigar Cachoeira**

El Congreso estableció el jueves (19) la creación de la Comisión Parlamentaria Mixta de Averiguación (CPI) que investigará las relaciones de agentes públicos y privados con el empresario Carlos Augusto Ramos, Carlinhos Cachoeira. La lectura de la solicitud para este propósito se realizó en una sesión extraordinaria del Congreso Nacional, por el primero secretario, el diputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), y constituye regimentalmente el acto de creación de la CPI.

Con la formalización de la investigación, se abre un plazo de cinco días para que los partidos indiquen los 15 senadores y los 15 diputados federales miembros del colegiado, con un número igual de suplentes. Del total de 30 titulares, la oposición tiene derecho a siete escaños.

La vicepresidenta del Congreso, Rosede Freitas (PMDB-ES), convocó a una sesión conjunta para el martes (24) a las 19h30, para presentación de los miembros de la comisión. Esa es también la fecha límite para indicación de los nombres por los grupos partidarios.

Según el reglamento, los partidos o [ ] bloques tendrán derecho a la cantidad de yacantes proporcional al tamaño de sus grupos. Según ese criterio, la presidencia de la comisión se quedará con el PMDB del Senado y la relatoría con el PT de la Cámara.

En la primera reunión de la CPMI, se elegirá el presidente del colegiado y se indicará su relator. La comisión tiene el plazo de 180 días, con posibilidad de prórroga, para concluir los trabajos.

Según la solicitud, el objeto de la CPMI es investigar las prácticas criminales descubiertas por las operaciones Vegas y Monte Carlo, de la Policía Federal, con la participación de Cachoeira y agentes públicos y privados. La comisión también averiguará el aparato de interceptación y vigilancia de las comunicaciones realizadas por el contraventor.

La solicitud sumaba hasta el acto de lectura 72 firmas en el Senado y 337 en la Cámara, cantidad más que suficiente para garantizar el quórum, que es de 27 senadores y 171 diputados.

### **(03/05) Aprobados nuevos embajadores para Eslovaquia y Botsuana**

Dos países con buenas perspectivas de crecimiento económico – uno en Europa Oriental y otro en África – tendrán nuevos embajadores brasileños. La Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional (CRE) aprobó, el jueves (3), dictámenes favorables a los mensajes presidenciales de indicación de la ministra de primera clase Susan Kleebank y del ministro de segunda clase Márcio Araújo Lage para ejercer, respectivamente, los cargos de embajadores de Brasil en la República Eslovaca y en Botsuana. El Plenario votará aún los mensajes.

En su presentación ante los senadores, Susan Kleebank – cuya indicación tuvo como relator el senador Cyro Miranda (PSDB-GO) – afirmó que el gobierno eslovaco tiene adoptado medidas de control fiscal y de reducción de gastos, como respuesta a la crisis internacional. Sin embargo, incluso ante esta coyuntura, las inversiones extranjeras en Eslovaquia aumentaron el 4,5% el año pasado.

Están representadas en aquel país – que se hizo independiente de la antigua Checoslovaquia en 1993 – más de 100 grandes empresas estadounidenses, además de las grandes empresas europeas como Volkswagen, que tiene como objetivo producir allí la mitad del volumen de automóviles actualmente fabricados por la empresa en Brasil. Según la embajadora indicada, el gobierno eslovaco pretende transformar Bratislava, la capital del país, en un gran centro de alta tecnología, donde ya se encuentran empresas como Microsoft y HP.

Ella señaló la presencia, en aquel país, de la empresa brasileña Embraco, fabricante de compresores de refrigeración, que emplea a más de dos mil personas, y anunció su intención de llevar, a Eslovaquia, estudiantes brasileños beneficiados por el programa Ciencia sin Fronteras.

Se puede considerar Eslovaquia la “nueva Suiza de Europa Oriental”, según dijo al concordar con el comentario hecho durante la reunión por el senador Luiz Henrique (PMDB-SC), que ha visitado el país varias veces. Pero la mejor definición, de acuerdo con la embajadora, sería la de “Valle del Silicio” europeo.

### **África**

El embajador designado para Botsuana definió el país africano como una “democracia floreciente, que cuenta con significativa estabilidad y crecimiento económico”. Según Araújo Lage, ya se está negociando la adopción, por parte de Botsuana, del estándar nipobrasileño de televisión digital. Además, señaló, las empresas brasileñas se podrán interesar por grandes obras de infraestructura planificadas por aquel país, como las del riego de nuevas tierras agrícolas y un ferrocarril que podrá atravesar de este a oeste de Botsuana, ayudando a conectar a Mozambique, bañado por el océano Índico, a Namibia, junto al océano Atlántico.

–Botsuana se encuentra en el centro de África Austral y pode convertirse en un núcleo de nuevas oportunidades de inversión y de exportaciones –dijo Lage, cuyo mensaje de indicación tuvo como relator el senador Luiz Henrique.

### **(17/05) Comisión aprueba embajadores designados para Noruega y Nicaragua**

La Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional (CRE) aprobó el jueves (17) las indicaciones de los nuevos embajadores brasileños ante Noruega, país con el mayor Índice de Desarrollo Humano (IDH) en el mundo, y ante a Nicaragua, el segundo país más pobre de las Américas y detentor del 115° IDH en el planeta. Las dos indicaciones se confirmarán todavía por el Plenario.

El mensaje, que contiene la indicación del ministro de primera clase Luiz Felipe Mendonça Filho para el cargo de embajador en Nicaragua, cuyo relator fue el senador Aníbal Diniz (PT-AC), ha sido el primero a aprobarse. Actual embajador en El Salvador, Mendonça va a sustituir en Managua al ministro de primera clase Flavio Helmold Macieira, designado para embajador en Oslo, a través de mensaje que tuvo como relator el senador Paulo Bauer (PSDB-CE).

En su presentación a los miembros de la comisión, Luiz Felipe Mendonça Filho informó que Nicaragua – inmediatamente detrás de Haití en la lista de los países más pobres de las Américas – tiene el 48% de la población por debajo de la línea de pobreza. Tiene todavía un déficit de 1.000 millones de dólares en su comercio exterior, cubierto principalmente por las remesas de nicaragüenses que viven en los Estados Unidos, con quien mantiene “relaciones densas” a pesar de las diferencias ideológicas.

Sin embargo, a pesar de la pobreza, el país tiene los niveles más bajos de violencia en América Central, según relató el embajador indicado, en respuesta a pregunta de Aníbal Diniz. Y el presidente Daniel Ortega – manteniendo los ideales de la Revolución Sandinista, como dijo el indicado en respuesta al senador Eduardo Suplicy (PT-SP) – tiene una gran popularidad debido a los programas de asistencia social y a la oferta de servicios gratuitos de salud y educación.

En la relación bilateral, el embajador destacó la importancia del proyecto de construcción, por la empresa brasileña Queiroz Galvão, de la hidroeléctrica Tumarín, que será la más grande del país, con 220 megavatios. Según Mendonça, “falta poco para la concretización del primer gran proyecto de exportación de servicios de ingeniería” de Brasil a aquel país, alrededor de 1.100 millones de dólares. El proyecto implica inversión de la Eletrobrás y financiamiento del Banco Nacional de Desarrollo Económico e Social (BNDES).

#### **Fondo**

A su vez, Flávio Helmond Macieira señaló la importancia de la decisión del gobierno de Noruega, con tradicional preocupación por las cuestiones ambientales, de invertir 1.000 millones de dólares en 2015 en el Fondo Amazonia, de protección de la selva brasileña. Él también elogió la creación, por aquel país, de un fondo soberano dedicado a la inversión de recursos obtenidos con la venta de petróleo sacado del Mar del Norte.

Utilizado como ejemplo, por el gobierno brasileño, en la elaboración del Fondo Social del Pre-Sal, que va a administrar los recursos obtenidos de la explotación del crudo en aguas profundas en la plataforma continental, el fondo noruego tiene una “concepción brillante”, en la opinión del embajador indicado, “por seguir la lógica de que las futuras generaciones deben disfrutar de la misma riqueza que las actuales”.

**(23/05) Cachoeira mantiene silencio en comisión de averiguación**

Sin respuestas del principal investigado. Así se encerró la reunión para escuchar Carlos Augusto Ramos, Carlinhos Cachoeira, en la CPI que investiga sus relaciones con agentes públicos y privados. Guiado por la defensa, el acusado de dirigir una organización criminal con fuertes conexiones políticas y empresariales utilizó el derecho constitucional de permanecer en silencio, a pesar de las provocaciones de los parlamentarios. Cachoeira, que sigue encarcelado, dijo que sólo va a hablar con los parlamentarios después de declarar en juicio.

–Estamos haciendo un papel ridículo delante de ese señor, de ese ciudadano, que nos está manipulando. Si estamos aquí preguntando a una momia, a un ciudadano que no quiere contestar, ¿lo que la gente en su casa está pensando de nosotros? –cuestionó la senadora Kátia Abreu (PSD-TO), autora de solicitud que encerró la sesión después de horas de silencio de Cachoeira ante diputados y senadores.

Durante la reunión, parlamentarios advirtieron al declarante acerca de posibles daños por su opción de no responder a las preguntas. Además, propusieron que Cachoeira hiciera la llamada delación premiada, señalando a las personas involucradas con el aparato, recibiendo así los beneficios de la ley.

El abogado de Cachoeira, el ex ministro de la Justicia Márcio Thomaz Bastos, resaltó que el investigado tiene el derecho de permanecer en silencio, lo que significa que este acto no podrá perjudicarlo.

–Estamos estudiando el proceso para darle una orientación segura. Él no será ni puede ser perjudicado si no habla –declaró Thomaz Bastos.

### **(24/05 – A) Organización de la Amazonía pide apoyo al Congreso Nacional**

El Congreso necesita ayudar en la divulgación y fortalecimiento de la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA). La solicitud fue hecha por representantes de la entidad, en una audiencia pública en el Senado el miércoles (23). La reunión fue celebrada conjuntamente por la Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional (CRE) y por la Comisión Mixta de Cambios Climáticos (CMMC).

Fundada en 1995, la OTCA tiene como objetivo poner en práctica los principios recogidos en el Tratado de Cooperación Amazónica, firmado en 1978, en defensa de la preservación del medioambiente y del uso racional de los recursos naturales en la Amazonía. Compuesta por ocho países que conforman el bioma amazónico – Brasil, Bolivia, Colombia, Ecuador, Guyana, Perú, Surinam y Venezuela –, la organización se impulsó en el inicio de los años 2000, cuando surgió un movimiento, procedente de países desarrollados, para la internacionalización de la selva. El argumento era que las naciones que formaban parte de la Amazonía no serían capaces de mantenerla.

Probar a la comunidad internacional que tienen la competencia para mantener la Amazonía conservada es uno de los retos de los países miembros de la OTCA. Para eso, en 2010, ellos firmaron un documento en Lima, Perú, con el compromiso de revitalizar la organización. El director del Departamento de América del Sur del Ministerio de las Relaciones Exteriores, Clemente Baena Soares, explicó que la OTCA es todavía desconocida, incluso dentro de la Amazonía. Por lo tanto, la entidad quiere aprovechar la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible, la Río+20, en junio, en Río de Janeiro, para dar mayor visibilidad a su trabajo.

–Estamos a la espera de la firma, durante la Río+20, del primer gran proyecto de la OTCA, que abarcará a todos los países amazónicos. El proyecto, financiado por el Fondo de la Amazonía, del BNDES, hará el seguimiento de la deforestación en la región y lo va a compartir con los ocho países interesados –dijo Baena.

#### **Agenda Estratégica**

El proyecto de seguimiento será el primero de una agenda estratégica elaborada por la OTCA en noviembre del último año, con la firma del Compromiso de Manaus, durante encuentro de los países en la capital de Amazonas. El presidente de la Comisión de Coordinación del Consejo de Cooperación Amazónica (CCOOR), Horacio Sevilla Borja, explicó en la audiencia pública que, además de demostrar que son capaces de cuidar de la Amazonía, los países de la OTCA tienen otros dos retos.

Uno de ellos es invertir en conocimiento científico en la región. Según el presidente de la CCOOR, la mayoría de las investigaciones sobre la riqueza de la biodiversidad amazónica se lleva a cabo hoy por las naciones desarrolladas. Es necesario que los países de la OTCA se preparen para explorar la riqueza de la región. La organización cuenta con dos propuestas en este sentido: el establecimiento del Observatorio Amazónico, fuero que reunirá a instituciones y autoridades para el estudio de la biodiversidad amazónica, y la creación de la Universidad Regional Amazónica, una especie de centro académico y de investigación de carácter intergubernamental.

El otro desafío es promover el desarrollo sostenible de la región. Horacio Borja afirmó que los

países deben hacerse cargo de la cuestión económica, social, ambiental y cultural de la Amazonía, teniendo especial cuidado con la población que vive en el local, pobres en general, y también con los pueblos ancestrales, como los indígenas, que sobreviven en la selva, muchos todavía de forma aislada. También es fundamental respetar el delicado medioambiente de la selva al elegir los sistemas económicos que se adopten en la región.

–La principal preocupación de los miembros de la OTCA con relación a la soberanía es demostrar que los países son suficientemente responsables no sólo para proteger la Región Amazónica, sino también para desarrollarla preservando el medioambiente –dijo el secretario general de la entidad, embajador Alejandro Gordilho.

#### Autonomía financiera

En respuesta al cuestionamiento de la senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), autora de la solicitud de celebración de la audiencia pública, sobre cómo el Congreso Nacional podría ayudar a las actividades de la OTCA, los representantes de la entidad fueron unánimes: ofreciendo respaldo político a la organización y ayudándola a conquistar autonomía financiera.

La OTCA cuenta hoy con un presupuesto de 1,6 millones de dólares anuales, reunidos por contribución de sus países miembros. De esta cantidad, Brasil contribuye con aproximadamente 700 mil dólares.

La propuesta de los representantes de la OTCA es que el Congreso refuerce los llamamientos para que el Itamaraty conceda a la organización un edificio propio. La OTCA es la única organización internacional con sede en Brasil y trabaja en un edificio alquilado, lo que consume parte de los escasos recursos de la entidad. La entrega de un edificio propio para la organización serviría para mostrar que existe respaldo político y también sería un alivio económico frente a las dificultades financieras.

–Tenemos un plan ambicioso y la OTCA tiene recursos financieros muy limitados. Y no podemos aceptar que la ayuda venga de países desarrollados interesados en tener influencia en la región. Tendremos que ser más creativos. Y por eso necesitamos del respaldo de la población, □ los parlamentos y □ los gobiernos –subrayó el presidente de la Comisión de Coordinación del Consejo de Cooperación Amazónica (CCOOR), Horacio Borja.

Los representantes de la OTCA defienden todavía la búsqueda por una legislación ambiental coordinada, para que en la Amazonía no haya leyes distintas, y la revitalización del Parlamento de la Amazonía, ya creado en Brasil, pero sin acción efectiva.

## **(24/05 – B) Senado aprueba acuerdos y embajadores**

El Plenario del Senado aprobó, el miércoles (23), cinco proyectos de decreto legislativo de acuerdos de cooperación entre Brasil y Rumanía, Liberia, Ucrania, Consejo Federal Suizo □ y los países miembros del sudeste de Asia. Todos seguirán para promulgación.

El primero, PDS 63/2012, aprueba el acuerdo entre Brasil y Rumanía sobre el ejercicio de actividades remuneradas por parte de dependientes de los miembros de misión diplomática y oficinas consulares, celebrado en Río de Janeiro, en 2010.

El PDS 68/11 aprueba un acuerdo similar entre Brasil y Liberia, para el ejercicio de actividades remuneradas por dependientes de funcionarios diplomáticos, consulares, militares, administrativos y técnicos, celebrado en Brasilia, en abril de 2010.

El PDS 69/2012 aprueba el texto del acuerdo de cooperación cultural entre Brasil y Ucrania, firmado en Kiev, en diciembre de 2009.

Fue aprobado aún el PDS 70/2012, que trata del acuerdo entre el gobierno brasileño y el Consejo Federal Suizo sobre Cooperación en Ciencia y Tecnología, firmado en Berna, en septiembre de 2009. La intención del acuerdo es “elevar el nivel de las relaciones entre Brasil y Suiza y fortalecer los lazos entre las comunidades científicas de ambos países”.

### **Sudeste Asiático**

Ya el PDS 122/2012 autoriza la adhesión de Brasil al texto del Tratado de Amistad y Cooperación en el Sudeste Asiático firmado en Bali, en febrero de 1976, por los países miembros de la Asociación de Naciones del Sudeste Asiático (Asean).

Brasil, al inserirse en esta estructura – que permite la adhesión de “Estados soberanos” de fuera de la región – reafirma el grupo como el mecanismo más representativo de integración asiático, con proyecciones en materia de gobernanza mundial y relaciones estrechas con los países miembros, más compatible con el alcance de la agenda de Brasil en el sudeste asiático, dice el texto de la proposición aprobada en el Plenario.

### **Embajadores**

El Plenario también aprobó las indicaciones para los cargos de embajador de Brasil en Nicaragua, Luiz Felipe Mendonça Filho, y en Noruega, Flávio Helmod Macieira. Sus nombres fueron aprobados por la Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional (CRE) el último jueves (17), después de audiencia de los indicados. La aprobación se comunicará a la presidenta, Dilma Rousseff.

Luiz Felipe Mendonça Filho sustituirá a Flavio Helmod Macieira, que actualmente dirige la embajada en aquel país de la América Central, cuya capital es Managua. Su nombre fue aprobado con 54 votos a favor, siete contrarios y una abstención. En la audiencia, el indicado informó que Nicaragua tiene el 48% de la población por debajo de la línea de la pobreza, pero el país tiene los índices más bajos de violencia de Centroamérica.

Flávio Helmond Macieira tuvo su nombre aprobado con 58 votos a favor, siete contrarios y ninguna abstención. Además de representar Brasil ante el Reino de Noruega – cuya capital es

Oslo –, él ejercerá, de forma acumulativa, el cargo de embajador ante la República de Islandia. En la audiencia, él resaltó la importancia de la decisión del gobierno de Noruega de invertir US\$ 1.000 millones, hasta 2015, en el Fondo Amazonía, destinado a proteger a la selva brasileña.



### **(30/05 – A) Parlamentarios de Brasil y Argentina discutirán comercio bilateral**

Las dificultades que se enfrentan actualmente en el comercio entre Brasil y Argentina serán discutidas por parlamentarios de los dos países en debate previsto para el 12 de junio, al cual se invitará el ministro brasileño de Desarrollo, Industria y Comercio Exterior, Fernando Pimentel. Propuesta en ese sentido, presentada por el senador Roberto Requião (PMDB-PR), fue aprobada el martes (29) por la Representación Brasileña en el Parlamento del Mercosur (Parlasur).

La senadora Laura Montero, presidenta de la Comisión de Economía Nacional e Inversión del Senado de Argentina, y el diputado Roberto José Feletti, presidente de la Comisión de Presupuesto y Hacienda de la Cámara de Diputados de Argentina, confirmaron sus presencias en el debate.

En la opinión del senador, que preside la representación brasileña, los parlamentarios han sido “marginados” en los debates sobre el comercio bilateral. [ Él propuso que, después del primer debate en el 12 de junio, los miembros de la representación brasileña hagan una visita al Congreso Nacional de Argentina, en más un intento de establecer un diálogo sobre el comercio bilateral.

–En lugar de promover una guerra comercial con Argentina, tenemos que hablar. Montar un proyecto común de desarrollo industrial. El camino que surge es el de la unidad, con la participación de Venezuela, que tiene un mercado increíble. El Congreso y el Parlasur han sido deliberadamente marginados y siquiera han recibido informaciones oficiales –afirmó Requião.

El ingreso definitivo de Venezuela en Mercosur todavía depende de aprobación del Senado de Paraguay. La adhesión del quinto miembro del bloque ya ha sido aprobada por los Legislativos de Argentina, Brasil y Uruguay.

Durante la reunión, parlamentarios del Sur de Brasil relataron de las dificultades que han enfrentado los empresarios de la región en la relación comercial con Argentina. El diputado Osmar Terra (PMDB-RS) informó que las fábricas brasileñas más grandes de tractores y cosechadoras, ubicadas en Rio Grande do Sul, están paralizando la producción porque no logran exportar a Argentina, su único cliente importante en el extranjero. Además, señaló el diputado, el gobierno de Buenos Aires está estimulando a las industrias del sector a instalar sus fábricas en el país vecino.

–No quiero que Argentina quiebre o se convierta en un caos, pero la solución no se puede hacer a costa de nuestros puestos de trabajo –dijo Terra.

Los diputados Mauro Mariani (PMDB-SC) y Valdir Colatto (PMDB-SC) relataron problemas similares que ocurren en el estado de Santa Catarina, cuyas exportaciones a Argentina se redujeron significativamente en los últimos 12 meses, especialmente en productos como refrigeradores, motores y generadores.

Requião reconoció la fuerte caída de las exportaciones brasileñas a Argentina. Pero también mencionó los elevados superávits mantenidos por Brasil en el comercio bilateral al largo de los últimos años. En 2011, el senador recordó, el superávit brasileño llegó a US\$ 4.500 millones. También se refirió a los esfuerzos realizados por el gobierno brasileño para reducir

las importaciones de otros países. Según el senador, los dos países ganarían si unieran esfuerzos en la construcción de un proyecto común de desarrollo industrial.

–Necesitamos no de enfrentamiento, sino de una alianza de los países del Mercosur, para hacer frente a los grandes mercados del mundo, que no quieren otra cosa que exportar hacia acá –señaló Requião.

### **(30/05 – B) Demóstenes niega envolvimiento con Cachoeira**

Exactamente tres meses después de la detención del jefe del juego ilegal Carlinhos Cachoeira durante la Operación Monte Carlo, el senador Demóstenes Torres (sin partido-GO) rompió su silencio, el martes (29), para presentar su defensa oral ante el Consejo de Ética del Senado. A pesar de insistir en la ilegalidad de las grabaciones que conforman los registros de una averiguación en el Supremo Tribunal Federal (STF), Demóstenes insistió otra vez en la tesis de que los diálogos fueron reproducidos “fuera de contexto” tanto en los informes de la Policía Federal como en artículos periodísticos.

–Esas grabaciones no reflejan la realidad de los hechos, no prueban nada y hay diálogos con las partes que se contradicen – advirtió el acusado por el PSOL de infracción de decoro parlamentario por envolvimiento con Carlos Augusto Ramos, Carlinhos Cachoeira.

En 2 horas y 15 minutos de deposición ininterrumpida y más de 3 horas contestando a las preguntas hechas por los parlamentarios, Demóstenes negó conocer las actividades ilícitas de Cachoeira, dijo ser víctima de una conspiración del Ministerio Público y de la Policía Federal destinada a “destruir a un parlamentario”, cuestionó la legalidad de las grabaciones hechas por la Policía Federal y afirmó sólo haber atendido a demandas “legítimas y republicanas” de parte de Cachoeira, de quien dijo que fue amigo.

El senador de Goiás abrió su defensa exponiendo un drama personal. Se quejó de la depresión, lamentó la vergüenza experimentada por sus familiares desde que empezó a ser acusado y dijo haber vivido una especie de experiencia religiosa en medio al escándalo.

–Vivo el peor momento de mi vida. Jamás imaginé pasar por una situación como esta. Depresión, medicamentos para dormir, evitación de amigos y una campaña sistemática, la más organizada de la historia de Brasil. Redescubrí a Dios. Parece poca cosa, pero creo que mi actuación era orientada más por los hombres que por Dios –afirmó el senador.

Tres semanas

Concluida la defensa del senador Demóstenes Torres en el Consejo de Ética, el relator del caso, senador Humberto Costa (PT-PE), dijo que su dictamen sobre el caso debe estar listo en tres semanas. El relator no quiso hacer comentarios sobre el desempeño de Demóstenes. Se limitó a decir que la reunión fue “enriquecedora”.

–Ahora, el próximo paso es trabajar con todos los documentos disponibles –adelantó Humberto Costa.

**(31/05) ‘Río+20 será un fracaso’, predice profesor de la Universidad de Brasilia**

El profesor de la UnB Eduardo Viola afirmó, el miércoles (30), que la Conferencia Río+20 no tiene condiciones de tener éxito. La afirmación fue hecha durante audiencia pública celebrada por la Comisión Mixta sobre Cambios Climáticos (CMMC) para discutir la economía verde en el contexto de la erradicación de la pobreza y el papel de la gobernanza para el desarrollo sostenible.

Eduardo Viola, que es profesor titular de Relaciones Internacionales de la UnB y experto en negociaciones relacionadas al clima, evaluó que la Río+20 no tendrá grandes avances porque las dos principales superpotencias – Estados Unidos y China – no están interesadas en negociaciones ambientales.

–En este momento, tenemos tres superpotencias en el sistema internacional: Estados Unidos, Unión Europea y China. Ellas son el centro del sistema. De estas tres sólo la Unión Europea, aunque de manera limitada, se dirige hacia una economía más verde. Estados Unidos y China son conservadores y no quieren ceder soberanía nacional –explicó.

El director interino del Departamento de Medioambiente y Asuntos Especiales del Ministerio de Relaciones Exteriores, Paulino Franco de Carvalho Neto, defendió la creación de un Consejo de Desarrollo Sostenible, en el ámbito la Organización de las Naciones Unidas (ONU).

–El Consejo tendría más poderes y un estatus más elevado que la actual Comisión de Desarrollo Sostenible, que tiene un carácter más de discusión, con poco alcance de resultados concretos que interfieren en las políticas públicas –señaló.

Carvalho Neto dijo que el gobierno brasileño defiende el refuerzo del Pnuma, estableciendo, por ejemplo, que las contribuciones de los países al programa sean obligatorias y no voluntarias. El director señaló además que “las cuestiones ambientales no deben ser vistas de forma aislada, deben también abarcar las cuestiones sociales y económicas”.

### **(27/06) Dividida, Representación Brasileña no vota declaración contra deposición de Lugo**

Después de más de una hora de discusión, que mostró la división de los diputados y senadores, la Representación Brasileña en el Parlamento del Mercosur (Parlasur) canceló, por falta de quórum necesario, la votación de nota de condenación a la deposición del presidente Fernando Lugo por el Congreso Nacional de Paraguay. Sólo 11 de los miembros de la representación estaban presentes en la votación, cuando se requería la presencia de al menos 14 de ellos.

El debate ocurrió tres días antes de la próxima reunión de cumbre del Mercosur, en la ciudad argentina de Mendoza, cuando ya no se encontraría la delegación de Paraguay, suspenso del Mercosur después del rápido proceso de juicio político contra Lugo. Y seis días antes de la primera sesión del año de Parlasur, en Montevideo, cuando tomarían posesión los nuevos componentes de la representación argentina en el parlamento.

Al inicio de la reunión, presidida por el senador Roberto Requião (PMDB-PR), el diputado José Stédile (PSB-RS) presentó el texto de una declaración que la Representación Brasileña debería aprobar. Según el texto, la representación manifestaría “su enérgica condena a la ruptura del orden democrático ocurrida en la República de Paraguay por la ocasión de la destitución sumaria del gobierno democráticamente elegido del presidente Fernando Lugo”.

El texto propuesto por Stédile proseguía además afirmando que, si Paraguay ya estaba suspendido del Mercosur, por analogía también se apartaría del Parlasur. Y que, por lo tanto, la representación paraguaya no podría participar de la próxima sesión del parlamento regional, el 2 de julio.

Al inaugurar la reunión, Requião recordó que Paraguay ha experimentado un agudo conflicto en los últimos años entre Ejecutivo y Legislativo. Como ejemplo de esto, él mencionó el hecho de que Paraguay se mantuvo tres años sin embajador en Brasilia. El senador dijo además que es necesario respetar la soberanía del país vecino, pero señaló que, en este caso, hubo “graves daños a la cláusula democrática” del Mercosur, ya que no hubo el debido proceso legal y ni siquiera se respetó el derecho de defensa al depuesto presidente.

El diputado Newton Lima (PT-SP) sugirió que se debería retirar del texto el veto a la participación de los paraguayos en la próxima sesión del Parlasur. La propuesta contó con el apoyo de Requião, para quien no se debería hacer con los parlamentarios de Paraguay lo que los miembros del Congreso de este país habían hecho con Lugo. A su vez, el diputado MendesThame (PSDB-SP) sugirió la retirada del texto de la interpretación según la cual, por analogía, el Paraguay estaría suspendido del Parlasur.

Stédile concordó con los cambios, pero el plenario se quedó dividido. Los senadores Paulo Bauer (PSDB-SC) y Ana Amélia (PP-RS) y los diputados Júlio Campos (DEM-MT), Nelson Padovani (PSC-PR), André Zacharov (PMDB-PR), Iris de Araújo (PMDB- GO) y Luiz Henrique Mandetta (DEM-MT) pidieron cautela a la Representación Brasileña, antes de tomar la decisión. A su vez, los senadores Pedro Simon (PMDB-RS) y Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apoyaron el documento, además de los diputados Sibá Machado (PT-AC) y Benedita da Silva (PT-RJ).

En ese momento, Requião verificó que no había el quórum necesario para llevar a cabo la votación. Por lo tanto, la declaración no llegó a someterse a votación.

### **(28/06 – A) Aprobada enmienda que fortalece emergentes en el Bird**

Los senadores aprobaron, el miércoles (27), el Proyecto de Decreto Legislativo (PDS) 78/2012, que introduce dos modificaciones en la Convención del Banco Mundial (Bird). Una de las enmiendas, de 2009, tiene como objetivo aumentar, en el ámbito del Banco Mundial, la participación de los países en desarrollo en el proceso de toma de decisiones, lo que lo hace más democrático.

El otro cambio, aprobado por la Resolución 417/87 de la Junta Gubernativa del Bird, aumenta el número de votos necesarios para modificar la convención, con el fin también de dar mayor legitimidad a las medidas adoptadas por el banco. Con este cambio, todas las propuestas de modificaciones de la convención del banco pasan a depender de la aprobación del 85% del total de votos.

En su voto favorable, el senador Fernando Collor (PTB-AL) señala que el gobierno federal considera positivos los cambios realizados en la convención, una vez que benefician a los países en desarrollo en su conjunto, que son la mayoría entre los miembros del Bird.

### Visas

El Plenario también aprobó el proyecto de decreto legislativo (PDS 123/2012) que ratifica el acuerdo firmado por Brasil y Unión Europea sobre exención de visa de corto plazo para titulares de pasaportes ordinarios. El texto del acuerdo se firmó en Bruselas, el 8 de noviembre de 2010.

La exención de visas se aplica a estancias de hasta 90 días, con vistas a actividades turísticas, visitas familiares y participación en conferencias y competencias deportivas.

El relator *ad hoc*, el senador Luiz Henrique (PMDB-SC), recordó que Brasil ya había firmado acuerdos de exención de visas con varios países europeos por separado antes de su incorporación a la Unión Europea. Él explicó que los acuerdos anteriores se mantendrán en los asuntos que no están incluidos en el nuevo acuerdo. El relator también resaltó los efectos beneficiosos para el turismo y los negocios brasileños.

–Hay una clara percepción de que el acuerdo producirá efectos beneficiosos para el turismo y los negocios entre Brasil y los países de la Unión Europea, ayudando a eliminar las distorsiones de la aplicación de la exención de visado en distintos Estados miembros e, indirectamente, para aumentar el flujo de personas y de transacciones entre las partes –dijo Luiz Henrique.

### **(28/06 – B) Obras del PAC tendrán Régimen Diferenciado de Contrataciones**

La ampliación del Régimen Diferenciado de Contratación (RDC) para todas las obras del Programa de Aceleración del Crecimiento (PAC) fue aprobada por el Plenario del Senado el miércoles (27). La propuesta consta del Proyecto de Ley de Conversión 13/2012, decurrente de la Medida Provisoria 559/2012, que ahora sigue para sanción presidencial.

El Régimen Diferenciado de Contratación, creado por la Ley 12.462/2011, permite la flexibilización de licitaciones y contratos, con vistas exclusivamente a la realización de la Copa de las Confederaciones de 2013, de la Copa del Mundo de Fútbol de 2014 y de los Juegos Olímpicos y Paralímpicos de 2016. Ahora, él también se aplicará a todas las obras incluidas en el PAC, como saneamiento, construcción de escuelas, hospitales, etc.

Según el relator-revisor de la materia en el Senado, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), en menos de un año de su aplicación, el RDC ya presenta resultados positivos, con la reducción en el tiempo promedio de procesos de licitación de 240 para 80 días – en algunos casos con el proceso concluido dentro de 20 días – y la reducción promedio del 15% en los costos de las obras.

–Creo que vamos a tener la necesidad de mejorar el RDC para garantizar una mayor transparencia y reducción de costos en las obras, pero estamos defendiendo la ampliación del régimen diferenciado no sólo en las obras de salud y educación del PAC, sino también para estados y municipios de Brasil –afirmó el senador.

#### **Críticas de la oposición**

La ampliación del Régimen Diferenciado de Contratación para obras del PAC, sin embargo, fue duramente criticada por senadores de la oposición. Líder del DEM, el senador José Agripino (RN) ha advertido para el hecho de que el RDC está siendo cuestionado en el Supremo Tribunal Federal (STF) a través de dos acciones directas de inconstitucionalidad (ADIs), una iniciada por los partidos de oposición y otra presentada por el procurador general de la República, Roberto Gurgel. El PLV, entonces, correría el riesgo de ser también inconstitucional.

–Quiero mucho que Brasil sea competitivo y que las obras se realicen, pero tengo cuidado con el dinero público. ¿Puedo votar por la constitucionalidad de una cuestión que el procurador general cuestiona en el STF? Sólo si yo fuera un irresponsable con el dinero público y no lo soy. Es en nombre de la rectitud de comportamiento en el servicio público que traigo esta alerta –argumentó.

### **(12/07) Reacción brasileña a la crisis paraguaya divide comisión**

La posición de Brasil de suspender Paraguay del Mercosur y aprobar la entrada de Venezuela en el bloque generó polémica en la reunión de la Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional (CRE) el miércoles (11). El ministro de Relaciones Exteriores, Antonio Patriota, dijo que esas decisiones fueron una respuesta colectiva de los países miembros del Mercosur a lo que clasificó de ruptura democrática en el proceso que resultó en el juicio político del entonces presidente paraguayo Fernando Lugo, el 22 de junio.

Pero los senadores Francisco Dornelles (PP-RJ), Álvaro Dias (PSDB-PR) y Aloysio Nunes (PSDB-SP) hicieron duras críticas a la decisión brasileña. Dornelles, uno de los autores de la solicitud que resultó en la audiencia con Patriota, clasificó la posición del Itamaraty como uno de los peores momentos de la diplomacia brasileña. Lugo fue destituido de su cargo por decisión del Congreso paraguayo, ratificada por la Suprema Corte del país.

Defensor de la entrada de Venezuela en el Mercosur, Dornelles dijo que el país entró en el bloque con “un gol de mano”, en referencia a la decisión de la cumbre de Mendoza, en Argentina, el 28 y 29 de junio, por la admisión de aquel país. La suspensión de Paraguay retiró el obstáculo a Venezuela creado por la ausencia de una decisión formal del *Senado del Paraguay*.

#### **Chantaje**

A favor de la posición del gobierno, el senador Roberto Requião (PMDB-PR) citó denuncias de un presunto chantaje de los parlamentarios paraguayos, que estarían exigiendo US\$ 12 millones del gobierno venezolano para aprobar la entrada del país en el Mercosur.

Requião levantó sospechas sobre las verdaderas razones de la destitución de Lugo y dijo que el presidente de Paraguay estaba en contra de una empresa multinacional interesada en la producción de aluminio con energía subsidiada de la Hidroeléctrica de Itaipu. Según dijo, el representante de esta empresa en Paraguay ahora sería el viceministro de la Industria y Comercio del nuevo gobierno, del presidente Federico Franco.

Los senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) y Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), aunque defensores de la entrada de Venezuela en el Mercosur, criticaron la oportunidad del anuncio de la medida, que se deberá hacer oficial hasta finales de julio. Argumentaron que, ya que Paraguay no ha sido excluido, pero suspendido del bloque, tendría que expresar formalmente su acuerdo, a través del Parlamento, a la entrada de un nuevo socio.

En respuesta a varias preguntas, Patriota dijo que todos los países de la región retiraron a sus embajadores de Asunción, en una posición de consenso sobre la condena al proceso que resultó en la destitución de Fernando Lugo.

Con relación a la suspensión de Paraguay del Mercosur, el canciller dijo que la decisión se basó en el Protocolo de Ushuaia, cuyo nombre rinde homenaje a la ciudad argentina donde fue firmado el 24 de julio de 1998 por los cuatro Estados miembros del Mercosur (Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay), más dos Estados asociados (Bolivia y Chile).

Ese protocolo reafirma el compromiso democrático entre los firmantes. Patriota explicó que el pleno funcionamiento de la democracia es requisito para la continuidad de la integración entre los países.



### **(16/08) Plan Nacional de Logística es bien recibido en el Pleno**

El Plan Nacional de Logística, presentado el miércoles (15) por la presidenta Dilma Rousseff, fue elogiado en Pleno por los parlamentarios de la coalición del gobierno, que señalaron la resaltaron el reinicio de las inversiones en infraestructura en el país.

El senador Sérgio Souza (PMDB-PR) aplaudió el plan, que prevé la concesión de 7.500 kilómetros de carreteras y 10.000 kilómetros de ferrovías. Él recordó el alto costo de la logística en Brasil, el 80% más caro que en Argentina.

–El modelo presentado por el gobierno traerá la agilidad necesaria para que Brasil se haga competitivo en corto plazo –afirmó Souza.

El senador Cidinho Santos (PR-MT) también elogió el plan. Él afirmó que las inversiones en infraestructura en Brasil han disminuido considerablemente en los últimos años y que una de las áreas en situación peor es la de los transportes.

–Vemos la producción agropecuaria e industrial brasileña gravemente afectada en los transportes. Las carreteras están en mal estado y la red de carreteras todavía tiene mucho para crecer. Las redes de ferrovías y canales siguen siendo despreciadas por el gobierno –dijo.

#### **Rondonia**

El senador Tomás Correia (PMDB-RO) pidió al gobierno federal que avance en la construcción de la Ferrovia de Integración Centro-Oeste (Fico), que tendrá extensión de 1.638 km, a partir de la Ferrovia Norte-Sur en Campinorte, en Goiás, hasta Vilhena, en Rondonia. Para el senador, el proyecto va a aproximar Rondonia de los grandes centros del país y contribuir a su desarrollo económico.

–Rondonia espera que el gobierno federal avance en el proyecto de continuación de la Fico, pues además de acercar el estado a los grandes centros del país, esta ferrovía representará acortar el camino de la producción nacional de carne y soja para el Hemisferio Norte y para Asia. No podemos olvidar que con la construcción de una ferrovía, hay un desarrollo intrínseco a ella, trayendo la mejora de calidad de vida de la población –argumentó el senador.

Tomás Correa añadió que la Fico es parte de la carretera Transcontinental, Ferrovia Transcontinental (EF-354), planeada con 4.400 kilómetros de extensión, atravesando todo el país.

#### **Oposición**

El senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticó el lanzamiento del plan y previó que las medidas no tendrán éxito.

Aloysio Nunes mencionó un balance publicado por la prensa de concesiones de carreteras similares lanzadas hace cuatro años, todavía en el gobierno Lula, cuando Dilma dirigía la Casa Civil. De los más de R\$ 1.200 millones previstos para inversión, poco más de R\$ 100 millones fueron efectivamente usados.

Según el senador, ahora el gobierno anuncia la duplicación de 5.700 kilómetros de carreteras,

al reiniciar varios proyectos antes licitados. Hace cuatro años, eran 270 kilómetros y casi nada se ha completado, registró.

–Espero que yo no tenga la razón, que el futuro me desmienta en una predicción muy pesimista que tengo en relación a la realización efectiva de este programa. Pero, dado el nivel de incompetencia, de incapacidad de gestión, de inoperancia de la Agencia Nacional de Transportes, que podría y debería haber aplicado multas, sanciones contra las empresas que no cumplieron su obligación, a prevalecer todo esto, desgraciadamente tengo que tener un pronóstico pesimista –declaró.

**(23/08) Aloysio Nunes quiere regular huelga en el servicio público**

El senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmó el miércoles (22) que el Congreso Nacional debe al país una ley que regule la realización de huelgas en el sector público. La Constitución de 1988 hará 24 años en octubre y Brasil aún carece de regulación en el tema, señala Aloysio Nunes, autor del PLS 710/2011, que disciplina el ejercicio del derecho de huelga previsto en el inciso VII del artículo 37 de la Constitución.

El proyecto está en la Comisión de Constitución, Justicia y Ciudadanía (CCJ), donde fue redistribuido al senador Pedro Taques (PDT-MT) para emitir informe.

–La Constitución dice que el derecho de huelga debe ejercerse en los términos de ley específica. Mi proyecto trata sobre los límites que se deben mantener, pero también, y sobre todo, es innovador al crear mecanismos de negociación necesarios y formas de composición a través de la conciliación y arbitraje, que podrán ser aplicadas para evitar el estallido de huelga –afirmó Aloysio Nunes en entrevista a la **Agencia Senado**.

Según el senador, la falta de regulación no se debe sólo al Legislativo, una vez que la Presidencia de la República hasta el momento no editó decreto que incorpore al derecho brasileño los términos de la Convención 151, de la Organización Internacional del Trabajo (OIT). La convención fue un compromiso asumido por Brasil en 1978, que fue ratificado por el Congreso Nacional en 2010.

Aloysio Nunes dijo incluso temer que, “después de la oleada [de las huelgas en el servicio público], todo vuelva a rutina y tengamos otros 24 años por delante”, sin regular el ejercicio del derecho de huelga previsto en la Constitución. Él también resalta que la cuestión debe ser regulada “en el interés de los propios servidores y del público, que paga la cuenta”.

## **(22/11) Brasil quiere ampliar inversión en África, dicen embajadores**

Brasil pretende ampliar la cooperación técnica y la inversión en Malawi y en la República Democrática del Congo, dos países con muy baja renta per cápita, según informaron a los miembros de la Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional (CRE) los embajadores indicados para los dos países. Los mensajes presidenciales que contienen las dos indicaciones recibieron el jueves (22) dictamen favorable de la comisión y serán sometidas al Pleno en los próximos días.

En su exposición ante los senadores, el consejero Gustavo Martins Nogueira, indicado para abrir la embajada de Brasil en Lilongüe, informó que Malawi es uno de los países más pobres del mundo, con renta per cápita equivalente a US\$ 350 – además de ocupar el 171º lugar entre todos los países con su Índice de Desarrollo Humano (IDH). Y dijo que Brasil puede ayudar aquel país del sur de África a diversificar sus exportaciones, que actualmente son compuestas principalmente por el tabaco.

Según Nogueira, el gobierno brasileño podría dirigir a Malawi parte de los recursos que los Estados Unidos pagarán a Brasil como compensación por el uso de subsidios en favor de sus productores de algodón, según lo determinado por la Organización Mundial del Comercio (OMC). Como el 10% de estos recursos deben ser utilizados en la cooperación internacional en el área de algodón, señaló, Brasil tendría “potencial para contribuir con los esfuerzos de Malawi para diversificar su producción agrícola”.

Malawi podrá también obtener acceso al mar por un ferrocarril que será construido por la empresa brasileña Vale para conectar las minas de carbón de Moatize, en Mozambique, al puerto de Nacala, también en Mozambique, atravesando parte del territorio de Malawi. Según el embajador indicado, los gobiernos de Brasil y Japón podrán ampliar a Malawi el programa Pro-Savannah, de estímulo a la agricultura, que se está desarrollando en Mozambique.

### **Congo**

Igualmente pobre, la República Democrática del Congo – con renta per cápita de US\$ 185 y el 187º IDH del planeta – también empieza a atraer a empresarios brasileños, según informó a la comisión el embajador indicado para aquel país, consejero Paulo Uchôa Ribeiro Filho. Según el diplomático, Petrobras y Vale ya empezaron a desarrollar actividades de prospección en el Congo, que cuenta con uno de los potenciales minerales más grandes del mundo, calculado, como informó, en US\$ 35 mil millones.

De acuerdo con Ribeiro, África, con sus recursos minerales “casi inagotables”, aparece en el inicio del siglo 21 como una nueva frontera diplomática y comercial y “nuevo destino de atenciones de la comunidad internacional”.

–Brasil ve al Congo como un posible socio estratégico. Estamos tratando de construir una agenda positiva con aquel país, donde los intereses brasileños son múltiples –afirmó.

Durante el debate, el senador Eduardo Suplicy (PT-SP) resaltó la necesidad de desarrollo del Congo, país que, a pesar de sus grandes reservas minerales, todavía enfrenta graves problemas sociales. A su vez, el senador Cristóvam Buarque (PDT-DF), que presidió la reunión, defendió la ampliación de la presencia brasileña en el mundo, a través de embajadas en países como Malawi y la República Democrática del Congo.

–Grandes países tienen que estar presentes en todos los lugares –dijo Cristóvam.

**(28/11) Expertos advierten para riesgo de empresa pública de la biodiversidad**

La creación de una empresa estatal con derecho al monopolio de patentes originadas a partir de la investigación de la biodiversidad brasileña, prevista en el proyecto de ley del Senado (PLS) 440/11, podrá alejar inversiones privadas en el desarrollo de investigaciones en el sector. La advertencia fue hecha el miércoles (28) por el director de Patentes del Instituto Nacional de Propiedad Industrial (INPI), Júlio César Castelo Branco Reis Moreira, durante audiencia pública sobre el tema celebrada por la Comisión de Ciencia, Tecnología, Innovación, Comunicación e Informática (CCT).

Elaborado por el senador Sérgio Souza (PMDB-PR), el proyecto autoriza al Poder Ejecutivo a crear la Empresa para la Gestión de Licencias de Investigación en el Bioma Brasileño (Emgebio). Esta empresa tendría como objetivo la gestión de las licencias de investigaciones en los biomas brasileños y el monopolio de las patentes procedentes de estas investigaciones, por un periodo de 10 años. El representante del INPI recordó que Brasil tiene un “enorme potencial” natural para explorar, pero tiene que regular el sector “de manera apropiada”.

–No debemos hacer inviable la investigación y el desarrollo de recursos de la biodiversidad. Debemos tener mecanismos claros para regular eso inteligentemente. ¿Qué seguridad jurídica habría para la inversión en estas áreas si vamos a dejar el monopolio con la empresa estatal que se va a crear? ¿Y por qué alguien iba a invertir si no hay retorno? –preguntó Moreira.

El acceso a los recursos genéticos está aún regulado por la Medida Provisional 2186, en vigor hace diez años, como recordó la directora ejecutiva de la Asociación de Industrias Farmacéuticas de Capital Nacional e Investigación (Farmabrasil), Adriana Diaféria. Según dijo, el punto principal del debate actual debería ser la renovación de la legislación de acceso a la biodiversidad.

El coordinador de la Sociedad, Ambiente y Salud del Instituto Nacional de Investigaciones de la Amazonia (Inpa), José Alberto Machado, advirtió que hoy la mayor parte de las investigaciones sobre la región se hace en el extranjero.

–El mundo sabe más de Amazonia que Brasil. Tener dominio sobre Amazonia es más que tener Fuerzas Armadas en las fronteras, es tener dominio sobre el conocimiento. Necesitamos de soberanía cognitiva –afirmó.

El marco regulatorio brasileño – dijo el secretario de Biodiversidad y Bosques del Ministerio de Medioambiente, Roberto Cavalcanti – tiene que estar en armonía con la Convención de Biodiversidad de las Naciones Unidas y con el Protocolo de Nagoya, firmado hace un año en el ámbito de la ONU, sobre Acceso a Recursos Genéticos y la Participación Justa y Equitativa de los Beneficios Provenientes de su Utilización.

El autor de la propuesta dijo que está dispuesto a promover mejoras en el texto, que, después de la CCT, también será examinado, en decisión terminativa, por la Comisión de Constitución, Justicia y Ciudadanía (CCJ).

–La comunidad internacional está muy interesada en la Amazonia. ¿Cómo proteger a la región, cómo agregar valor? Tenemos que garantizar la seguridad de este patrimonio para el pueblo brasileño –afirmó Souza.

El relator del proyecto, senador Valdir Raupp (PMDB-RO) defendió la aprobación de un nuevo marco legal para el sector y la adopción de una estrategia para “estimular el desarrollo privado de investigaciones”. A su vez, el senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) pidió que el Congreso profundice el debate sobre el tema, teniendo en cuenta la necesidad de compartir beneficios de los productos hechos con recursos de los biomas brasileños “con poblaciones tradicionales e indígenas guardianes de esta biodiversidad”.

### **(05/12) Mantega defiende cambio en impuesto estatal sobre consumo**

El ministro de Hacienda, Guido Mantega, defendió, el martes (4), en el Senado, la reformulación del sistema de recaudación del Impuesto sobre Circulación de Mercancías y Servicios (ICMS). Dijo que este impuesto estatal es considerado por el sector privado el “más problemático de todos” y ha creado obstáculos al desarrollo del país, debido principalmente a la “guerra fiscal” entre las unidades federadas.

–Los subsidios ofrecidos por los estados generan una guerra fiscal. El conflicto está instalado, y la cuestión ya ha sido llevada a juicio. La guerra fiscal llegó al agotamiento y perjudica a todos. Hay más desventajas que ventajas al ofrecer estos subsidios –evaluó Mantega en audiencia en la Comisión de Asuntos Económicos (CAE).

De acuerdo con la propuesta del gobierno, la alícuota interestatal del ICMS se unificaría y reduciría de manera gradual hasta el 4% en ocho años. Además, se crearía dos fondos por medio de medida provisional: uno para compensar a los estados por pérdidas ocasionales de recaudación; y otro para el desarrollo regional de los estados más pobres, en general los que practican la guerra fiscal al reducir las alícuotas de ICMS para atraer inversiones.

#### **Pacificación**

Para Guido Mantega, una alícuota unificada eliminaría la actual inseguridad jurídica relacionada al tributo. Recordó que varias acciones directas de inconstitucionalidad se encuentran en el Supremo Tribunal Federal, algunas ya decididas a favor de los estados que se consideran afectados por la guerra fiscal. Además de pacificar esta disputa, señaló que el nuevo modelo para el ICMS crearía un escenario más favorable a las inversiones y al crecimiento económico.

Como aclaró el ministro, los subsidios ya concedidos por los estados tendrían que ser validados por el Consejo Nacional de Política de Hacienda (Confaz), que reúne a las Secretarías de Hacienda de todos los estados y del Distrito Federal. El ministro ha dejado con la comisión dos alternativas de minutas para el proyecto de resolución, tema de iniciativa y competencia exclusiva del Senado.

En la actualidad, hay dos alícuotas interestatales de ICMS, una del 7%, que sirve a los estados más ricos, y otra del 12%, utilizada por los más pobres, llamados de “emergentes” por Mantega. Con la reducción prevista del 1% a cada año, se alcanzaría la alícuota del 4% en ocho años.

[/]

### **(13/12) Propuesta de Política Nacional de Defensa va al Pleno**

La Comisión Mixta de Control de las Actividades de Inteligencia (CCAI), presidida por el senador Fernando Collor (PTB-AL), aprobó el miércoles (12), en la forma de Proyecto de Decreto Legislativo, el informe del senador Jayme Campos (DEM-MT) sobre la propuesta de Política Nacional sobre Defensa, de la Estrategia Nacional de Defensa y del Libro Blanco de la Defensa Nacional, enviado por la Presidencia de la República. El proyecto ahora debe pasar por el Pleno del Senado.

Durante la lectura de su dictamen, Jayme Campos volvió a protestar contra el hecho de que el Congreso Nacional no ha sido llamado a contribuir con la elaboración de estos documentos estratégicos para la seguridad nacional.

El senador también resaltó la importancia de fomentar en el país una “cultura de la defensa nacional”. En su evaluación, las dos décadas de régimen militar han generado una cierta negligencia en el tratamiento de la cuestión.

—Esta época ya pasó, y es hora de la sociedad brasileña volver a examinar el tema, sobre todo cuando se desarrollan ante nosotros amenazas a la seguridad nacional, contra las cuales el simple aparato de Defensa no puede hacer frente —señaló.

#### **Libro Blanco de la Defensa Nacional**

Según el mensaje enviado por el gobierno (MSG 83/2012), la Política Nacional de Defensa (PND) es “el documento condicionante de nivel más alto de la planificación de defensa y tiene por finalidad establecer objetivos y directrices para preparar y emplear la capacitación nacional, con la participación de los sectores militar y civil, en todas las esferas del Poder Nacional”.

La Estrategia Nacional de Defensa (END), a su vez, continúa el mensaje, establece como hacer lo que se determinó en la Política. Ya el llamado Libro Blanco de la Defensa Nacional (LBDN) es un documento de carácter público, a través del cual “se permitirá el acceso a la información sobre el sector de Defensa del país”.

Al seguir una práctica de incentivo de la Organización de [ ] Naciones Unidas (ONU), el Libro Blanco presenta el “contexto del actual ambiente estratégico internacional, describe el instrumento militar existente, su relación con la sociedad, proyecciones futuras para adaptación y modernización de los recursos militares y conexión estrecha con la industria de defensa”. El gobierno incluso señala que el documento va a crear “nuevas oportunidades para la discusión sobre Defensa Nacional”.

También de acuerdo con el mensaje del gobierno, a partir de 2012, tales documentos se remitirán al Congreso a cada cuatro años, con sus respectivas actualizaciones.



**(20/12) Vetos se votarán en 2013**

El presidente de la Cámara de Diputados, Marco Maia (PT-RS), anunció el miércoles (19) que se suspendieron todas las votaciones del Congreso Nacional hasta 2013. La decisión fue tomada en una reunión a la que asistieron el presidente del Senado, José Sarney (PMDB-AP); la vicepresidenta del Congreso, diputada Rose de Freitas (PMDB-ES); y líderes de los partidos del Senado, de la Cámara y del gobierno. [1]

Después más de tres horas de debate en la presidencia del Senado, se decidió que se postergarían tanto el análisis de más de tres mil votos vetos presidenciales como la votación de los demás proyectos en la agenda del Congreso [1]. La próxima sesión conjunta sólo deberá ocurrir el 5 de febrero, tras el inicio de los trabajos parlamentarios.

Según Marco Maia, encargado del anuncio a la prensa, el aplazamiento de las votaciones fue motivado por la decisión del ministro del Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, quien determinó que los 3.060 vetos en la agenda del Congreso Nacional se deberían analizar en orden cronológico. Reconociendo que hay vetos en la agenda hace más de diez años, el presidente de la Cámara afirmó que sería imposible cumplir con esta determinación y votar todos los tres mil vetos sin consenso entre los parlamentarios.

–Sin consenso entre todos los escaños, entre todos los líderes, tardaría semanas en la votación de cada uno de los vetos, con defensa específica para cada uno de ellos –declaró.

[1]

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu proporcionar um estudo sobre a tradução inserida em um ambiente de trabalho, bem como as relações entre os envolvidos no seu processo de produção, possibilitando que se explorasse a revisão enquanto fator que exerce influência na formação do tradutor como profissional. Na verdade, a possibilidade de trabalhar com tradução ainda durante o período de formação acadêmica estimulou uma maior reflexão sobre o ato de traduzir, além de ter permitido perceber que, na prática, o tradutor ainda é visto como um funcionário destinado a cumprir tarefas. Há, pelo menos no contexto da Página Internacional da Agência Senado, pouca abertura para o tradutor desempenhar seu papel com alguma autoridade sobre seu próprio trabalho.

De qualquer forma, a experiência do estágio na Página Internacional me possibilitou uma imersão, do ponto de vista laboral, nos procedimentos e etapas pelos quais um texto traduzido tem que passar até que chegue a seu público alvo. De fato, a tradução depende de outras questões que não só o tradutor e o texto. Nesse sentido, a análise proposta no primeiro capítulo de uma percepção do tradutor como um profissional se fez viável devido ao estudo realizado do ambiente de trabalho, no caso uma agência de notícias, onde existem interesses e diretrizes que são definidos e, em alguma medida, impostos ao tradutor. Obviamente, dentro de tal ambiente, o tradutor faz parte de um grupo de pessoas que também trabalham para a instituição e respondem às suas expectativas. Por isso, por meio da descrição das funções e perfis dos profissionais envolvidos com a Página Internacional, foi possível observar que a função do tradutor neste ambiente é condicionada àquilo que seus superiores desejam como produto.

Logo, esse trabalho condicionado é permeado por determinadas características próprias das práticas e diretrizes adotadas, inicialmente, pela Agência Senado em suas notícias em português, e, conseqüentemente, pela Página Internacional, por estar subordinada hierarquicamente àquela. O segundo capítulo, então, fez-se importante na medida em que explicitou como se dá o processo tradutório, destacando alguns elementos recorrentes nas traduções, como a tendência estrangeirizadora e o uso da tradução literal, além de mostrar como a revisão se faz presente na produção da Página e apresentar quais os parâmetros que o revisor e editor utilizam para avaliar as traduções.

Por sua vez, por meio da análise dos dados, o terceiro capítulo propiciou a verificação de que modo intervinham o revisor e o editor, quando de suas respectivas

revisões, e quais as naturezas dessas intervenções, bem como de que forma essas intervenções produzem mudanças nas traduções subsequentes. Com a ajuda do programa de computador AntConc, no caso de verificação terminológica, foi possível ainda perceber que, de fato, as revisões realizadas estabelecem alguns padrões tradutórios que passam a ser recorrentes em outras traduções. Mas, talvez, o aspecto mais relevante da análise dos dados seja evidenciado pela notação criada para simbolizar o processo de aprimoramento das traduções na Página Internacional.

Uma vez observadas as ocorrências de revisões, pude identificar, nas versões mais antigas, questões que posteriormente o revisor e o editor iriam modificar. Além disso, pude visualizar correções e outros aspectos que não foram modificados em nenhuma das instâncias de revisão existentes na Página Internacional. Tal fato demonstra que durante o estágio me aperfeiçoei enquanto tradutor com relação às práticas adotadas naquele ambiente e também com relação à língua espanhola, já que consegui sinalizar e sugerir melhorias em questões nas quais nem mesmo o revisor interferiu.

Dessa forma, é seguro afirmar que a revisão é condição *sine qua non* para o aprimoramento das traduções, além de influenciar positivamente a formação do tradutor. Mais que estimular a busca, por parte do tradutor, por evitar incorreções em seus textos, a revisão proporciona a prática da autorrevisão, não só como modo de buscar uma tradução de melhor qualidade, mas também como ato de reflexão das práticas e escolhas adotadas em seu trabalho. De fato, depois de analisar as 27 versões do recorte aqui proposto, concluí que algumas ocorrências de revisão poderiam ter sido evitadas se eu tivesse revisado com mais cuidado minhas traduções antes de enviá-las ao revisor.

Não obstante, se o tradutor não está isento de falhas, o revisor também não está. Depois de evidenciadas inconsistências nas revisões das versões da Página Internacional, alguns questionamentos podem ser levantados. Se a revisão serve como maneira de aperfeiçoar um texto a ser publicado, não seria o caso de os envolvidos com a revisão terem formação na área? E se a revisão se mostra fundamental no desenvolvimento do tradutor, por que há pouco investimento em revisores ou mesmo nos estudos sobre a revisão? A discussão dessas questões parece ser relevante não só em ambientes profissionais, mas, principalmente, em ambientes acadêmicos, pois é onde o tradutor em formação pode ter a oportunidade de traduzir e, também, revisar, além de procurar métodos de integrar essas duas ações.

Com base na minha experiência e no que foi explorado até o momento, seria lógico afirmar que a formação de um tradutor deve estar necessariamente aliada à prática

profissional da tradução, ainda que em nível de estágio. Assim, o tradutor tem a oportunidade de enxergar como seu trabalho é inserido na sociedade.

Com relação à Página Internacional em si, mostra-se clara a necessidade de mudanças na abordagem que se dá às versões, cujo foco principal deveria ser sua pertinência funcional para com o público estrangeiro e não as estruturas estáticas promovidas pelas relações de poder desproporcionais institucionalizadas na Agência Senado. Acredito que, se houvesse um pouco mais de liberdade para os tradutores e se os estagiários não fossem vistos apenas como estudantes, mas como profissionais em formação, algumas das questões problemáticas apresentadas poderiam já ter sido tratadas de modo diferente, pelo menos do ponto de vista das questões tradutórias em si.

Por outro lado, há de se destacar que o fato de o editor procurar, para as vagas de estagiário da Página Internacional, estudantes dos cursos de Tradução, tanto de inglês quanto de espanhol, demonstra que, apesar de os tradutores serem pouco autônomos nesse âmbito, começa a existir, no campo profissional, demanda por pessoas cuja capacitação seja especializada. Tal fato valoriza a formação em Tradução, bem como o tradutor, cuja oportunidade de trabalho deve ser utilizada para mostrar que sua formação especializada lhe dá os atributos e autoridade de se legitimar como categoria profissional.

Portanto, este trabalho pretendeu contribuir, no contexto dos Estudos da Tradução, para traçar um panorama de um ambiente de trabalho no qual o tradutor pode atuar e em quais condições pode desempenhar sua função. Vale ainda ressaltar que a revisão ganha destaque enquanto ferramenta de aprimoramento da tradução quando explorada pelo tradutor tanto no momento em que produz suas traduções, quanto no momento posterior à tradução, ainda que seja a revisão feita por terceiros.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros

BIELSA, Esperança, e BASSNETT, Susan. *Translation in Global News*. New York: Routledge, 2009.

BOSCO MEDEIROS, João, et al. *Manual de Redação e Revisão*. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2 ed., 2008.

LEFEVERE, André. *Tradução, reescrita e manipulação da fama literária*. Bauru: EDUSC, 2007.

MALTA, Luiz Roberto. *Manual do Revisor*. São Paulo: WVC Editora, 2000.

MASIP, Vicente. *Gramática española para brasileños*. Barcelona: Difusión, 1999.

MONZÓ I NEBOT, Esther. “¿Somos profesionales? Bases para una sociología de las profesiones aplicada a la traducción”. In: PARADA, Arturo, e DIAZ FOUCES, Oscar (eds.). *Sociology of Translations*. Vigo: Universidad de Vigo, 2006.

MORENO, Concha, e FERNÁNDEZ, Gretel M. Eres. *Gramática Contrastiva del Español para Brasileños*. Madrid: Sociedad General Español de Librería, 2007.

ROBINSON, Douglas. *Construindo o tradutor*. São Paulo: EDUSC, 2002.

SECO, Manuel, e HERNÁNDEZ, Elena. *Guía práctica del español actual. Diccionario breve de dudas y dificultades*. Madrid: Espasa, 2006.

VENUTI, Lawrence. *Escândalos da tradução*. São Paulo: EDUSC, 2003.

### Teses de Doutorado

PARRA GALIANO, S. *La revisión de traducciones en la Traductología: aproximación a la práctica de la revisión en el ámbito profesional mediante el estudio de casos y propuestas de investigación*. 2005. 537 f. Tese (Doutorado em Tradução) – Facultad de Traducción e Interpretación, Universidad de Granada, Granada. 2005.

### Artigos

BOYD-BARRETT, Oliver. “As agências nacionais de notícias na turbulenta era da internet”. In: *Comunicação & Sociedade*. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, v. 33, n. 57, p. 7-56, 2012.

BRITTO, Paulo Henrique. “As condições de trabalho do tradutor”. In: *Cadernos de Tradução*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, v. 1, n. 19, p. 193-204, 2007.

DA COSTA, Andréa Moraes. “Patronagem: um diálogo entre os Estudos da Tradução e os Estudos Culturais”. In: *Anais do SILEL*. Uberlândia: EDUFU, v. 3, n. 1, p. 1-9, 2013.

JUNCAL, Julio Ángel. “Revisión y estilo de traducción en las Naciones Unidas: ayer y hoy”. In: *Panace@*. Madrid: Asociación Tremédica, v. 7, n. 23, p. 145-148, 2006.

MARTINS, Marcia do Amaral Peixoto. “As contribuições de André Lefevere e Lawrence Venuti para a Teoria da Tradução”. In: *Cadernos de Letras*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 27, p. 59-72, 2010.

PARRA GALIANO, Silvia. “Propuesta metodológica para la revisión de traducciones: principios generales y parámetros”. In: *Trans*. Málaga: Universidad de Málaga, n. 11, p. 197-214, 2007.

TARDÁGUILA, Esperanza. “Reflexiones sobre la revisión de traducciones”. In: *Mutatis Mutandis*. Medellín: Universidad de Antioquia, v. 2, n. 2, p. 367-376, 2009.

VENUTI, Lawrence. “A invisibilidade do tradutor”. In: *Revista paLavra*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, n. 3, p. 111-134, 1996.

### Manuais

DEPARTAMENTO DE LENGUA ESPAÑOLA. *Manual de Revisión*. Bruselas: Comisión Europea, 2010. 20 p.

### Referências Eletrônicas

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2008. Disponível em URL: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm).

EL PAÍS. Madrid: Ediciones El País S. L. Disponível em URL: <http://elpais.com/>.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Diccionario de la lengua española. 22. ed. Madrid: Real Academia Española, 2001. Disponível em URL: <http://www.rae.es/recursos/diccionarios/drae>.

SENADO DE ESPAÑA. Actividad parlamentaria. Madrid. Disponível em URL: <http://www.senado.es/web/actividadparlamentaria/actualidad/agenda/index.html>.

## 9. TEXTOS ORIGINAIS

### (22/03 – A) Sarney quer fortalecer amizade entre Brasil e China

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), defendeu, na quarta-feira (21), o fortalecimento da amizade entre Brasil e China e uma maior aproximação entre os dois países. O senador recebeu o vice-presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional da China, Wang Zhaoguo, para uma visita de cortesia.

Demonstrando admiração e respeito pelo país asiático, José Sarney ressaltou que a atual fase da relação entre as duas nações é muito boa e ainda pode ser reforçada. O presidente lembrou o encontro que teve em 1988 com o líder chinês Deng Xiaoping, quando assinou uma série de acordos e expôs a importância da manutenção de um sólido intercâmbio comercial entre os dois países.

Wang Zhaoguo, por sua vez, afirmou que o povo chinês sabe da importância do presidente Sarney, considerado “um amigo de longa data” e um dos responsáveis pelo bom relacionamento atual dos dois países.

Segundo representante chinês, Brasil e China estão em franco desenvolvimento e enfrentam desafios semelhantes. As oportunidades também são semelhantes e, portanto, devem ser aproveitadas.

– Após quase 38 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre as duas nações, tem havido constantes avanços. As visitas feitas pelo ex-presidente Lula e pela presidente Dilma Rousseff também contribuíram para isso – disse Zhaoguo.

Ele lembrou que em 2011, o comércio bilateral movimentou US\$ 84 bilhões e tende a crescer. Ciência, tecnologia e educação são áreas com potencial de cooperação.

Rio+20

O presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado (CRE), Fernando Collor (PTB-AL), aproveitou para pedir que a China envie representantes “do mais alto nível” do governo chinês à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a ser realizada em junho, no Rio de Janeiro.

Wang Zhaoguo informou que representantes do alto escalão do governo chinês estarão presentes na capital fluminense e, ao responder Fernando Collor, disse que todos os anos a economia chinesa acaba crescendo acima da meta inicial prevista pela equipe econômica local.

### **(22/03 – B) Comissão pede fim de bloqueio econômico dos EUA a Cuba**

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu, na quinta-feira (22), fazer um apelo aos Estados Unidos para que “suspendam o bloqueio econômico e comercial a Cuba”. Logo em seguida, no entanto, a comissão rejeitou a proposta de solicitar ao governo de Cuba a concessão de um indulto aos presos políticos que ainda estão nas cadeias daquele país e a autorização para que a blogueira Yaoni Sánchez possa viajar a outras nações, como o Brasil.

As duas medidas foram sugeridas em requerimentos do mesmo senador, Eduardo Suplicy (PT-SP), e receberam o apoio do senador Pedro Simon (PMDB-RS), relator em ambos os casos. Durante a votação, porém, apenas o primeiro requerimento foi aprovado. Na votação do segundo requerimento, dos 10 senadores presentes, apenas três – Suplicy, Simon e Ana Amélia (PP-RS) – manifestaram-se pela aprovação.

Ao defender os dois requerimentos, Simon fez uma dura crítica à manutenção do embargo econômico a Cuba, que se mantém por mais de 50 anos. Ao mesmo tempo, o relator considerou justo pedir a Cuba que “avance no sentido das liberdades”, permitindo a entrada e a saída de cidadãos cubanos do país e a libertação de prisioneiros políticos. Ele considerou interessante que os dois requerimentos fossem votados ao mesmo tempo.

Logo em seguida, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) anunciou sua posição favorável apenas ao primeiro requerimento. Em sua opinião, o bloqueio econômico a Cuba pode ser considerado um “atentado aos direitos humanos”, por prejudicar a população do país. Por outro lado, perguntou quem estaria financiando o trabalho da blogueira Yaoni Sánchez e criticou a proposta de Suplicy para que o governo cubano libertasse os prisioneiros políticos da ilha.

– Respeito Cuba e não gostaria que entrássemos em questões internas daquele país – afirmou Vanessa.

O mesmo argumento foi utilizado pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), para quem os dois requerimentos tinham naturezas diferentes. Segundo ele, o Senado brasileiro estaria “invadindo a soberania cubana” ao dizer àquele país quem deve ou não permanecer preso.

Simon argumentou, por sua vez, que a aprovação simultânea dos dois requerimentos estaria no contexto de uma proposta de “pacificação geral” nas relações entre Estados Unidos e Cuba. Suplicy também pediu a aprovação das duas propostas.

– Nos Estados Unidos dizem que, se Cuba der sinais de maior liberdade, vão acabar o embargo mais rapidamente. O embaixador de Cuba não responde mais a meus telefonemas, mas faço isso como amigo do povo cubano – disse Suplicy.

O presidente da comissão, senador Fernando Collor (PTB-AL), previu que a aprovação do segundo requerimento poderia se tornar uma “mensagem mal entendida pelo governo cubano”. O pedido, em sua opinião, poderia distanciar o Brasil de Cuba e “dificultar um diálogo mais fluido com aquele país”. Da mesma forma, o senador Delcídio do Amaral (PT-MS) disse que o texto proposto por Suplicy poderia ser considerado “uma intromissão em assuntos internos de um país com o qual o Brasil tem boas relações”.



O requerimento aprovado pela comissão pede ainda ao governo dos Estados Unidos que liberte cinco cubanos presos em seu território, acusados de espionagem, além do fechamento da base militar de Guantánamo, mantida pelo governo americano em território cubano.

### **(29/03) Filipinas podem ser ponte para o sudeste da Ásia, diz embaixador**

As Filipinas poderão ser uma ponte entre o Brasil e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), disse na quinta-feira (29) o embaixador designado para representar o país em Manila, ministro de segunda classe George Ney de Souza Fernandes, cuja indicação obteve parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Em novembro do ano passado, recordou o embaixador, o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, participou de reunião de cúpula da associação, em Bali, na Indonésia, e firmou declaração de adesão ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático. Ainda em 2011, acrescentou, as Filipinas foram responsáveis por um processo de aproximação entre a Asean – composta por Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnam – e o Mercosul. Os dois blocos poderão vir a firmar um acordo de livre comércio.

- As Filipinas querem ser a cabeça de ponte do Brasil na Asean. Querem que o Brasil seja um parceiro de diálogo, ao nível dos Estados Unidos, e não apenas um país associado – afirmou Fernandes, cuja mensagem de indicação teve como relator o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

#### **República Dominicana**

Na mesma reunião, a comissão aprovou pareceres favoráveis às mensagens presidenciais de indicação dos ministros de primeira classe José Marcus Vinicius de Sousa e Jorge Geraldo Kadri para exercerem, respectivamente, os cargos de embaixadores junto à República Dominicana e à Polônia.

Em sua exposição aos senadores, Vinicius de Sousa – cuja mensagem de indicação teve como relatora a senadora Ana Amélia (PP-RS) – ressaltou o “potencial extraordinário” das relações entre o Brasil e a República Dominicana. Ele citou especialmente as possibilidades de ampliação da cooperação técnica e cultural entre os dois países, com ênfase nas áreas de tecnologia da informação, agricultura, saúde, desenvolvimento sustentável e energias renováveis.

#### **Polônia**

Por sua vez, Kadri – cuja mensagem de indicação teve como relatora a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) – anunciou a sua intenção de promover um esforço para “diminuir o hiato que existe entre a cooperação atual entre os dois países e a cooperação potencial, muito maior”.

O embaixador indicado relatou ainda que os governos dos estados de São Paulo, Goiás e Paraná – onde se concentra a maior parte da colônia de 1,8 milhão de descendentes poloneses no Brasil – já enviaram missões à Polônia.

**(10/04) Especialista alerta para risco real de terrorismo no Brasil**

Em audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), na segunda-feira (9), o professor Márcio Paulo Buzanelli salientou que é falsa a impressão de que o terrorismo é uma ameaça distante para o Brasil e alertou para a visibilidade que eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 terão para eventuais interessados em realizar atentados.

Segundo Buzanelli, ex-diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a globalização e a facilidade das viagens aéreas facilitam a realização de ataques em qualquer parte, e o Brasil precisa observar essas ameaças e dar a resposta devida.

Buzanelli observou uma tendência clara no sentido da manutenção da ameaça, especialmente da parte de grupos islâmicos radicais que têm visto o terrorismo dar certo. Atualmente, a estratégia da Al-Qaeda e de outras organizações terroristas tem se voltado a numerosos e pequenos atentados, alertou.

**Guerra cibernética**

O general-de-divisão José Carlos dos Santos, chefe do Centro de Defesa Cibernética (CDCiber), esclareceu que coube ao Exército a coordenação da defesa cibernética, por ter uma presença mais distribuída pelo território, mas salientou que a segurança de computadores e redes é uma questão transversal que envolve toda a sociedade.

Santos lamentou que persista a carência em investimentos em ciência e tecnologia no Brasil. Conforme lembrou, a Índia investiu pesadamente no setor e tem colhido bons resultados na última década.

Jorge Henrique Cabral Fernandes, professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília (UnB), destacou o conjunto de transformações na sociedade cada vez mais dependente de computadores e software, o que chamou de criação de uma “nova virtualidade”. Em sua opinião, isso torna inevitável a presença de vulnerabilidades.

Bo Mathiasen, representante regional para o Cone Sul do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc), mostrou números que revelam o deslocamento do mercado de drogas nos últimos dez anos. Enquanto verificou-se a redução no consumo de cocaína nos Estados Unidos, outros mercados cresceram, o que o especialista atribuiu à mudança de hábitos e à queda do preço da substância.

**(11/04) Relações entre Cachoeira e parlamentares serão investigadas**

As relações entre parlamentares e o empresário Carlinhos Cachoeira devem ser investigadas por uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI). A expectativa é de que a instalação da comissão, com membros do Senado e da Câmara, ocorra nos próximos dias, de acordo com o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que participou de reunião de líderes na terça-feira (10).

A possibilidade de instalação de uma comissão mista já vinha sendo discutida pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia. Durante a sessão deliberativa desta terça, líderes de partidos no Senado manifestaram a Sarney preferência pela CPMI, em vez de comissões exclusivas de cada Casa. A criação da CPMI exige assinaturas de pelo menos 27 senadores e 171 deputados.

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), acrescentou que, além das questões relativas à Operação Monte Carlo, que resultou na prisão de Cachoeira, a comissão vai investigar o envolvimento de agentes públicos e privados com outras atividades ilegais.

**Operação Monte Carlo**

A Operação Monte Carlo foi deflagrada pela Polícia Federal no fim de fevereiro, para desbaratar um esquema ilegal de jogos de azar, que seria comandado por Carlinhos Cachoeira. O empresário está preso num presídio federal em Mossoró (RN).

Escutas da operação divulgadas pela imprensa revelaram conversas suspeitas entre o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) e Carlinhos Cachoeira. As investigações da Polícia Federal também apontaram a existência de relações próximas entre Cachoeira e deputados federais.

O senador, que pediu desfiliação do DEM, também terá de responder a processo no Conselho de Ética do Senado. A representação apresentada pelo PSOL, por quebra de decoro parlamentar, foi aprovada nesta terça-feira. Na quinta, o conselho voltará a se reunir, para definir o relator do caso. Demóstenes tem 10 dias úteis para apresentar defesa prévia ao colegiado.

#### **(12/04) Senadores querem facilitar reconhecimento de diplomas de universidades estrangeiras**

O Brasil precisa solucionar o problema de seus “exilados acadêmicos”, disse na quinta-feira (12) o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), durante audiência pública sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) 399/11, que trata da revalidação de diplomas emitidos por instituições estrangeiras de ensino superior. Ao anunciar seu voto favorável à proposta, o senador sugeriu que se beneficiem não apenas futuros estudantes, mas também os que já fizeram cursos no exterior.

- Trata-se de uma questão de direitos humanos. Dezenas de milhares de jovens são hoje praticamente exilados acadêmicos, pois podem entrar no país, mas não no consultório ou no escritório de engenharia. No momento em que o Brasil enfrenta escassez de profissionais, desperdiçamos os que têm diploma estrangeiro. Não podemos carimbar todos os diplomas, mas não podemos rasgar todos – afirmou Cristovam durante a audiência conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Educação, Cultura e Esporte (CE).

De autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que presidiu a reunião, o projeto estabelece que “os diplomas de cursos de graduação, mestrado ou doutorado de reconhecida excelência acadêmica, expedidos por instituições de educação superior estrangeiras, poderão ter revalidação ou reconhecimento automático”. Caberá ao Poder Público, prossegue o texto, divulgar periodicamente a lista de cursos reconhecidos.

Ao apresentar a proposta, Requião lembrou que a Universidade Federal do Paraná, pela qual se formou advogado, não aceitou contratar para professor um “extraordinário jurista uruguaio” porque ele não tinha diploma reconhecido no Brasil.

O secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Amaro Henrique Pessoa Lins, considerou oportuno o debate sobre o tema, no momento em que existe falta de profissionais em diversos ramos da economia brasileira. Ele disse que o ministério está disposto a “ouvir todos que participam do tema”, no processo de formulação de uma nova política sobre revalidação de diplomas.

Mais de 20 mil brasileiros que fizeram curso no exterior “não têm seus direitos respeitados”, segundo informou na reunião o presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior, Vicente Celestino de França. . Em sua opinião, existe atualmente um “bloqueio” à revalidação de diplomas nas universidades brasileiras, às quais cabe a tarefa de reconhecer os documentos emitidos por instituições de outros países.

Ao apresentar a posição das universidades federais, a pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, Divina das Dores de Paula Cardoso, observou que mais da metade dos títulos que chegam de outros países não podem ser reconhecidos, o que gera, como admitiu, uma “situação extremamente grave para o estudante, para a instituição que não pode reconhecer o diploma e para o Brasil”.

- Tomando por base minha instituição, a grande maioria dos diplomas que chegam para ser reconhecidos provém não de grandes instituições de excelência mundial, mas de instituições totalmente desconhecidas – afirmou Divina.

**(19/04 – A) Paulo Paim defende enfoque social no Parlasul**

Apesar de os objetivos econômicos terem impulsionado a criação do Mercosul, o enfoque social é imprescindível no processo de integração. Foi o que afirmou em Plenário na segunda-feira (16) o senador Paulo Paim (PT-RS), que tomará posse na próxima sessão do Parlamento do Mercosul (Parlasul). O senador afirmou que o enfoque do seu mandato no bloco será na integração social e política dos países integrantes.

- Levo comigo toda a vontade de acertar e muita determinação, para que o Mercosul abrace, cada vez mais, não só a questão econômica, mas também a questão social e as políticas de direitos humanos – afirmou.

Para o senador, além de garantir a circulação livre de bens, serviços e capitais, é preciso assegurar as condições para a livre circulação de pessoas no bloco. O processo envolve a discussão de garantias trabalhistas e sociais, como os ligados à previdência. A transposição de direitos do papel para a realidade das relações de trabalho, segundo Paim, são ainda mais difíceis de transpor quando tratadas em âmbito multinacional.

O senador também defendeu o aprofundamento dos mecanismos de participação da sociedade nas instituições do bloco. Com o aumento da agenda social, a necessidade de ampliar essa participação se torna estratégica para o bom funcionamento. Como exemplo, o senador citou as eleições para a escolha dos representantes brasileiros do Parlasul, que deve ser realizada em 2014.

- Tenho certeza de que a realização desses pleitos será um marco histórico para fortalecer o Mercosul, porque é diferente um indicado e um votado.

Quem é votado tem que prestar conta à população. Quem é indicado só presta conta a quem o indicou.

**(19/04 – B) Congresso cria comissão de inquérito para investigar Cachoeira**

O Congresso estabeleceu na quinta-feira (19) a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que irá investigar as relações de agentes públicos e privados com o empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. A leitura do requerimento para este fim foi feita em sessão extraordinária do Congresso Nacional, pelo 1º secretário, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), e constitui regimentalmente o ato de criação da CPMI.

Com a formalização da investigação, abre-se o prazo de cinco dias para os partidos indicarem os 15 senadores e os 15 deputados federais integrantes do colegiado, com igual número de suplentes. Do total de 30 titulares, a oposição tem direito a sete vagas.

A vice-presidente do Congresso, Rose de Freitas (PMDB-ES) convocou sessão conjunta para a terça-feira (24), às 19h30, para apresentação dos membros da comissão. Essa também é a data-limite para a indicação dos nomes pelas bancadas partidárias.

Pelo Regimento, as legendas ou blocos terão direito à quantidade de vagas proporcional ao tamanho de suas bancadas. Por esse critério, a presidência da Comissão ficará com o PMDB do Senado e a relatoria com o PT da Câmara.

Na primeira reunião da CPMI, será eleito o presidente do colegiado e indicado o seu relator. A comissão tem o prazo de 180 dias, com possibilidade de prorrogação, para concluir os trabalhos.

Pelo requerimento, o objeto da CPMI é investigar as práticas criminosas desvendadas pelas operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal, com o envolvimento de Cachoeira e agentes públicos e privados. A comissão também vai apurar o esquema de interceptação e monitoramento de comunicações feito pelo contraventor.

O requerimento contabilizava até o ato da leitura 72 assinaturas no Senado e 337 na Câmara, número mais do que suficiente para garantir o quórum, que é de 27 senadores e 171 deputados.

### **(03/05) Aprovados novos embaixadores para Eslováquia e Botsuana**

Dois países com boas perspectivas de crescimento econômico – um na Europa Oriental e outro na África – terão novos embaixadores brasileiros. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, na quinta-feira (3), pareceres favoráveis às mensagens presidenciais de indicação da ministra de primeira classe Susan Kleebank e do ministro de segunda classe Márcio Araújo Lage para exercerem, respectivamente, os cargos de embaixadores do Brasil junto à República Eslovaca e a Botsuana. As mensagens ainda serão votadas pelo Plenário.

Em sua exposição aos senadores, Susan Kleebank – cuja indicação teve como relator o senador Cyro Miranda (PSDB-GO) – afirmou que o governo eslovaco vem adotando medidas de controle fiscal e redução de gastos, como resposta à crise internacional. Mesmo diante dessa conjuntura, porém, os investimentos externos na Eslováquia aumentaram 4,5% no ano passado.

Estão representadas naquele país – que se tornou independente da antiga Tchecoslováquia em 1993 – mais de 100 grandes empresas norte-americanas, além de grandes firmas europeias como a Volkswagen, que pretende produzir ali metade do volume de automóveis atualmente fabricados pela empresa no Brasil. Segundo a embaixadora indicada, o governo eslovaco pretende transformar Bratislava, a capital do país, em um grande centro de alta tecnologia, onde já estão presentes empresas como a Microsoft e a HP.

Ela ressaltou a presença, naquele país, da empresa brasileira Embraco, fabricante de compressores de refrigeração, que emprega mais de duas mil pessoas, e anunciou a intenção de levar, para a Eslováquia, estudantes brasileiros beneficiados pelo programa Ciência sem Fronteiras.

A Eslováquia pode ser considerada a “nova Suíça da Europa Oriental”, disse ela ao concordar com comentário feito durante a reunião pelo senador Luiz Henrique (PMDB-SC), que já esteve no país várias vezes. Mas a melhor definição, de acordo com a embaixadora, seria a de um “Vale do Silício” europeu.

### **África**

O embaixador designado para Botsuana definiu o país africano como uma “florescente democracia, que conta com significativa estabilidade e crescimento econômico”. Segundo Araújo Lage, já está sendo negociada a adoção, por Botsuana, do padrão nipo-brasileiro de televisão digital. Além disso, observou, empresas brasileiras poderão interessar-se por grandes obras de infraestrutura planejadas por aquele país, como as de irrigação de novas terras agrícolas e uma ferrovia que poderá atravessar Botsuana de leste a oeste, ajudando a conectar Moçambique, banhada pelo oceano Índico, à Namíbia, junto ao Oceano Atlântico.

- Botsuana está no centro da África Austral e pode vir a ser um núcleo de novas oportunidades de investimento e exportações – disse Lage, cuja mensagem de indicação teve como relator o senador Luiz Henrique.



**(17/05) Comissão aprova embaixadores indicados para Noruega e Nicarágua**

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou na quinta-feira (17) as indicações dos novos embaixadores brasileiros junto à Noruega, país com o mais elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo, e à Nicarágua, segundo país mais pobre das Américas e detentor de 115º IDH do planeta. As duas indicações serão ainda confirmadas pelo Plenário.

A mensagem, que contém a indicação do ministro de primeira classe Luiz Felipe Mendonça Filho para o cargo de embaixador na Nicarágua, e cujo relator foi o senador Aníbal Diniz (PT-AC), foi a primeira a ser aprovada. Atual embaixador em El Salvador, Mendonça substituirá em Manágua o ministro de primeira classe Flávio Helmold Macieira, indicado para embaixador em Oslo, por meio de mensagem que teve como relator o senador Paulo Bauer (PSDB-SC).

Em sua exposição, aos integrantes da comissão, Luiz Felipe Mendonça Filho informou que a Nicarágua – logo atrás do Haiti na lista dos países mais pobres das Américas – tem 48% da população abaixo da linha da pobreza. Tem ainda déficit de US\$ 1 bilhão em seu comércio exterior, coberto principalmente por remessas de nicaraguenses que vivem nos Estados Unidos, com quem mantém “relações densas” apesar das diferenças ideológicas.

Apesar da pobreza, porém, o país conta com os índices mais baixos de violência da América Central, segundo relatou o embaixador indicado, em resposta a pergunta de Aníbal Diniz. E o presidente Daniel Ortega – mantendo ideais da Revolução Sandinista, como disse o indicado em resposta ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP) – conta com grande popularidade em função de programas de assistência social e da oferta de serviços gratuitos de saúde e educação.

Na relação bilateral, o embaixador ressaltou a importância do projeto de construção, pela empresa brasileira Queiroz Galvão, da hidrelétrica de Tumarín, que será a maior do país, com 220 megawatts. Segundo Mendonça, “falta pouco para se concretizar o primeiro grande projeto de exportação de serviços de engenharia” do Brasil para aquele país, da ordem de US\$ 1,1 bilhão. O projeto envolve investimento da Eletrobrás e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

**Fundo**

Por sua vez, Flávio Helmold Macieira destacou a importância da decisão do governo da Noruega, com tradicional preocupação em relação a questões ambientais, de investir US\$ 1 bilhão até 2015 no Fundo Amazônia, de proteção da floresta brasileira. Ele elogiou também a criação, por aquele país, de um fundo soberano dedicado a investir recursos obtidos com a venda de petróleo extraído do Mar do Norte.

Utilizado como exemplo, pelo governo brasileiro, na elaboração do Fundo Social do Pré-Sal, que vai gerir recursos obtidos a partir da exploração de petróleo em águas profundas na plataforma continental, o fundo norueguês tem uma “concepção brilhante”, na opinião do embaixador indicado, “por seguir a lógica de que gerações futuras devem usufruir a mesma riqueza das atuais”.

**(23/05) Cachoeira mantém silêncio em comissão de investigação**

Sem respostas do principal investigado. Assim terminou a reunião destinada a ouvir Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, na CPI que investiga suas relações com agentes públicos e privados. Orientado pela defesa, o acusado de comandar uma organização criminosa com fortes conexões políticas e empresariais usou o direito constitucional de permanecer em silêncio, apesar das provocações de parlamentares. Cachoeira, que permanece preso, disse que só falará aos parlamentares após depor em juízo.

- Estamos fazendo um papel ridículo diante desse senhor, desse cidadão, que está nos manipulando. Se estamos aqui perguntando para uma múmia, para um cidadão que não quer responder, o que as pessoas em casa estão pensando de nós? – questionou a senadora Kátia Abreu (PSD-TO), autora de requerimento que encerrou a sessão depois de horas de silêncio de Cachoeira ante as perguntas de deputados e senadores.

Durante a reunião, parlamentares alertaram o depoente sobre possíveis prejuízos de sua opção por não responder às perguntas. Além disso, propuseram que Cachoeira fizesse a chamada delação premiada, apontando pessoas envolvidas com o esquema, recebendo assim os benefícios da lei.

O advogado de Cachoeira, o ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, salientou que o investigado tem o direito de ficar calado, o que significa que esse ato não poderá prejudicá-lo.

- Estamos estudando o processo para dar a ele uma orientação segura. Ele não vai nem pode ser prejudicado se não falar – declarou Thomaz Bastos.

### **(24/05 – A) Organização da Amazônia pede apoio ao Congresso Nacional**

O Congresso Nacional precisa ajudar na divulgação e fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). O pedido foi feito por representantes da entidade, em audiência pública no Senado na quarta-feira (23). A reunião foi promovida de forma conjunta pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC).

Criada em 1995, a OTCA tem objetivo de implantar os princípios reunidos no Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 1978, em defesa da preservação do meio ambiente e do uso racional dos recursos naturais da Amazônia. Composta pelos oito países que compõem o bioma amazônico – Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela –, a organização ganhou força no início dos anos 2000, quando surgiu um movimento, vindo de países desenvolvidos, para internacionalização da floresta. O argumento era de que as nações que integravam a Amazônia não teriam condições de conservá-la.

Provar à comunidade internacional que têm competência para manter a Amazônia preservada é um dos desafios dos países integrantes da OTCA. Para isso, em 2010, eles assinaram um documento em Lima, no Peru, com o compromisso de revigorar a organização. O diretor do Departamento da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, Clemente Baena Soares, explicou que a OTCA ainda é desconhecida mesmo dentro da Amazônia. Por isso, a entidade quer aproveitar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho, no Rio de Janeiro, para dar mais visibilidade a seu trabalho.

- Estamos esperando a assinatura, durante a Rio +20, do primeiro grande projeto da OTCA, que abará todos os países amazônicos. O projeto, custeado pelo Fundo da Amazônia, do BNDES, fará o monitoramento do desmatamento na região e o compartilhará com as oito nações interessadas – contou Baena.

#### **Agenda Estratégica**

O projeto de monitoramento será o primeiro de uma agenda estratégica elaborada pela OTCA em novembro do ano passado, com a assinatura do Compromisso de Manaus, durante encontro dos países na capital amazonense. O presidente da Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica (CCOOR), Horácio Sevilla Borja, explicou na audiência pública que, além de provar que são capazes de cuidar da Amazônia, os países da OTCA têm dois outros desafios.

Um deles é investir em conhecimento científico na região. Segundo o presidente do CCOOR, a maior parte das pesquisas sobre a riqueza da biodiversidade amazônica é realizada hoje pelas nações desenvolvidas. É necessário que os países da OTCA se preparem para explorar a riqueza da região. A organização tem duas propostas nesse sentido: a implantação do Observatório Amazônico, fórum que reunirá instituições e autoridades para estudo da biodiversidade amazônica, e a criação da Universidade Regional Amazônica, uma espécie de centro acadêmico e de pesquisa de caráter intergovernamental.

O outro desafio é promover o desenvolvimento sustentável da região. Horácio Borja afirmou que os países devem cuidar da questão econômica, social, ambiental e cultural da Amazônia, tendo cuidado especial com a população que vive no local, em geral pobre, e também com os povos ancestrais, como os indígenas, que sobrevivem na floresta, muitos ainda em

isolamento. É fundamental também respeitar a delicadeza ambiental da floresta ao escolher os sistemas econômicos a serem adotados na região.

- A preocupação principal dos membros da OTCA com respeito à soberania é demonstrar que os países são suficientemente responsáveis não apenas para proteger a Região Amazônica, mas também para desenvolvê-la preservando o meio ambiente – definiu o secretário-geral da entidade, embaixador Alejandro Gordillo.

#### Autonomia financeira

Em resposta ao questionamento da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), autora do requerimento de realização da audiência pública, sobre como o Congresso Nacional poderia ajudar nas atividades da OTCA, os representantes da entidade foram unânimes: oferecendo respaldo político à organização e ajudando-a a conquistar autonomia financeira.

A OTCA conta hoje com orçamento de US\$ 1,6 milhão anuais, reunidos por contribuição de seus países membros. Desse montante, o Brasil contribui com cerca de US\$ 700 mil.

A proposta dos representantes da OCTA é que o Congresso reforce os apelos para que o Itamaraty conceda à organização um prédio próprio. A OTCA é o único organismo internacional com sede no Brasil e funciona em um prédio alugado, o que consome parte dos recursos da entidade. A entrega de um prédio próprio para a organização serviria para mostrar que há respaldo político à organização e também seria um alívio econômico frente às suas dificuldades financeiras.

- Temos um plano ambicioso e a OTCA tem recursos financeiros bem limitados. E não podemos aceitar que a ajuda venha de países desenvolvidos interessados em ter influência na região. Teremos de ser mais criativos. E por isso precisamos do respaldo da população, dos parlamentos e dos governos – enfatizou o presidente da Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica (CCOOR), Horácio Borja.

Os representantes da OTCA defenderam ainda a busca por uma legislação ambiental coordenada, para que na Amazônia não existam legislações distintas, e a revitalização do Parlamento da Amazônia, já criado no Brasil, mas sem atuação efetiva.

### **(24/05 – B) Senado aprova acordos e embaixadores**

O Plenário do Senado aprovou, na quarta-feira (23), cinco projetos de decreto legislativo de acordos de cooperação entre o Brasil e a Romênia, a Libéria, a Ucrânia, o Conselho Federal Suíço sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia e os países membros do sudeste asiático. Todos seguirão para promulgação.

O primeiro, PDS 63/2012, aprova o acordo entre Brasil e Romênia sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes de membros de missão diplomática e repartições consulares, celebrado no Rio de Janeiro, em 2010.

O PDS 68/11 aprova semelhante acordo entre o Brasil e Libéria, para o exercício de atividades remuneradas por dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico, celebrado em Brasília, em abril de 2010.

O PDS 69/2012 aprova o texto do acordo de cooperação cultural entre o Brasil e a Ucrânia, assinado em Kiev, em dezembro de 2009.

Foi aprovado ainda o PDS 70/2012, que trata do acordo entre o governo brasileiro e o Conselho Federal Suíço sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia, assinado em Berna, em setembro de 2009. A intenção do acordo é “elevar o patamar das relações Brasil-Suíça e fortalecer os laços entre as comunidades científicas dos dois países”.

#### **Sudeste Asiático**

Já o PDL 122/2012, que autoriza a adesão do Brasil ao texto do Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático firmado em Bali, em fevereiro de 1976, pelos países-membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean).

O Brasil, ao se inserir nessa estrutura – que permite a adesão de “Estados soberanos” de fora da região – reafirma o grupo como o mais representativo mecanismo de integração asiático, com projeções em matéria de governança global e estreita relações com os países membros, mais compatível com a abrangência da agenda brasileira no sudeste asiático, diz o texto da proposição aprovada em Plenário.

#### **Embaixadores**

O Plenário aprovou também as indicações para os cargos de embaixador do Brasil na Nicarágua, Luiz Felipe Mendonça Filho, e na Noruega, Flávio Helmold Macieira. Seus nomes foram aprovados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na última quinta-feira (17), após sabatina dos indicados. A aprovação será comunicada à presidente da República, Dilma Rousseff.

Luiz Felipe Mendonça Filho substituirá Flávio Helmold Macieira, que atualmente comanda a embaixada naquele país da América Central, cuja capital é Manágua. Seu nome foi aprovado com 54 votos a favor, sete contrários e uma abstenção. Na sabatina, o indicado informou que a Nicarágua tem 48% da população abaixo da linha da pobreza, mas o país tem os mais baixos índices de violência da América Central.

Flávio Helmold Macieira teve seu nome aprovado com 58 votos a favor, sete contrários e nenhuma abstenção. Além de representar o Brasil junto ao Reino da Noruega – cuja capital é Oslo –, ele exercerá, cumulativamente, o cargo de embaixador junto à República da Islândia. Na sabatina, ele destacou a importância da decisão do governo norueguês de investir US\$ 1 bilhão, até 2015, no Fundo Amazônia, destinado à proteção da floresta brasileira.

### **(30/05 – A) Parlamentares de Brasil e Argentina debaterão comércio bilateral**

As dificuldades enfrentadas atualmente no comércio entre o Brasil e a Argentina deverão ser discutidas por parlamentares dos dois países, em debate para o qual será convidado o ministro brasileiro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel. Proposta nesse sentido, apresentada pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), foi aprovada na terça-feira (29) pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul).

Na opinião do senador, que preside a representação brasileira, os parlamentares têm sido “marginalizados” das discussões sobre o comércio bilateral. Ele pretende convidar representantes das Comissões de Economia da Câmara e do Senado da Argentina para um primeiro encontro, em Brasília, na terça-feira (5). Depois disso, os integrantes da representação brasileira fariam uma visita ao Congresso Nacional argentino, na tentativa de estabelecer um diálogo sobre o comércio bilateral.

- Em vez de promover uma guerra comercial com a Argentina, precisamos conversar. Montar um projeto comum de desenvolvimento industrial. O caminho que se delineia é o da unidade, com a participação da Venezuela, que tem um mercado incrível. O Congresso e o Parlasul têm sido marginalizados de forma deliberada e sequer têm recebido informações oficiais – afirmou Requião.

O ingresso definitivo da Venezuela ainda depende da aprovação do Senado do Paraguai. A adesão do quinto sócio do bloco já foi aprovada pelos Legislativos de Argentina, Brasil e Uruguai.

Durante a reunião, parlamentares do Sul do país relataram as dificuldades que vêm sendo enfrentadas por empresários da região na relação comercial com a Argentina. O deputado Osmar Terra (PMDB-RS) informou que as maiores fábricas brasileiras de tratores e colheitadeiras, situadas no Rio Grande do Sul, estão paralisando a produção porque não conseguem exportar para a Argentina, seu único cliente importante no exterior. Além disso, observou o deputado, as indústrias do setor estão sendo estimuladas pelo governo de Buenos Aires a montar suas fábricas no país vizinho.

- Não quero que a Argentina quebre ou vire um caos, mas a solução não pode ser feita à custa de nossos empregos – disse Terra.

Os deputados Mauro Mariani (PMDB-SC) e Valdir Colatto (PMDB-SC) relataram problemas semelhantes ocorridos no estado de Santa Catarina, cujas exportações para a Argentina caíram bastante nos últimos 12 meses, especialmente em produtos como geladeiras, motores e geradores.

Requião reconheceu a forte queda das exportações brasileiras para a Argentina. Mas também mencionou os altos superávits mantidos pelo Brasil no comércio bilateral ao longo dos últimos anos. Em 2011, recordou o senador, o superávit brasileiro alcançou US\$ 4,5 bilhões. Ele também citou os esforços feitos pelo próprio governo brasileiro, no sentido de reduzir as importações de outros países. Na opinião do senador, os dois países teriam a lucrar se unissem os esforços na construção de um projeto comum de desenvolvimento industrial.

- Precisamos não de confronto, mas de uma aliança dos países do Mercosul, para enfrentarmos os grandes mercados do mundo, que não querem outra coisa senão exportar para cá – observou Requião.



### **(30/05 – B) Demóstenes nega envolvimento com Cachoeira**

Exatos três meses depois da prisão do contraventor Carlinhos Cachoeira durante a Operação Monte Carlo, o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) quebrou o silêncio, na terça-feira (29), para apresentar sua defesa oral ao Conselho de Ética do Senado. Apesar de insistir na ilegalidade das gravações que compõem os autos de um inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF), Demóstenes voltou a insistir na tese de que os diálogos foram reproduzidos de forma “descontextualizadas” tanto nos relatórios da Polícia Federal quanto nas matérias jornalísticas.

- Essas gravações não traduzem a realidade dos fatos, não provam nada e há diálogos com partes que se contradizem – advertiu o acusado pelo PSOL de quebra de decoro parlamentar por envolvimento com Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

Em 2h15 de depoimento ininterrupto e mais de 3 horas de respostas a perguntas formuladas por parlamentares, Demóstenes negou conhecer as atividades ilícitas de Cachoeira, disse ser vítima de um conluio do Ministério Público e da Polícia Federal com vistas “a destruir um parlamentar”, questionou a legalidade das gravações feitas pela Polícia Federal e afirmou somente ter atendido demandas “legítimas e republicanas” da parte Cachoeira, de quem disse ter sido amigo.

O senador goiano abriu sua defesa tentando expor um drama pessoal. Reclamou de depressão, lamentou o constrangimento vivido por seus familiares desde que começou a ser acusado e disse ter vivido uma experiência do tipo religiosa em meio ao escândalo.

– Vivo o pior momento de minha vida. Jamais imaginei passar por uma situação como esta. Depressão, remédios para dormir, fuga dos amigos e uma campanha sistemática, a mais orquestrada da história do Brasil. Redescobri Deus. Parece um fato pequeno, mas acho que minha atuação era pautada mais pelos homens do que por Deus – afirmou o senador.

Três semanas

Encerrada a defesa do senador Demóstenes Torres no Conselho de Ética, o relator do caso, senador Humberto Costa (PT-PE), disse que seu parecer sobre o caso deve estar pronto em três semanas. O relator não quis opinar sobre o desempenho de Demóstenes. Limitou-se a dizer que a reunião foi “enriquecedora”.

– Agora, o próximo passo é trabalharmos com todos os documentos disponíveis – adiantou Humberto Costa.

**(31/05) ‘Rio+20 será um fracasso’, prevê professor da Universidade de Brasília**

O professor da UnB, Eduardo Viola, afirmou, na quarta-feira (30), que a Conferência Rio+20 não tem condições de ser bem sucedida. A afirmação foi feita durante audiência pública realizada pela Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC) para debater a economia verde no contexto da erradicação da pobreza e o papel da governança para o desenvolvimento sustentável.

Eduardo Viola, que é professor titular de Relações Internacionais da UnB e especialista em negociações relacionadas ao clima, avaliou que a Rio+20 não terá grandes avanços porque as duas das maiores superpotências – Estados Unidos e China – não estão interessadas em negociações ambientais.

- Neste momento, temos três superpotências no sistema internacional: Estados Unidos, União Europeia e China. Elas são o centro do sistema. Dessas três só a União Europeia, mesmo que limitadamente, se orienta para uma economia mais verde. Estados Unidos e China são conservadores e não querem ceder soberania nacional – explicou.

O diretor interino do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores, Paulino Franco de Carvalho Neto, defendeu a criação de um Conselho de Desenvolvimento Sustentável, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU).

- O Conselho teria mais poderes e um status mais elevado do que a atual Comissão de Desenvolvimento Sustentável, que tem um caráter mais de discussão, com pouco alcance de resultados concretos que interferem nas políticas públicas – observou.

Carvalho Neto disse que o governo brasileiro defende o reforço do Pnuma, estabelecendo, por exemplo, que as contribuições dos países para o programa sejam obrigatórias e não voluntárias. O diretor ressaltou ainda que “as questões ambientais não devem ser vistas isoladamente, devem englobar também as questões sociais e econômicas”.

### **(27/06) Dividida, Representação Brasileira não vota declaração contra deposição de Lugo**

Após mais de uma hora de discussão, que demonstrou a divisão dos deputados e senadores, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) cancelou, por falta do quórum necessário, a votação de nota de condenação à deposição do presidente Fernando Lugo pelo Congresso Nacional do Paraguai. Apenas 11 dos integrantes da representação estavam presentes no momento da votação, quando seria necessária a presença de pelo menos 14 deles.

O debate ocorreu três dias antes da próxima reunião de cúpula do Mercosul, na cidade argentina de Mendoza, quando já não deverá estar presente a delegação do Paraguai, suspenso do Mercosul depois do rápido processo de impeachment contra Lugo. E seis dias antes da primeira sessão do ano do Parlasul, em Montevidéu, quando tomarão posse os novos componentes da representação argentina no parlamento.

No início da reunião, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), o deputado José Stédile (PSB-RS) apresentou o texto de uma declaração a ser aprovada pela Representação Brasileira. Segundo o texto, a representação manifestaria a “sua firme condenação à ruptura da ordem democrática ocorrida na República do Paraguai por ocasião da sumária destituição do governo democraticamente eleito do presidente Fernando Lugo”.

O texto sugerido por Stédile prosseguia ainda estipulando que, se o Paraguai já estava suspenso do Mercosul, por analogia também estaria afastado do Parlasul. E que, por isso, a representação paraguaia não poderia participar da próxima sessão do parlamento regional, no dia 2 de julho.

Ao abrir a reunião, Requião lembrou que o Paraguai tem vivido um forte conflito nos últimos anos entre o Executivo e o Legislativo. Como exemplo disso, ele mencionou o fato de que o Paraguai permaneceu três anos sem embaixador em Brasília. O senador disse ainda que é necessário respeitar a soberania do país vizinho, mas observou que, neste caso, houve “ferimentos sérios à clausula democrática” do Mercosul, uma vez que não houve o devido processo legal e nem se respeitou o direito de defesa ao presidente deposto.

O deputado Newton Lima (PT-SP) sugeriu que se retirasse do texto o veto à participação dos paraguaios na próxima sessão do Parlasul. A proposta contou com o apoio de Requião, para quem não se deveria fazer com os parlamentares paraguaios o que os integrantes do Congresso daquele país haviam feito com Lugo. Por sua vez, o deputado Mendes Thame (PSDB-SP) sugeriu que se retirasse do texto a interpretação segundo a qual, por analogia, o Paraguai estaria suspenso do Parlasul.

Stédile concordou com as mudanças, mas o plenário permaneceu dividido. Os senadores Paulo Bauer (PSDB-SC) e Ana Amélia (PP-RS) e os deputados Júlio Campos (DEM-MT), Nelson Padovani (PSC-PR), André Zacharov (PMDB-PR), Iris de Araújo (PMDB-GO) e Luiz Henrique Mandetta (DEM-MT) pediram cautela à Representação Brasileira, antes de tomar a decisão. Por sua vez, apoiaram o documento os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), além dos deputados Sibá Machado (PT-AC) e Benedita da Silva (PT-RJ).

Nesse momento, Requião verificou que não havia o quórum necessário à realização da votação. Com isso, a declaração não chegou a ser submetida a voto.

**(28/06 – A) Aprovada emenda que fortalece emergentes no Bird**

Os senadores aprovaram, na quarta-feira (27), o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 78/2012, que introduz duas modificações na Convenção do Banco Mundial (Bird). Uma das emendas, de 2009, tem o objetivo de aumentar, no âmbito do Banco Mundial, a participação dos países em desenvolvimento no processo de tomada de decisões, tornando-o mais democrático.

A outra alteração, aprovada pela Resolução 417/87 da Junta Governativa do Bird, aumenta o número de votos necessários para modificar a Convenção, com o intuito também de dar maior legitimidade às medidas adotadas pelo banco. Com essa mudança, todas as propostas de modificação da convenção do banco passam a depender da aprovação de 85% do total de votos.

Em seu voto favorável, o senador Fernando Collor (PTB-AL) destaca que o governo federal considera positivas as mudanças realizadas na Convenção, uma vez que beneficiam os países em desenvolvimento em conjunto, os quais são maioria entre os membros do Bird.

Vistos

O Plenário também aprovou o projeto de decreto legislativo (PDS 123/2012) que ratifica acordo firmado por Brasil e União Europeia sobre isenção de vistos de curta duração para portadores de passaportes comuns. O texto do acordo foi assinado em Bruxelas, em 8 de novembro de 2010.

A isenção de vistos aplica-se a permanências de até 90 dias, destinadas a atividades turísticas, visitas familiares e participação em conferências e competições desportivas.

O relator *ad hoc*, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), lembrou que o Brasil já havia assinado acordos de isenção de vistos isoladamente com vários países europeus antes de ingressarem na União Europeia. Ele explicou que serão mantidos os entendimentos anteriores que tratam de questões que não estão incluídas no novo acordo. O relator ainda ressaltou os efeitos benéficos para o turismo e os negócios brasileiros.

- Há uma nítida percepção de que o acordo produzirá benéficos efeitos para o turismo e os negócios entre o Brasil e os países da União Europeia, contribuindo para afastar eventuais distorções de aplicação da isenção do visto em diferentes Estados membros e, indiretamente, para aumentar o fluxo de pessoas e de transações entre as partes – disse Luiz Henrique.

**(28/06 – B) Obras do PAC terão Regime Diferenciado de Contratação**

A ampliação do Regime Diferenciado de Contratação (RDC) para todas as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi aprovada pelo Plenário do Senado na quarta-feira (27). A proposta consta do Projeto de Lei de Conversão 13/2012, decorrente da Medida Provisória 559/2012, que agora segue para sanção presidencial.

O Regime Diferenciado de Contratação, criado pela Lei 12.462/2011, permite a flexibilização de licitações e contratos, exclusivamente destinados à realização da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Agora, ele passará a valer também para todas as obras incluídas no PAC, como saneamento, construção de escolas, postos de saúde, etc.

Segundo o relator-revisor da matéria no Senado, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), em menos de um ano de sua aplicação, o RDC já apresenta resultados positivos, com a redução no tempo médio dos processos licitatórios de 240 para 80 dias – em alguns casos tendo o processo concluído em até 20 dias – e a redução média de 15% nos custos das obras.

- Acredito que vamos ter a necessidade de aprimorar o RDC para garantir ainda mais transparência e redução de custos nas obras, mas estamos defendendo a extensão do regime diferenciado não apenas nas obras de saúde e educação do PAC, mas também para os estados e municípios do Brasil – afirmou o senador.

**Críticas da oposição**

A ampliação do Regime Diferenciado de Contratação para obras do PAC, no entanto, foi duramente criticada por senadores de oposição. Líder do DEM, o senador José Agripino (RN) alertou para o fato de que o RDC está sendo questionado no Supremo Tribunal Federal (STF) por meio de duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs), uma de iniciativa dos partidos de oposição e outra apresentada pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel. O PLV, então, correria o risco de também ser inconstitucional.

- Eu quero muito que o Brasil seja competitivo e que as obras sejam realizadas, mas eu tenho zelo pelo dinheiro público. Posso eu votar pela constitucionalidade de uma matéria que o procurador-geral questiona no STF? Só se eu fosse um irresponsável com dinheiro público e eu não sou. É em nome da lisura de comportamento no serviço público que trago esse alerta - argumentou.

### **(12/07) Reação brasileira à crise paraguaia divide comissão**

A posição do Brasil de suspender o Paraguai do Mercosul e aprovar o ingresso da Venezuela no bloco gerou polêmica na reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na quarta-feira (11). O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, disse que essas decisões foram uma resposta coletiva dos países integrantes do Mercosul ao que classificou de ruptura democrática presente no processo que resultou no impeachment do então presidente paraguaio Fernando Lugo, em 22 de junho.

Mas os senadores Francisco Dornelles (PP-RJ), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Aloysio Nunes (PSDB-SP) fizeram duras críticas à decisão brasileira. Dornelles, um dos autores do requerimento que resultou na audiência com Patriota, classificou a posição do Itamaraty como um dos piores momentos da diplomacia brasileira. Lugo foi afastado do cargo por decisão do Congresso paraguaio, ratificada pela Suprema Corte do país.

Defensor do ingresso da Venezuela no Mercosul, Dornelles disse que o país entrou no bloco com “um gol de mão”, numa referência à decisão da cúpula de Mendoza, na Argentina, em 28 e 29 de junho, pela admissão daquele país. A suspensão do Paraguai removeu o obstáculo à Venezuela criado pela ausência de uma decisão formal do Parlamento de Assunção.

#### **Chantagem**

A favor da posição do governo brasileiro, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) citou denúncias de uma suposta chantagem de parlamentares paraguaios, que estariam exigindo US\$ 12 milhões do governo venezuelano para aprovar o ingresso do país no Mercosul.

Requião levantou suspeitas sobre as verdadeiras razões do afastamento de Lugo e disse que o presidente paraguaio estava contrariando uma multinacional interessada em produzir alumínio com energia subsidiada da Hidrelétrica de Itaipu. Segundo ele, o representante dessa empresa no Paraguai seria hoje o vice-ministro da Indústria e Comércio do novo governo, do presidente Federico Franco.

Os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), embora defensores do ingresso da Venezuela no Mercosul, criticaram a oportunidade do anúncio da medida, que deverá ser oficializada até o fim de julho. Eles argumentaram que, como o Paraguai não foi excluído, e sim suspenso do bloco, teria que manifestar formalmente sua concordância, via Parlamento, ao ingresso de um novo sócio.

Em resposta a vários questionamentos, Patriota disse que todos os países da região retiraram seus embaixadores de Assunção, numa posição de consenso quanto à condenação ao processo que resultou no afastamento de Fernando Lugo.

Quanto à suspensão do Paraguai do Mercosul, o chanceler disse que a decisão se baseou no Protocolo de Ushuaia, assim chamado em homenagem à cidade argentina em que foi assinado em 24 de julho de 1998 pelos quatro Estados-membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai), mais dois Estados associados (Bolívia e Chile).

Esse protocolo reafirma o compromisso democrático entre os signatários. Patriota explicou que o pleno funcionamento da democracia é condição para a continuidade da integração entre os países.

### **(16/08) Plano Nacional de Logística é bem recebido em Plenário**

O Plano Nacional de Logística, apresentado na quarta-feira (15) pela presidente Dilma Rousseff, foi elogiado em Plenário por parlamentares da base governista, que ressaltaram a retomada dos investimentos em infraestrutura no país.

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) aplaudiu o plano, que prevê a concessão de 7,5 mil quilômetros de rodovias e 10 mil quilômetros de ferrovias. Ele lembrou o alto custo da logística no Brasil, 80% mais cara que na Argentina.

- O modelo apresentado pelo governo trará agilidade necessária para que o Brasil se torne competitivo em curto prazo – afirmou Souza.

O senador Cidinho Santos (PR-MT) também elogiou o plano. Ele afirmou que os investimentos em infraestrutura no Brasil diminuirão consideravelmente nos últimos anos e que uma das áreas em pior situação é a dos transportes.

- Vemos a produção agropecuária e industrial brasileira presa num forte gargalo de transportes. As rodovias estão em situação precária e a malha rodoviária ainda tem muito a crescer. Os modais ferroviário e hidroviário ainda são desprezados pelo governo – disse.

#### **Rondônia**

O senador Tomás Correia (PMDB-RO) pediu ao governo federal que avance na construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), que terá extensão de 1.638 km, partindo da Ferrovia Norte-Sul em Campinorte, em Goiás, até Vilhena, em Rondônia. Para o senador, o projeto vai aproximar Rondônia dos grandes centros do país e contribuir para seu desenvolvimento econômico.

- Rondônia espera que o governo federal avance no projeto de continuação da Fico, pois além de aproximar o estado dos grandes centros do país, essa ferrovia significará o encurtamento do caminho da produção nacional de carne e soja para o Hemisfério Norte e para a Ásia. Não podemos esquecer que com a construção de uma ferrovia, há um desenvolvimento intrínseco a ela, melhorando a qualidade de vida da população – argumentou o senador.

Tomás Correia acrescentou que a Fico faz parte da rodovia Transcontinental, Ferrovia Transcontinental (EF-354), planejada com 4.400 quilômetros de extensão, cruzando o país.

#### **Oposição**

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou o lançamento do plano e previu que as medidas não serão bem-sucedidas.

Aloysio Nunes mencionou um balanço publicado pela imprensa de concessões rodoviárias semelhantes lançadas há quatro anos, ainda no governo Lula, quando Dilma chefiava a Casa Civil. Dos mais de R\$ 1,2 bilhão de previstos para investimento, pouco mais de R\$ 100 milhões foram efetivamente realizados.

Segundo o senador, agora o governo anuncia a duplicação de 5.700 quilômetros de rodovias, retomando vários projetos licitados antes. Há quatro anos, eram 270 quilômetros e quase nada foi concluído, registrou.

– Espero que eu não tenha razão, que o futuro me desminta numa previsão muito pessimista que tenho em relação à realização efetiva desse programa. Mas, dado o nível de incompetência, de incapacidade de gerenciamento, de inoperância da Agência Nacional de Transportes, que poderia e deveria ter aplicado multas, sanções contra empresas que não deram conta do recado, a prevalecer tudo isso, infelizmente sou obrigado a ter um prognóstico pessimista – declarou.



**(23/08) Aloysio Nunes quer regulamentar greve no serviço público**

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou na quarta-feira (22) que o Congresso Nacional deve ao país uma lei que regule a realização de greves no setor público. A Constituição de 1988 fará 24 anos em outubro e o Brasil ainda não conta com uma regulamentação do tema, observa Aloysio Nunes, autor do PLS 710/2011, que disciplina o exercício do direito de greve previsto no inciso VII do artigo 37 da Constituição.

O projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi redistribuído ao senador Pedro Taques (PDT-MT) para emitir relatório.

– A Constituição diz que o direito de greve deve ser exercido nos termos de lei específica. O meu projeto trata dos limites que devem ser mantidos, mas também, e sobretudo, é inovador ao criar mecanismos de negociação necessários e formas de composição via conciliação e arbitramento, que poderão ser aplicadas para evitar a deflagração de greve – afirmou Aloysio Nunes em entrevista à Agência Senado.

Segundo o senador, a falta de regulamentação não se deve apenas ao Legislativo, uma vez que a Presidência da República até hoje não editou decreto que incorpore ao direito brasileiro os termos da Convenção 151, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A convenção foi um compromisso assumido pelo Brasil em 1978, sendo ratificada pelo Congresso Nacional em 2010.

Aloysio Nunes disse recear ainda que, “passada a onda [das greves no serviço público], tudo entre na rotina e tenhamos mais 24 anos pela frente”, sem a regulamentação do exercício do direito de greve previsto na Constituição. Ele ressalta ainda que a questão deve ser regulamentada “no interesse dos próprios servidores e do público, que paga a conta”.

**(22/11) Brasil quer ampliar investimentos na África, dizem embaixadores**

O Brasil pretende ampliar a cooperação técnica e os investimentos no Maláui e na República Democrática do Congo, dois países com baixíssima renda per capita, segundo anunciaram aos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) os embaixadores indicados para os dois países. As mensagens presidenciais contendo as duas indicações obtiveram na quinta-feira (22) parecer favorável da comissão e serão submetidas nos próximos dias ao Plenário.

Em sua exposição aos senadores, o conselheiro Gustavo Martins Nogueira, indicado para abrir a embaixada brasileira em Lilongue, informou que o Maláui é um dos países mais pobres do mundo, com renda per capita equivalente a US\$ 350 – além de ocupar o 171º lugar entre todos os países com seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). E disse que o Brasil pode ajudar aquele país do sul da África a diversificar as suas exportações, atualmente compostas principalmente pelo fumo.

Segundo Nogueira, o governo brasileiro poderia direcionar para o Maláui parte dos recursos a serem pagos ao Brasil pelos Estados Unidos como compensação pelo uso de subsídios em favor de seus produtores de algodão, segundo determinação da Organização Mundial do Comércio (IMC). Como 10% desses recursos devem ser utilizados em cooperação internacional na área de algodão, observou, o Brasil teria “potencial para contribuir com esforços do Maláui para diversificar a sua produção agrícola”.

O Maláui poderá ainda obter acesso ao mar por meio de uma ferrovia a ser construída pela empresa brasileira Vale para ligar as minas de carvão de Moatize, em Moçambique, ao porto de Nacala, também em Moçambique, cruzando parte do território do Maláui. Segundo o embaixador indicado, os governos do Brasil e do Japão poderão estender ao Maláui o programa Pró-Savana, de estímulo à agricultura, que vem sendo desenvolvido em Moçambique.

**Congo**

Igualmente pobre, a República Democrática do Congo – com renda per capita de US\$ 185 e o 187º IDH do planeta – começa também a atrair empresários brasileiros, segundo informou à comissão o embaixador indicado para aquele país, conselheiro Paulo Uchôa Ribeiro Filho. Segundo o diplomata, a Petrobras e a Vale já começaram a desenvolver atividades de prospecção no Congo, que tem um dos maiores potenciais minerais do mundo, estimadas, como informou, em US\$ 35 trilhões.

Na opinião de Ribeiro, a África, com seus recursos minerais “quase inesgotáveis”, aparece no início do século 21 como nova fronteira diplomática e comercial e “novo destino de atenções da comunidade internacional”.

- O Brasil vê o Congo como possível parceiro estratégico. Estamos procurando construir uma agenda positiva com aquele país, onde os interesses brasileiros são múltiplos - afirmou.

Durante o debate, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a necessidade de desenvolvimento do Congo, país que, apesar de suas grandes reservas minerais, ainda enfrenta graves problemas sociais. Por sua vez, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que presidiu

a reunião, defendeu a ampliação da presença brasileira no mundo, por meio de embaixadas em países como Maláui e República Democrática do Congo.

- Grandes países têm que estar presentes em todos os lugares – disse Cristóvam.

### **(28/11) Criação da Emgebio pode afastar investimentos, advertem especialistas**

A criação de uma empresa estatal com direito ao monopólio de patentes originadas de pesquisa da biodiversidade brasileira, prevista no projeto de lei do Senado (PLS) 440/11, poderá afastar investimentos privados no desenvolvimento de pesquisas no setor. A advertência foi feita na quarta-feira (28) pelo diretor de Patentes do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), Júlio César Castelo Branco Reis Moreira, durante audiência pública sobre o tema promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

De autoria do senador Sérgio Souza (PMDB-PR), o projeto autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa para a Gestão do Licenciamento de Pesquisa no Bioma Brasileiro (Emgebio). Essa empresa teria por finalidade a gestão do licenciamento de pesquisas nos biomas brasileiros e o monopólio das patentes originadas dessas pesquisas, pelo período de 10 anos. O representante do INPI recordou que o Brasil tem um “imenso potencial” natural a explorar, mas precisa regular o setor “de forma adequada”.

- Não devemos inviabilizar a pesquisa e o desenvolvimento de recursos da biodiversidade. Precisamos ter mecanismos claros para regular isso de forma inteligente. Que segurança jurídica haveria para investimentos nessas áreas se deixarmos o monopólio com empresa estatal a ser criada? E por que alguém investiria se não há retorno? – questionou Moreira.

O acesso aos recursos genéticos ainda é regulamentado pela Medida Provisória 2186, em vigor há dez anos, como recordou a diretora executiva da Associação de Indústrias Farmacêuticas de Capital Nacional e Pesquisas (Farmabrazil), Adriana Diaféria. Em sua opinião, o principal ponto de debate hoje deveria ser a renovação da legislação de acesso à biodiversidade.

O coordenador de Sociedade, Ambiente e Saúde do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), José Alberto Machado, advertiu que a maior parte das pesquisas sobre a região hoje é feita no exterior.

- O mundo conhece mais a Amazônia do que o Brasil. Ter domínio sobre a Amazônia é mais do que ter Forças Armadas nas fronteiras, é ter domínio sobre o conhecimento. Precisamos de soberania cognitiva – afirmou.

O marco regulatório brasileiro – disse o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Cavalcanti – precisa estar em harmonia com a Convenção de Biodiversidade das Nações Unidas e com o Protocolo de Nagoya, firmado há um ano no âmbito da ONU, sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Advindos de sua Utilização.

O autor da proposta disse que está aberto a promover aperfeiçoamentos no texto, que, depois da CCT, ainda será examinado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

- A comunidade internacional tem muito interesse na Amazônia. Como proteger a região, como agregar valor? Precisamos garantir a segurança desse patrimônio para o povo brasileiro – afirmou Souza.

O relator do projeto, senador Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu a aprovação de um novo marco legal para o setor e a adoção de uma estratégia para “estimular o desenvolvimento privado de pesquisas”. Por sua vez, o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) pediu que o Congresso Nacional aprofunde o debate sobre o tema, levando em conta a necessidade de repartição de benefícios de produtos feitos com recursos dos biomas brasileiros “com populações tradicionais e indígenas guardiãs dessa biodiversidade”.

**(05/12) Mantega defende mudança em imposto estadual sobre consumo**

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, defendeu, na terça-feira (4), no Senado, a reformulação do sistema de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ele disse que esse tributo estadual é considerado pelo setor privado o "mais problemático de todos" e tem gerado entraves ao desenvolvimento do país, por conta principalmente da "guerra fiscal" entre as unidades federadas.

- Os subsídios oferecidos pelos estados geraram uma guerra fiscal. O conflito está instalado, e a questão já foi judicializada. A guerra fiscal chegou ao esgotamento e prejudica a todos. Há mais desvantagens do que vantagens no oferecimento destes subsídios - analisou Mantega em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pela proposta do governo, a alíquota interestadual do ICMS seria unificada e reduzida de forma gradual para 4% em até oito anos. Além disso, haveria a criação de dois fundos por medida provisória: um para compensar os estados por eventuais perdas de arrecadação; e outro para o desenvolvimento regional de estados mais pobres, de modo geral os que praticam a guerra fiscal ao reduzir as alíquotas de ICMS para atrair investimentos.

**Pacificação**

Para Guido Mantega, uma alíquota unificada acabaria com a atual insegurança jurídica em relação ao tributo. Lembrou que diversas ações diretas de inconstitucionalidade estão no Supremo Tribunal Federal, algumas já decididas a favor de estados que se consideram prejudicados com a guerra fiscal. Além de pacificar essa disputa, ele salientou que o novo modelo para o ICMS criaria um cenário mais propício aos investimentos e ao crescimento econômico.

Como esclareceu o ministro, os subsídios já concedidos pelos estados teriam de ser validados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que congrega as Secretarias de Fazenda de todos os estados e do Distrito Federal. O ministro já deixou com a comissão duas alternativas de minutas para o projeto de resolução, tema de iniciativa e competência exclusiva do Senado.

Atualmente, existem duas alíquotas interestaduais de ICMS, uma de 7%, que serve aos estados mais ricos, e outra de 12%, utilizada pelos mais pobres, denominados de "emergentes" por Mantega. Com a redução de 1% prevista a cada ano, os mais ricos atingiriam a alíquota de 4% em oito anos.

No debate, no entanto, houve manifestações de preocupação de alguns senadores com os impactos da unificação do ICMS sobre seus estados. No caso do Amazonas, que tem sua atividade econômica fortemente apoiada no Pólo Industrial de Manaus, pode ocorrer perda de 81% das receitas de ICMS, conforme Vanessa Grazziotin (PCdoB).

- Os incentivos com base no ICMS pode ser um problema, mas ao mesmo tempo tem sido a mais prática e eficiente política de desenvolvimento regional. Ainda para o nosso estado, contribui para uma alternativa de desenvolvimento sem pressão sobre a floresta – disse a senadora.

A reunião foi acompanhada pelo governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB), que se manifestou sobre o tema. Segundo ele, seu estado perderia cerca de R\$ 1,6 bilhão de uma arrecadação total ao redor de R\$ 5 bilhões de ICMS. Ele sugeriu duplicar o período de transição do atual para o novo modelo de cobrança, para 16 anos.

Mantega esclareceu que as resoluções sugeridas ao Senado consideram as especificidades dos estados do Amazonas e Mato Grosso do Sul.

### **(13/12) Proposta de Política Nacional de Defesa vai a Plenário**

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), presidida pelo senador Fernando Collor (PTB-AL), aprovou na quarta-feira (12), na forma de Projeto de Decreto Legislativo, o relatório do senador Jayme Campos (DEM-MT) sobre a proposta de Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco da Defesa Nacional, encaminhado pelo Presidência da República. O projeto agora deve passar pelo Plenário do Senado.

Durante a leitura de seu parecer, Jayme Campos voltou a protestar contra o fato de o Congresso Nacional não ter sido chamado a contribuir com a elaboração desses documentos estratégicos para a segurança nacional.

O senador também ressaltou a importância de fomentar no país uma “cultura da defesa nacional”. Em sua avaliação, as duas décadas de regime militar geraram uma certa negligência no tratamento da questão.

- Essa época já é passada, e está na hora de a sociedade brasileira rediscutir o tema, sobretudo quando se desenvolvem diante de nós ameaças à segurança nacional, contra as quais o simples aparato de Defesa não pode fazer frente - observou.

#### **Livro Branco da Defesa Nacional**

De acordo com a mensagem encaminhada pelo governo (MSG 83/2012), a Política Nacional de Defesa (PND) é “o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa e tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional”.

A Estratégia Nacional de Defesa (END), por sua vez, ainda segundo a mensagem, estabelece como fazer o que se determinou na Política. Já o chamado Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN) é um documento de caráter público, por meio do qual “se permitirá o acesso à informação sobre o setor de Defesa do país”.

Seguindo uma prática incentivada pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Livro Branco apresenta o “contexto do atual ambiente estratégico internacional, descrevendo o instrumento militar existente, seu relacionamento com sociedade, futuras projeções para adequação e modernização dos meios militares e estreita ligação com a indústria de defesa”. O governo assinala ainda que o documento criará “novas oportunidades para o debate sobre Defesa Nacional”.

Ainda segundo a mensagem do governo, a partir de 2012, tais documentos serão encaminhados ao Congresso Nacional a cada quatro anos, com suas respectivas atualizações.



**(20/12) Exame de vetos e Orçamento serão votados em 2013**

O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), anunciou na quarta-feira (19) que estão suspensas todas as votações do Congresso Nacional até 2013. A decisão foi tomada em um encontro que reuniu o presidente do José Sarney (PMDB-AP); a vice-presidente do Congresso, deputada Rose de Freitas (PMDB-ES); e líderes partidários do Senado, da Câmara e do governo. Além dos vetos presidenciais, ficou para o ano que vem a votação do Orçamento de 2013.

Depois de mais de três horas de discussão na presidência do Senado, ficou decidido que tanto a análise dos mais de três mil vetos presidenciais como a votação dos demais projetos na pauta do Congresso, incluindo a Proposta de Lei Orçamentária para 2013, seriam adiadas. A próxima sessão conjunta só deverá ocorrer em 5 de fevereiro, depois do início dos trabalhos parlamentares.

Segundo Marco Maia, responsável pelo anúncio à imprensa, o adiamento das votações foi motivado pela decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, que determinou que os 3.060 vetos na pauta do Congresso Nacional deveriam ser apreciados de forma cronológica. Reconhecendo que na pauta há vetos com mais de dez anos, o presidente da Câmara afirmou que seria impossível atender essa determinação e votar todos os três mil vetos sem haver consenso entre os parlamentares.

- Sem acordo entre todas as bancadas, entre todos os líderes, levaríamos semanas na votação de cada um dos vetos, com defesa específica para cada um deles – declarou.

Diante da decisão e levando em conta o parágrafo 6º do artigo 66 da Constituição Federal, que diz que, após 30 dias de seu recebimento, os vetos sobrestam a pauta do Congresso Nacional, os líderes optaram por suspender qualquer votação do Congresso antes de os vetos serem apreciados ou de o Supremo mudar seu entendimento sobre o tema.

- Estamos primeiro cumprindo a decisão do Judiciário, segundo, tomando uma decisão à luz daquilo que é nossa interpretação do que foi decidido e terceiro adotando uma decisão política, pois não há clima para votar qualquer outra matéria que não seja a derrubada do veto à Lei dos Royalties – disse Maia.

## ANEXO I



**Universidade de Brasília**

### **Questionário I**

Este questionário visa coletar dados a respeito de sua experiência como editor (português→espanhol) da Página Internacional da Agência Senado. Asseguramos-lhe que as informações aqui prestadas serão utilizadas tão somente no contexto desta pesquisa, com o uso anônimo dos dados. Sua identidade será preservada. Obrigado pela sua preciosa colaboração.

- 1) Você concebeu a Página Internacional da Agência Senado. Fale um pouco sobre o que motivou isso.**
- 2) Com relação à tradução, no início da Página quem fazia as versões? Como foi montada a equipe da página?**
- 3) Quais os critérios utilizados para a seleção dos membros da equipe de tradução?**
- 4) E quais as perspectivas de futuro para a estrutura de tradução e revisão da Página?**
- 5) Como editor da Página Internacional você dá aval a tudo o que se publica nela, fale um pouco sobre esse processo de revisão final antes da publicação.**

## ANEXO II



**Universidade de Brasília**

### **Questionário II**

Este questionário visa coletar dados a respeito de sua experiência como revisor (português→espanhol) da Página Internacional da Agência Senado. Asseguramos-lhe que as informações aqui prestadas serão utilizadas tão somente no contexto desta pesquisa, com o uso anônimo dos dados. Sua identidade será preservada. Obrigado pela sua preciosa colaboração.

- 1) Fale um pouco sobre sua formação profissional e sua experiência com a língua espanhola.**
- 2) Você trabalha com tradução ou revisão fora da Página Internacional? Você já realizou essas atividades antes da sua colaboração à Página Internacional? Comente sobre.**
- 3) O que o levou a colaborar com as revisões da Página Internacional da Agência Senado?**
- 4) Como você enxerga a revisão e o papel do revisor que desempenha na Página Internacional?**
- 5) Como é seu processo de revisão dos textos e quais aspectos (gramaticais, linguísticos, estilísticos) você avalia nas traduções?**

## ANEXO III



**Universidade de Brasília**

### **Questionário III**

Este questionário visa a coletar dados a respeito de sua experiência como estagiária em tradução (português→espanhol) da Página Internacional da Agência Senado. Asseguramos-lhe que as informações aqui prestadas serão utilizadas tão somente no contexto desta pesquisa, com o uso anônimo dos dados. Sua identidade será preservada. Obrigado pela sua preciosa colaboração.

- 1) Você recorda as orientações sobre as traduções que passei quando você começou seu estágio na Página Internacional da Agência Senado? Comente o que lembrar.**
- 2) Como se estabelece o contato com o revisor e/ou com o editor, que tipo de instrução específica sobre como traduzir você recebeu e quando (no início ou constantemente)?**
- 3) Você tem acesso às revisões feitas pelo revisor? Você procura ver as revisões ou elas lhe são enviadas? Comente os tipos de correções ou alterações que são feitas pelo revisor e/ou editor.**
- 4) Em alguma situação você tem ou já teve que justificar suas escolhas tradutórias? Existe diálogo sobre essas escolhas?**
- 5) Como você percebe o ambiente de trabalho e a relação entre os membros da equipe? E sua colação nesse ambiente, como você percebe a recepção do seu trabalho?**

## ANEXO IV

PARÁMETROS	ASPECTOS GENERALES QUE SE VERIFICAN EN EL TL	MODALIDAD DE REVISIÓN	PERFIL DEL REVISOR
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lógica</li> <li>- Datos</li> <li>- Lenguaje especializado</li> </ul>	De contenido	Revisión de contenido	Revisor temático
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lenguaje especializado</li> <li>- Norma y uso de la LL</li> <li>- Adaptación al destinatario</li> </ul>	Lingüísticos	Revisión lingüística	Revisor lingüístico
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adaptación al destinatario</li> <li>- Exactitud</li> <li>- Integridad</li> </ul>	Funcionales	Revisión funcional	Revisor traductor
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integridad</li> <li>- Maquetación ortotipografía</li> </ul>	De la presentación del TL	Revisión de la presentación del TL	Revisor tipográfico

Tabla 3: Propuesta metodológica integrada para la revisión de traducciones

## ANEXO V – TABELA DE OCORRÊNCIAS

Data da matéria	Trecho do texto de partida	Trecho da versão	Trecho da versão publicada <sup>20</sup>
<b>22/03 – A</b> (1)	José Sarney ressaltou que a atual fase da relação entre as duas nações é muito boa e ainda pode ser reforçada.	José Sarney dijo que la actual fase de la relación entre las dos naciones es muy buena y todavía puede ser fortalecida.	José Sarney dijo que la actual fase de la relación entre las dos naciones es muy buena y <u>podrá ser fortalecida aún más</u> .
22/03 – A (2)	um dos responsáveis pelo bom relacionamento atual dos dois países.	uno de los responsables por el bueno relacionamiento actual de los dos países.	uno de los responsables por <u>la buena relación</u> actual de los dos países.
22/03 – A (3)	Após quase 38 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre as duas nações, tem havido constantes avanços. As visitas feitas pelo ex-presidente Lula e pela presidente Dilma Rousseff também contribuíram para isso.	Después de casi 38 años de relaciones diplomáticas entre las dos naciones, ha habido un progreso constante. Las visitas realizadas por el expresidente Lula y por la presidenta Dilma Rousseff también contribuyeron a esto.	Después de casi 38 años de relaciones diplomáticas entre las dos naciones, ha habido un progreso constante. Las visitas realizadas por el expresidente Lula y por la presidenta Dilma Rousseff también contribuyeron <u>para</u> esto.
<b>22/03 – B</b> (1)	Logo em seguida, no entanto, a comissão rejeitou a proposta de solicitar ao governo de Cuba a concessão de um indulto aos presos políticos (...)	Poco después, sin embargo, la comisión rechazó una propuesta para pedir al gobierno cubano para que conceda un indulto a los presos políticos (...)	Poco después, sin embargo, la comisión rechazó una propuesta para <u>pedirle</u> al gobierno cubano para que conceda un indulto a los presos políticos (...)
22/03 – B (2)	As duas medidas foram sugeridas em requerimentos do mesmo senador (...)	Las dos medidas fueron sugeridas en requerimientos del mismo senador (...)	Las dos medidas fueron sugeridas en <u>solicitudes</u> del mismo senador (...)
22/03 – B (3)	Durante a votação, porém, apenas o primeiro requerimento foi aprovado.	Pero, durante la votación, sólo la primera solicitud fue aprobada.	<u>Sin embargo</u> , durante la votación, sólo la primera solicitud fue aprobada.
22/03 – B (4)	Na votação do segundo requerimento, dos 10 senadores presentes, apenas três (...) manifestaram-se pela aprovação.	En la votación del segundo requerimiento, de los 10 senadores presentes, sólo tres (...) votaron por su aprobación.	En la votación de la <u>segunda solicitud</u> , de los 10 senadores presentes, sólo tres (...) votaron por su aprobación.

<sup>20</sup> Notações: vide Tabela 2 na página 28.

22/03 – B (5)	Ao mesmo tempo, o relator considerou justo pedir a Cuba que “avance no sentido das liberdades” (...)	Al mismo tiempo, el relator consideró justo pedir a Cuba para “avanzar hacia las libertades” (...)	Al mismo tiempo, el relator consideró justo <u>pedirle</u> a Cuba para “avanzar hacia las libertades” (...)
22/03 – B (6)	Ele considerou interessante que os dois requerimentos fossem votados ao mesmo tempo.	Él consideró interesante que se votase los dos requerimientos al mismo tiempo.	Él consideró interesante que se <u>votara las</u> dos <u>solicitudes</u> al mismo tiempo.
22/03 – B (7)	criticou a proposta de Suplicy para que o governo cubano libertasse os prisioneiros políticos da ilha.	criticó la propuesta de Suplicy para que el gobierno cubano liberase a los presos políticos de la isla.	criticó la propuesta de Suplicy para que el gobierno cubano <u>liberara</u> a los presos políticos de la isla.
22/03 – B (8)	– Respeito Cuba e não gostaria que entrássemos em questões internas daquele país – afirmou Vanessa.	–Respeto a Cuba y no me gustaría tratar de los asuntos internos de ese país – dijo Vanessa.	–Respeto a Cuba y no me gustaría tratar de los asuntos internos de ese país – <u>afirmó</u> Vanessa.
22/03 – B (9)	O mesmo argumento foi utilizado pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), para quem os dois requerimentos tinham naturezas diferentes. Segundo ele, o Senado brasileiro estaria “invadindo a soberania cubana” ao dizer àquele país quem deve ou não permanecer preso.	El mismo argumento fue utilizado por el senador Randolfe Rodrigues (PSOL-PA), para quien los dos requerimientos tenían diferentes naturalezas. Dijo que el Senado brasileño estaría “invadiendo la soberanía de Cuba” al decir quién debe o no quedarse detenido en ese país.	El mismo argumento fue utilizado por el senador Randolfe Rodrigues (PSOL-PA), para quien las dos <u>solicitudes</u> tenían diferentes <u>objetivos</u> . <u>Según dijo</u> , el Senado brasileño estaría “invadiendo la soberanía de Cuba” al decir quién debe o no quedarse detenido en ese país.
22/03 – B (10)	Simon argumentou, por sua vez, que a aprovação simultânea dos dois requerimentos estaria no contexto de uma proposta de “pacificação geral” (...)	Simon argumentó a su vez que la aprobación simultánea de ambos requerimientos estaría en un contexto de una propuesta de “paz general” (...)	Simon argumentó, <u>por</u> su vez, que la aprobación simultánea de ambas <u>solicitudes</u> estaría en un contexto de una propuesta de “paz general” (...)
22/03 – B (11)	Suplicy também pediu a aprovação das duas propostas.	Suplicy también solicitó la aprobación de ambas propuestas.	Suplicy también solicitó la aprobación de <u>las dos</u> propuestas.
22/03 – B (12)	O pedido, em sua opinião, poderia distanciar o Brasil de Cuba (...)	La solicitud, en su opinión, podría distanciar Brasil de Cuba (...)	La <u>solicitud</u> , en su opinión, podría distanciar Brasil de Cuba (...)

22/03 – B (13)	o senador Delcídio do Amaral (PT-MS) disse que o texto proposto por Suplicy poderia ser considerado “uma intromissão em assuntos internos de um país com o qual o Brasil tem boas relações”.	el senador Delcídio do Amaral (PT-MS), dijo que el texto propuesto por Suplicy podría ser considerado “una injerencia en los asuntos internos de un país con el que Brasil tiene buenas relaciones”.	el senador Delcídio do Amaral (PT-MS) dijo que el texto propuesto por Suplicy <u>se podría considerar</u> como “una <u>intromisión</u> en los asuntos internos de un país con el <u>cual</u> Brasil tiene buenas relaciones”.
22/03 – B (14)	O requerimento aprovado pela comissão pede ainda ao governo dos Estados Unidos que liberte cinco cubanos presos em seu território, acusados de espionagem, além do fechamento da base militar de Guantánamo, mantida pelo governo americano em território cubano.	La solicitud aprobada por la comisión pide además al gobierno de EE.UU. para liberar a cinco cubanos presos en su territorio, acusado de espionaje, y el cierre de la base militar de Guantánamo, mantenida por el gobierno de los EE.UU. en Cuba.	La solicitud aprobada por la comisión pide <u>aún</u> al gobierno de los Estados Unidos para liberar a cinco cubanos presos en su territorio, acusados de espionaje, <u>además</u> del cierre de la base militar de Guantánamo, mantenida por el gobierno <u>estadounidense en territorio cubano</u> .
29/03 (1)	As Filipinas poderão ser uma ponte entre o Brasil e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), disse na quinta-feira (29) o embaixador designado para representar o país em Manila, ministro de segunda classe George Ney de Souza Fernandes, cuja indicação obteve parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).	Filipinas pueden ser un puente entre Brasil y la Asociación de Naciones del Sureste Asiático (ASEAN), dijo el jueves (29) el embajador designado para representar al país en Manila, ministro de segunda clase George Ney de Souza Fernandes, cuyo indicación fue aprobado por la Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional (CRE).	Filipinas puede ser un puente entre Brasil y la Asociación de Naciones del Sureste Asiático ( <u>Asean</u> ), dijo el jueves (29) el embajador designado para representar al país en Manila, ministro de segunda clase George Ney de Souza Fernandes, <u>cuya</u> indicación fue <u>aprobada</u> por la Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional (CRE).
29/03 (2)	Ainda em 2011, acrescentou, as Filipinas foram responsáveis por um processo de aproximação entre a Asean (...) e o Mercosul.	También en 2011, dijo que Filipinas han sido responsables por un proceso de acercamiento entre la ASEAN (...) y el Mercosur.	También en 2011, dijo que Filipinas <u>ha sido responsable</u> por un proceso de acercamiento entre la <u>Asean</u> (...) y el Mercosur.
29/03 (3)	As Filipinas querem ser a cabeça de ponte do Brasil na Asean.	Filipinas quieren ser la cabeza del puente de Brasil en la ASEAN.	Filipinas <u>quiere</u> ser la cabeza <u>de</u> puente de Brasil en la <u>Asean</u> .



29/03 (4)	Querem que o Brasil seja um parceiro de diálogo, ao nível dos Estados Unidos, e não apenas um país associado.	Ellos quieren que Brasil sea un socio en el diálogo, a nivel de los Estados Unidos, y no sólo un país asociado.	Ellos quieren que Brasil sea un socio en el diálogo, a nivel de [ ] Estados Unidos, y no sólo un país asociado.
29/03 (5)	Ele citou especialmente as possibilidades de ampliação da cooperação técnica e cultural entre os dois países, com ênfase nas áreas de tecnologia da informação, agricultura, saúde, desenvolvimento sustentável e energias renováveis.	Él mencionó en particular las posibilidades de ampliar la cooperación técnica y cultural entre los dos países, con énfasis en las áreas de tecnología de la información, agricultura, salud, desarrollo sostenible y las energías renovables.	Él mencionó en particular las posibilidades de ampliar la cooperación técnica y cultural entre los dos países, con énfasis en las áreas de tecnología de la información, agricultura, <u>salud</u> , desarrollo sostenible y las energías renovables.
29/03 (6)	Por sua vez, Kadri – cuja mensagem de indicação teve como relatora a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) – anunciou a sua intenção (...)	A su vez, Kadri –cuyo mensaje de indicación tuvo como relator la senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) – anunció su intención (...)	A su vez, Kadri –cuyo mensaje de indicación tuvo como <u>relatora</u> la senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) – anunció su intención (...)
10/04 (1)	Especialista alerta para risco real de terrorismo no Brasil	Experto alerta para el riesgo real de terrorismo en Brasil	Experto alerta <u>sobre</u> el riesgo real de terrorismo en Brasil
10/04 (2)	Buzanelli observou uma tendência clara no sentido da manutenção da ameaça, especialmente da parte de grupos islâmicos radicais que têm visto o terrorismo dar certo.	Buzanelli observó una clara tendencia hacia el mantenimiento de la amenaza, especialmente de parte de los grupos radicales islámicos que han visto el éxito del terrorismo.	Buzanelli observó una clara tendencia hacia el mantenimiento de la amenaza, especialmente de parte de los grupos radicales islámicos <u>LL</u> .
10/04 (3)	Atualmente, a estratégia da Al-Qaeda e de outras organizações terroristas tem se voltado a numerosos e pequenos atentados, alertou.	En la actualidad, la estrategia de Al Qaeda y de otras organizaciones terroristas se ha recurrido a numerosos y pequeños atentados, dijo.	En la actualidad, la estrategia de Al Qaeda y de otras organizaciones terroristas se ha <u>concentrado</u> en numerosos y pequeños atentados, dijo.
10/04 (4)	O general-de-divisão José Carlos dos Santos, chefe do Centro de Defesa Cibernética (CDCiber), esclareceu que coube ao Exército a coordenação (...)	El general de división José Carlos dos Santos, jefe del Centro de Ciberdefensa (CDCiber), esclareció que es deber del Ejército la coordinación (...)	El general de división José Carlos dos Santos, jefe del Centro de Ciberdefensa (CDCiber), <u>aclaró</u> que es deber del Ejército la coordinación (...)

10/04 (5)	mas salientou que a segurança de computadores e redes é uma questão transversal que envolve toda a sociedade.	pero subrayó que la seguridad de los ordenadores y las redes es un tema transversal que implica a toda la sociedad.	pero subrayó que la seguridad de las <u>computadoras</u> y las redes es un tema transversal que implica a toda la sociedad.
10/04 (6)	Jorge Henrique Cabral Fernandes (...) destacou o conjunto de transformações na sociedade cada vez mais dependente de computadores e software (...)	Jorge Henrique Cabral Fernandes (...) destacó el conjunto de transformaciones en la sociedad cada vez más dependiente de los ordenadores y de software (...)	Jorge Henrique Cabral Fernandes (...) destacó el conjunto de transformaciones en la sociedad cada vez más dependiente de las <u>computadoras</u> y de software (...)
<b>11/04</b> (1)	Relações entre Cachoeira e parlamentares serão investigadas	Relaciones entre Cachoeira y los parlamentarios serán investigadas	<u>Investigarán relaciones entre Cachoeira y los parlamentarios</u>
11/04 (2)	A expectativa é de que a instalação da comissão, com membros do Senado e da Câmara, ocorra nos próximos dias, de acordo com o senador Randolfe Rodrigues (...)	La expectativa es que la instalación de la comisión, con miembros del Senado y de la Cámara, ocurra en los próximos días, de acuerdo con el senador Randolfe Rodrigues (...)	La expectativa es que la instalación de la comisión, con miembros del Senado y de la Cámara, ocurra en los próximos días, <u>afirmó</u> el senador Randolfe Rodrigues (...)
11/04 (3)	A Operação Monte Carlo foi deflagrada pela Polícia Federal no fim de fevereiro, para desbaratar um esquema ilegal de jogos de azar (...)	La Operación Monte Carlo se realizó por la Policía Federal a finales de febrero, para desbaratar un chanchullo de juegos de azar (...)	La Operación Monte Carlo se realizó por la Policía Federal a finales de febrero, para desbaratar <u>una estructura ilegal</u> de juegos de azar (...)
<b>12/04</b> (1)	Senadores querem facilitar reconhecimento de diplomas de universidades estrangeiras	Senadores quieren facilitar el reconocimiento de los diplomas de universidades extranjeras	Senadores quieren facilitar <u>[ ]</u> reconocimiento de diplomas de universidades extranjeras
12/04 (2)	Dezenas de milhares de jovens são hoje praticamente exilados acadêmicos, pois podem entrar no país, mas não no consultório ou no escritório de engenharia.	Decenas de miles de jóvenes son ahora prácticamente exiliados académicos, pues pueden entrar en el país, pero no en el consultorio o en la oficina de ingeniería.	Decenas de miles de jóvenes son ahora prácticamente exiliados académicos, pues pueden entrar en el país, pero no en el <u>despacho</u> o en la oficina de ingeniería.

12/04 (3)	No momento em que o Brasil enfrenta escassez de profissionais, desperdiçamos os que têm diploma estrangeiro.	En un momento en que Brasil enfrenta a una escasez de profesionales, desperdiciamos los que tienen diploma extranjero.	En un momento en que Brasil <u>se</u> enfrenta a una escasez de profesionales, desperdiciamos los que tienen diploma extranjero.
12/04 (4)	Não podemos carimbar todos os diplomas, mas não podemos rasgar todos.	No podemos validar todos los diplomas, pero no podemos rasgarlos todos.	No podemos validar todos los diplomas, pero no podemos <u>romperlos</u> todos.
12/04 (5)	(...) o projeto estabelece que “os diplomas de cursos de graduação, mestrado ou doutorado de reconhecida excelência acadêmica, expedidos por instituições de educação superior estrangeiras, poderão ter revalidação ou reconhecimento automático”.	(...) el proyecto de ley establece que “los diplomas de cursos de graduación, maestría o doctorado de reconocida calidad académica, expedidos por instituciones extranjeras de educación superior, podrán tener revalidación o el reconocimiento automático”.	(...) el proyecto de ley establece que “los diplomas de cursos de graduación, maestría o doctorado de reconocida calidad académica, <u>emitidos</u> por instituciones extranjeras de educación superior, podrán tener revalidación o el reconocimiento automático”.
12/04 (6)	Requião lembrou que a Universidade Federal do Paraná, pela qual se formou advogado, não aceitou contratar para professor um “extraordinário jurista uruguaio” porque ele não tinha diploma reconhecido no Brasil.	Requião recordó que la Universidad Federal de Paraná, por la cual se formó abogado, se aceptó contratar para profesor un “extraordinario jurista uruguayo” porque él no tenía diploma reconocido en Brasil.	Requião recordó que la Universidad Federal de Paraná, por la cual se formó abogado, <u>no</u> aceptó contratar para profesor un “extraordinario jurista uruguayo” porque él no tenía diploma reconocido en Brasil.
<b>19/04 – A</b> (1)	A transposição de direitos do papel para a realidade das relações de trabalho, segundo Paim, são ainda mais difíceis de transpor quando tratadas em âmbito multinacional.	La transposición de los derechos a la realidad de las relaciones laborales, según Paim, son aún más difíciles de aplicar cuando se trata del contexto multinacional.	La transposición de los derechos a la realidad de las relaciones laborales, según Paim, <u>es aún más difícil</u> de aplicar cuando se trata del contexto multinacional.
19/04 – A (2)	Com o aumento da agenda social, a necessidade de ampliar essa participação se torna estratégica para o bom funcionamento.	Con el aumento de la agenda social, la necesidad de ampliar esa participación se convierte estratégica para el buen funcionamiento.	Con el aumento de la agenda social, la necesidad de ampliar esa participación <u>se vuelve</u> estratégica para el buen funcionamiento.

19/04 – A (3)	Como exemplo, o senador citou as eleições para a escolha dos representantes brasileiros do Parlasul, que deve ser realizada em 2014.	A modo de ejemplo, el senador citó las elecciones para la escoja de los representantes brasileños del Parlasur, que se celebrará en 2014.	<u>A</u> <u>manera</u> de ejemplo, el senador citó las elecciones para la <u>selección</u> de los representantes brasileños del Parlasur, que se celebrará en <u>el</u> 2014.
19/04 – A (4)	Tenho certeza de que a realização desses pleitos será um marco histórico para fortalecer o Mercosul, porque é diferente um indicado e um votado.	Estoy seguro de que la realización de estas elecciones será un hito para fortalecer el Mercosur, porque un indicado es diferente de un elegido.	Estoy seguro de que la realización de estas elecciones será un hito para fortalecer el Mercosur, porque un indicado es diferente de un <u>electo</u> .
19/04 – A (5)	Quem é votado tem que prestar conta à população.	Quien se elige hay que rendir cuentas a la población.	Quien <u>es electo tiene</u> que rendir cuentas a la población.
<b>19/04 – B</b> (1)	O Congresso estabeleceu na quinta-feira (19) a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que irá investigar as relações (...)	El Congreso estableció el jueves (19) la creación de la Comisión Parlamentaria Mixta de Averiguación (CPMI) que investigará las relaciones (...)	El Congreso estableció el jueves (19) la creación de la Comisión Parlamentaria Mixta de Averiguación ( <u>CPI</u> ) que investigará las relaciones (...)
19/04 – B (2)	(...) constitui regimentalmente o ato de criação da CPMI.	(...) constituye regimentalmente el acto de creación de la CPMI.	(...) constituye regimentalmente el acto de creación de la <u>CPI</u> .
19/04 – B (3)	Do total de 30 titulares, a oposição tem direito a sete vagas.	Del total de 30 titulares, la oposición tiene derecho a siete vacantes.	Del total de 30 titulares, la oposición tiene derecho a siete <u>escaños</u> .
19/04 – B (4)	Pelo Regimento, as legendas ou blocos terão direito à quantidade de vagas proporcional ao tamanho de suas bancadas.	Según el reglamento, los partidos o los bloques tendrán derecho a la cantidad de vacantes proporcional al tamaño de sus grupos.	Según el reglamento, los partidos o <u>[ ]</u> bloques tendrán derecho a la cantidad de <u>vacantes</u> proporcional al tamaño de sus grupos.
19/04 – B (5)	Pelo requerimento, o objeto da CPMI é investigar as práticas criminosas desvendadas pelas operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal (...)	Según la solicitud, el objeto de la CPMI es investigar las prácticas criminales descubiertas por las operaciones Vegas y Monte Carlo, de la Policía Federal (...)	Según la solicitud, el objeto de la <u>CPMI</u> es investigar las prácticas criminales descubiertas por las operaciones Vegas y Monte Carlo, de la Policía Federal (...)

19/04 – B (6)	A comissão também vai apurar o esquema de interceptação e monitoramento de comunicações feito pelo contraventor.	La comisión también averiguará el esquema de interceptación y vigilancia de las comunicaciones realizadas por el contraventor.	La comisión también averiguará el <u>aparato</u> de interceptación y vigilancia de las comunicaciones realizadas por el contraventor.
03/05 (1)	A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, na quinta-feira (3), pareceres favoráveis às mensagens presidenciais de indicação da ministra de primeira classe Susan Kleebank e do ministro de segunda classe Márcio Araújo Lage para exercerem, respectivamente, os cargos de embaixadores (...)	La Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional (CRE) aprobó, el jueves (3), dictámenes favorables a los mensajes presidenciais de indicación de la ministra de primera clase Susan Kleebank y del ministro de segunda clase Márcio Araújo Lage para ejercieren, respectivamente, los cargos de embajadores (...)	La Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional (CRE) aprobó, el jueves (3), dictámenes favorables a los mensajes presidenciais de indicación de la ministra de primera clase Susan Kleebank y del ministro de segunda clase Márcio Araújo Lage para <u>ejercer</u> , respectivamente, los cargos de embajadores (...)
03/05 (2)	(...) o governo eslovaco vem adotando medidas de controle fiscal e redução de gastos, como resposta à crise internacional.	(...) el gobierno eslovaco tiene adoptado medidas de controle fiscal y de reducción de gastos, como respuesta a la crisis internacional.	(...) el gobierno eslovaco tiene adoptado medidas de <u>control</u> fiscal y de reducción de gastos, como respuesta a la crisis internacional.
03/05 (3)	Mesmo diante dessa conjuntura, porém, os investimentos externos na Eslováquia aumentaram 4,5% no ano passado.	Sin embargo, incluso delante de esta coyuntura, las inversiones extranjeras en Eslovaquia aumentaron el 4,5% el año pasado.	Sin embargo, incluso <u>ante</u> esta coyuntura, las inversiones extranjeras en Eslovaquia aumentaron el 4,5% el año pasado.
03/05 (4)	Segundo Araújo Lage, já está sendo negociada a adoção, por Botsuana, do padrão nipo-brasileiro de televisão digital.	Según Araújo Lage, ya se está negociando la adopción, por parte de Botsuana, del estándar nipón-brasileño de televisión digital.	Según Araújo Lage, ya se está negociando la adopción, por parte de Botsuana, del estándar <u>nipobrasileño</u> de televisión digital.

03/05 (5)	Além disso, observou, empresas brasileiras poderão interessar-se por grandes obras de infraestrutura planejadas por aquele país, como as de irrigação de novas terras agrícolas e uma ferrovia que poderá atravessar Botsuana de leste a oeste, ajudando a conectar Moçambique, banhada pelo oceano Índico, à Namíbia, junto ao Oceano Atlântico.	Además, señaló, las empresas brasileñas se podrán interesar por grandes obras de infraestrutura planeadas por aquel país, como las del riego de nuevas tierras agrícolas y un ferrocarril que podrá atravesar de este a oeste de Botsuana, ayudando a conectar a Mozambique, bañada por el océano Índico, a Namibia, junto al océano Atlántico.	Además, señaló, las empresas brasileñas se podrán interesar por grandes obras de infraestrutura <u>planificadas</u> por aquel país, como las del riego de nuevas tierras agrícolas y un ferrocarril que podrá atravesar de este a oeste de Botsuana, ayudando a conectar a Mozambique, <u>bañado</u> por el océano Índico, a Namibia, junto al océano Atlántico.
17/05 (1)	A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou na quinta-feira (17) as indicações dos novos embaixadores brasileiros junto à Noruega, país com o mais elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo, e à Nicarágua (...)	La Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional (CRE) aprobó el jueves (17) las indicaciones de los nuevos embajadores brasileños junto a Noruega, país con el mayor Índice de Desarrollo Humano (IDH) en el mundo, y junto a Nicaragua (...)	La Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional (CRE) aprobó el jueves (17) las indicaciones de los nuevos embajadores brasileños <u>ante</u> Noruega, país con el mayor Índice de Desarrollo Humano (IDH) en el mundo, y <u>ante a</u> Nicaragua (...)
17/05 (2)	(...) conta com grande popularidade em função de programas de assistência social e da oferta de serviços gratuitos de saúde e educação.	(...) tiene una gran popularidad debido a los programas de asistencia social y a la oferta de servicios gratuitos de salud y educación.	(...) tiene una gran popularidad debido a los programas de asistencia social y a la oferta de servicios gratuitos de <u>salud</u> y educación.
17/05 (3)	Flávio Helmond Macieira destacou a importância da decisão do governo da Noruega, com tradicional preocupação em relação a questões ambientais, de investir US\$ 1 bilhão até 2015 no Fundo Amazônia, de proteção da floresta brasileira.	Flávio Helmond Macieira señaló la importancia de la decisión del gobierno de Noruega, con tradicional preocupación por las cuestiones ambientales, de invertir 1.000 millones de dólares en 2015 en el Fondo Amazonia, de protección del bosque brasileño.	Flávio Helmond Macieira señaló la importancia de la decisión del gobierno de Noruega, con tradicional preocupación por las cuestiones ambientales, de invertir 1.000 millones de dólares en 2015 en el Fondo Amazonia, de protección de <u>la selva</u> brasileña.
23/05 (1)	Sem respostas do principal investigado.	No hay respuestas del principal investigado.	<u>Sin respuestas</u> del principal investigado.

23/05 (2)	Orientado pela defesa, o acusado de comandar uma organização criminosa com fortes conexões políticas e empresariais usou o direito constitucional de permanecer em silêncio (...)	Guiado por la defensa, el acusado de dirigir una organización criminosa con fuertes conexiones políticas y empresariales utilizó el derecho constitucional de permanecer en silencio (...)	Guiado por la defensa, el acusado de dirigir una organización <u>criminal</u> con fuertes conexiones políticas y empresariales utilizó el derecho constitucional de permanecer en silencio (...)
23/05 (3)	Cachoeira, que permanece preso, disse que só falará aos parlamentares após depor em juízo.	Cachoeira, que sigue encarcelado, dijo que sólo va a hablar con los parlamentarios después de deponer en juzgado.	Cachoeira, que sigue encarcelado, dijo que sólo va a hablar con los parlamentarios después de <u>declarar en juicio</u> .
23/05 (4)	(...) autora de requerimento que encerrou a sessão depois de horas de silêncio de Cachoeira ante as perguntas de deputados e senadores.	(...) autora de solicitud que encerró la sesión después de horas de silencio de Cachoeira delante de diputados y senadores.	(...) autora de solicitud que encerró la sesión después de horas de silencio de Cachoeira <u>ante diputados y senadores</u> .
23/05 (5)	Durante a reunião, parlamentares alertaram o depoente sobre possíveis prejuízos de sua opção por não responder às perguntas.	Durante la reunión, parlamentarios advirtieron al deponente acerca de posibles perjuicios de su opción de no responder a las preguntas.	Durante la reunión, parlamentarios advirtieron al <u>declarante</u> acerca de posibles <u>daños por</u> su opción de no responder a las preguntas.
<b>24/05 – A</b> (1)	Organização da Amazônia pede apoio ao Congresso Nacional	Organización de la Amazonia pide apoyo al Congreso Nacional	Organización de la <u>Amazonía</u> pide apoyo al Congreso Nacional
24/05 – A (2)	Criada em 1995, a OTCA tem objetivo de implantar os princípios reunidos no Tratado de Cooperação Amazônica (...)	Fundada en 1995, la OTCA objetiva poner en práctica los principios recogidos en el Tratado de Cooperación Amazónica (...)	Fundada en 1995, la OTCA <u>tiene como objetivo</u> poner en práctica los principios recogidos en el Tratado de Cooperación Amazónica (...)
24/05 – A (3)	(...) em defesa da preservação do meio ambiente e do uso racional dos recursos naturais da Amazônia.	(...) en defensa de la preservación del medioambiente y del uso racional de los recursos naturales en la Amazonia.	(...) en defensa de la preservación del medioambiente y del uso racional de los recursos naturales en la <u>Amazonía</u> .

24/05 – A (4)	(...) a organização ganhou força no início dos anos 2000, quando surgiu um movimento, vindo de países desenvolvidos, para internacionalização da floresta.	(...) la organización se impulsó en el inicio de los años 2000, cuando surgió un movimiento, procedente de países desarrollados, para la internacionalización del bosque.	(...) la organización se impulsó en el inicio de los años 2000, cuando surgió un movimiento, procedente de países desarrollados, para la internacionalización <u>de la selva</u> .
24/05 – A (5)	Provar à comunidade internacional que têm competência para manter a Amazônia preservada é um dos desafios dos países integrantes da OTCA.	Probar a la comunidad internacional que tienen la competencia para mantener la Amazonia conservada es uno de los desafíos de los países miembros de la OTCA.	Probar a la comunidad internacional que tienen la competencia para mantener la <u>Amazônia</u> conservada es uno de <u>los retos</u> de los países miembros de la OTCA.
24/05 – A (6)	A organização tem duas propostas nesse sentido: a implantação do Observatório Amazônico, fórum que reunirá instituições e autoridades para estudo da biodiversidade amazônica (...)	La organización cuenta con dos propuestas en este sentido: el establecimiento del Observatorio Amazónico, foro que reunirá a instituciones y autoridades para el estudio de la biodiversidad amazónica (...)	La organización cuenta con dos propuestas en este sentido: el establecimiento del Observatorio Amazónico, <u>fuero</u> que reunirá a instituciones y autoridades para el estudio de la biodiversidad amazónica (...)
24/05 – A (7)	(...) oferecendo respaldo político à organização e ajudando-a a conquistar autonomia financeira.	(...) ofreciendo respaldo político a la organización y la ayudando a conquistar autonomía financiera.	(...) ofreciendo respaldo político a la organización y <u>ayudándola</u> a conquistar autonomía financiera.
24/05 – A (8)	Desse montante, o Brasil contribui com cerca de US\$ 700 mil.	De esta cantidad, Brasil contribuye con aproximadamente 700 mil dólares.	De esta cantidad, Brasil contribuye con aproximadamente 700 mil <u>dólares</u> .
24/05 – A (9)	E por isso precisamos do respaldo da população, dos parlamentos e dos governos.	Y por eso necesitamos del respaldo de la población, de los parlamentos y de los gobiernos.	Y por eso necesitamos del respaldo de la población, <u>[ ]</u> los parlamentos y <u>[ ]</u> los gobiernos.



24/05 – B (1)	O Plenário do Senado aprovou, na quarta-feira (23), cinco projetos de decreto legislativo de acordos de cooperação entre o Brasil e a Romênia, a Libéria, a Ucrânia, o Conselho Federal Suíço sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia e os países membros do sudeste asiático.	El Plenario del Senado aprobó, el miércoles (23), cinco proyectos de decreto legislativo de acuerdos de cooperación entre Brasil y Rumania, Liberia, Ucrania, Consejo Federal Suizo sobre Cooperación en Ciencia y Tecnología y los países miembros del sudeste de Asia.	El Plenario del Senado aprobó, el miércoles (23), cinco proyectos de decreto legislativo de acuerdos de cooperación entre Brasil y <u>Rumanía</u> , Liberia, Ucrania, Consejo Federal Suizo [ ] y los países miembros del sudeste de Asia.
24/05 – B (2)	O primeiro, PDS 63/2012, aprova o acordo entre Brasil e Romênia sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes de membros de missão diplomática e repartições consulares (...)	El primero, PDS 63/2012, aprueba el acuerdo entre Brasil y Rumania sobre el ejercicio de actividades remuneradas por parte de dependientes de los miembros de misión diplomáticas y oficinas consulares (...)	El primero, PDS 63/2012, aprueba el acuerdo entre Brasil y <u>Rumanía</u> sobre el ejercicio de actividades remuneradas por parte de dependientes de los miembros de misión <u>diplomática</u> y oficinas consulares (...)
24/05 – B (3)	Luiz Felipe Mendonça Filho substituirá Flávio Helmold Macieira, que atualmente comanda a embaixada naquele país da América Central, cuja capital é Manágua. Seu nome foi aprovado com 54 votos a favor, sete contrários e uma abstenção. Na sabatina, o indicado informou que a Nicarágua tem 48% da população abaixo da linha da pobreza, mas o país tem os mais baixos índices de violência da América Central.	Luiz Felipe Mendonça Filho sustituirá a Flavio Helmold Macieira, que actualmente dirige la embajada en aquel país de la América Central, cuya capital es Managua. Su nombre fue aprobado con 54 votos a favor, siete contrarios y una abstención. En la audiencia, el indicado informó que Nicaragua tiene el 48% de la población por debajo de la línea de la pobreza, pero el país tiene los índices más bajos de violencia de la América Central.	Luiz Felipe Mendonça Filho sustituirá a Flavio Helmold Macieira, que actualmente dirige la embajada en aquel país de la América Central, cuya capital es Managua. Su nombre fue aprobado con 54 votos a favor, siete contrarios y una abstención. En la audiencia, el indicado informó que Nicaragua tiene el 48% de la población por debajo de la línea de la pobreza, pero el país tiene los índices más bajos de violencia de <u>Centroamérica</u> .
24/05 – B (4)	Além de representar o Brasil junto ao Reino da Noruega – cuja capital é Oslo –, ele exercerá, cumulativamente, o cargo de embaixador junto à República da Islândia	Además de representar Brasil junto al Reino de Noruega – cuya capital es Oslo –, él ejercerá, de forma acumulativa, el cargo de embajador junto a la República de Islandia.	Además de representar Brasil <u>ante el</u> Reino de Noruega – cuya capital es Oslo –, él ejercerá, de forma acumulativa, el cargo de embajador <u>ante la</u> República de Islandia.

24/05 – B (5)	Na sabatina, ele destacou a importância da decisão do governo norueguês de investir US\$ 1 bilhão, até 2015, no Fundo Amazônia, destinado à proteção da floresta brasileira.	En la audiencia, él resaltó la importancia de la decisión del gobierno de Noruega de invertir 1.000 millones de dólares, hasta 2015, en el Fondo Amazonia, destinado a proteger el bosque brasileño.	En la audiencia, él resaltó la importancia de la decisión del gobierno de Noruega de invertir <u>US\$</u> 1.000 millones, hasta 2015, en el Fondo <u>Amazônia</u> , destinado a proteger <u>a la selva brasileña</u> .
30/05 – A (1)	As dificuldades enfrentadas atualmente no comércio entre o Brasil e a Argentina deverão ser discutidas por parlamentares dos dois países, em debate para o qual será convidado o ministro brasileiro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel.	Las dificultades que se enfrentan actualmente en el comercio entre Brasil y Argentina deben ser discutidas por parlamentarios de los dos países, en debate al cual se invitará el ministro brasileño de Desarrollo, Industria y Comercio Exterior, Fernando Pimentel.	Las dificultades que se enfrentan actualmente en el comercio entre Brasil y Argentina <u>serán</u> discutidas por parlamentarios de los dos países en debate <u>previsto para el 12 de junio</u> , al cual se invitará el ministro brasileño de Desarrollo, Industria y Comercio Exterior, Fernando Pimentel.
30/05 – A (2)	Proposta nesse sentido, apresentada pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), foi aprovada na terça-feira (29) pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul).	Propuesta en ese sentido, presentada por el senador Roberto Requião (PMDB-PR), fue aprobada el martes (29) por la Representación Brasileña en el Parlamento del Mercosur (Parlasur).	Propuesta en ese sentido, presentada por el senador Roberto Requião (PMDB-PR), fue aprobada el martes (29) por la <u>Representación</u> Brasileña en el Parlamento del Mercosur (Parlasur).
30/05 – A (3)	Não existia.	Não existia.	<u>La senadora Laura Montero, presidenta de la Comisión de Economía Nacional e Inversión del Senado de Argentina, y el diputado Roberto José Feletti, presidente de la Comisión de Presupuesto y Hacienda de la Cámara de Diputados de Argentina, confirmaron sus presencias en el debate.</u>

30/05 – A (4)	Na opinião do senador, que preside a representação brasileira, os parlamentares têm sido “marginalizados” das discussões sobre o comércio bilateral. Ele pretende convidar representantes das Comissões de Economia da Câmara e do Senado da Argentina para um primeiro encontro, em Brasília, na terça-feira (5). Depois disso, os integrantes da representação brasileira fariam uma visita ao Congresso Nacional argentino, na tentativa de estabelecer um diálogo sobre o comércio bilateral.	En la opinión del senador, que preside la representación brasileña, los parlamentarios han sido “marginados” en los debates sobre el comercio bilateral. Él pretende invitar a los representantes de las Comisiones de Economía de la Cámara y del Senado de Argentina para un primer encuentro, en Brasilia, el martes (5). Después de eso, los miembros de la representación brasileña harían una visita al Congreso Nacional de Argentina, en un intento de establecer un diálogo sobre el comercio bilateral.	En la opinión del senador, que preside la representación brasileña, los parlamentarios han sido “marginados” en los debates sobre el comercio bilateral. <u>[Él propuso que, después del primer debate en el 12 de junio,</u> los miembros de la representación brasileña hagan una visita al Congreso Nacional de Argentina, en <u>más</u> un intento de establecer un diálogo sobre el comercio bilateral.
30/05 – A (5)	O ingresso definitivo da Venezuela ainda depende da aprovação do Senado do Paraguai.	El ingreso definitivo de Venezuela todavía depende de aprobación del Senado de Paraguay.	El ingreso definitivo de Venezuela <u>en Mercosur</u> todavía depende de aprobación del Senado de Paraguay.
30/05 – A (6)	Durante a reunião, parlamentares do Sul do país relataram as dificuldades que vêm sendo enfrentadas por empresários (...)	Durante la reunión, parlamentarios del Sur del país relataron de las dificultades que han enfrentado los empresarios (...)	Durante la reunión, parlamentarios del Sur de <u>Brasil</u> relataron de las dificultades que han enfrentado los empresarios (...)
30/05 – A (7)	Mas também mencionou os altos superávits mantidos pelo Brasil no comércio bilateral ao longo dos últimos anos.	Pero también mencionó los elevados superávits mantenidas por Brasil en el comercio bilateral al largo de los últimos años.	Pero también mencionó los elevados superávits <u>mantenidos</u> por Brasil en el comercio bilateral al largo de los últimos años.
30/05 – A (8)	Na opinião do senador, os dois países teriam a lucrar se unissem os esforços na construção de um projeto comum de desenvolvimento industrial.	Según el senador, los dos países lucrarían si unieran esfuerzos en la construcción de un proyecto común de desarrollo industrial.	Según el senador, los dos países <u>ganarían</u> si unieran esfuerzos en la construcción de un proyecto común de desarrollo industrial.

30/05 – A (9)	Precisamos não de confronto, mas de uma aliança dos países do Mercosul, para enfrentarmos os grandes mercados do mundo, que não querem outra coisa senão exportar para cá.	Necesitamos no de enfrentamiento, sino de una alianza de los países del Mercosur, para hacer frente a los grandes mercados del mundo, que no quieren otra cosa que exportar a acá.	Necesitamos no de enfrentamiento, sino de una alianza de los países del Mercosur, para hacer frente a los grandes mercados del mundo, que no quieren otra cosa que exportar <u>hacia</u> acá.
<b>30/05 – B</b> (1)	Demóstenes nega envolvimento com Cachoeira	Demóstenes niega envolvimiento con Cachoeira	Demóstenes niega <u>envolvimiento</u> con Cachoeira
30/05 – B (2)	(...) Demóstenes voltou a insistir na tese de que os diálogos foram reproduzidos de forma “descontextualizadas” tanto nos relatórios da Polícia Federal quanto nas matérias jornalísticas.	(...) Demóstenes insistió otra vez en la tesis de que los diálogos fueron reproducidos de manera “descontextualizada” tanto en los informes de la Policía Federal como en artículos periodísticos.	(...) Demóstenes insistió otra vez en la tesis de que los diálogos fueron reproducidos “ <u>fuera de contexto</u> ” tanto en los informes de la Policía Federal como en artículos periodísticos.
30/05 – B (3)	Em 2h15 de depoimento ininterrupto e mais de 3 horas de respostas a perguntas formuladas por parlamentares (...)	En 2 horas y 15 minutos de deposición ininterrumpida y más de 3 horas respondiendo a las preguntas hechas por los parlamentarios (...)	En 2 horas y 15 minutos de deposición ininterrumpida y más de 3 horas <u>contestando</u> a las preguntas hechas por los parlamentarios (...)
30/05 – B (4)	(...) disse ser vítima de um conluio do Ministério Público e da Polícia Federal com vistas “a destruir um parlamentar” (...)	(...) dijo ser víctima de una conspiración del Ministerio Publico y de la Policía Federal a fin de “destruir a un parlamentario” (...)	(...) dijo ser víctima de una conspiración del Ministerio Publico y de la Policía Federal <u>destinada a</u> “destruir a un parlamentario” (...)
30/05 – B (5)	Depressão, remédios para dormir, fuga dos amigos e uma campanha sistemática, a mais orquestrada da história do Brasil.	Depresión, medicamentos para dormir, evitación de amigos y una campaña sistemática, la más orquestada de la historia de Brasil.	Depresión, medicamentos para dormir, evitación de amigos y una campaña sistemática, la más <u>organizada</u> de la historia de Brasil.
30/05 – B (6)	Parece um fato pequeno, mas acho que minha atuação era pautada mais pelos homens do que por Deus.	Parece un hecho poco, pero creo que mi actuación era orientada más por los hombres que por Dios.	Parece <u>poca cosa</u> , pero creo que mi actuación era orientada más por los hombres que por Dios.

31/05 (1)	(...) avaliou que a Rio+20 não terá grandes avanços porque as duas das maiores superpotências (...)	(...) evaluó que la Río+20 no tendrá grandes avances porque las dos más grandes superpotencias (...)	(...) evaluó que la Río+20 no tendrá grandes avances porque las dos <u>principales</u> superpotencias (...)
31/05 (2)	O diretor ressaltou ainda que “as questões ambientais não devem ser vistas isoladamente, devem englobar também as questões sociais e econômicas”.	El director señaló aún que “las cuestiones ambientales no deben ser vistas de forma aislada, debe también abarcar las cuestiones sociales y económicas”.	El director señaló <u>además</u> que “las cuestiones ambientales no deben ser vistas de forma aislada, <u>deben</u> también abarcar las cuestiones sociales y económicas”.
27/06 (1)	Dividida, Representação Brasileira não vota declaração contra deposição de Lugo	Dividida, Representación Brasileña no vota declaración contra deposición de Lugo	Dividida, <u>Representación</u> Brasileña no vota declaración contra deposición de Lugo
27/06 (2)	O debate ocorreu três dias antes da próxima reunião de cúpula do Mercosul, na cidade argentina de Mendoza, quando já não deverá estar presente a delegação do Paraguai (...)	El debate ocurrió tres días antes de la próxima reunión de cumbre del Mercosur, en la ciudad argentina de Mendoza, cuando ya no se encontrará la delegación de Paraguay (...)	El debate <u>ocurrió</u> tres días antes de la próxima reunión de cumbre del Mercosur, en la ciudad argentina de Mendoza, cuando ya no se <u>encontraría</u> la delegación de Paraguay (...)
27/06 (3)	E seis dias antes da primeira sessão do ano do Parlasul, em Montevideu, quando tomarão posse os novos componentes da representação argentina no parlamento.	Y seis días antes de la primera sesión del año de Parlasur, en Montevideo, cuando tomarán posesión los nuevos componentes de la representación argentina en el parlamento.	Y seis días antes de la primera sesión del año de Parlasur, en Montevideo, cuando <u>tomarían</u> posesión los nuevos componentes de la <u>representación</u> argentina en el parlamento.
27/06 (4)	(...) o deputado José Stédile (PSB-RS) apresentou o texto de uma declaração a ser aprovada pela Representação Brasileira.	(...) el diputado José Stédile (PSB-RS) presentó el texto de una declaración que la Representación Brasileña debe aprobar.	(...) el diputado José Stédile (PSB-RS) presentó el texto de una declaración que la <u>Representación</u> Brasileña <u>debería</u> aprobar.

27/06 (5)	Segundo o texto, a representação manifestaria a “sua firme condenação à ruptura da ordem democrática ocorrida na República do Paraguai por ocasião da sumária destituição do governo democraticamente eleito do presidente Fernando Lugo”.	Según el texto, la representación manifestaría “su enérgica condenación a la ruptura de la orden democrática ocurrida en la República de Paraguay por la ocasión de la destitución sumaria del gobierno democráticamente elegido del presidente Fernando Lugo”.	Según el texto, la representación manifestaría “su enérgica <u>condena</u> a la ruptura <u>del</u> orden <u>democrático</u> ocurrida en la República de Paraguay por la ocasión de la destitución sumaria del gobierno democráticamente elegido del presidente Fernando Lugo”.
27/06 (6)	E que, por isso, a representação paraguaia não poderia participar da próxima sessão do parlamento regional, no dia 2 de julho.	Y que, por lo tanto, la representación paraguaya no podría participar de la próxima sesión del parlamento regional, el 2 de julio.	Y que, por lo tanto, la <u>representación</u> paraguaya no podría participar de la próxima sesión del parlamento regional, el 2 de julio.
27/06 (7)	Por sua vez, o deputado Mendes Thame (PSDB-SP) sugeriu que se retirasse do texto a interpretação segundo a qual, por analogia, o Paraguai estaria suspenso do Parlasul.	A su vez, el diputado Mendes Thame (PSDB-SP) sugirió la retirada del texto la interpretación según la cual, por analogía, el Paraguay estaría suspendido del Parlasur.	A su vez, el diputado Mendes Thame (PSDB-SP) sugirió la retirada del texto <u>de</u> la interpretación según la cual, por analogía, el Paraguay estaría suspendido del Parlasur.
27/06 (8)	Stédile concordou com as mudanças, mas o plenário permaneceu dividido.	Stédile concordó con los cambios, pero el plenario se quedó dividido.	Stédile concordó con los cambios, pero el <u>plenario</u> se quedó dividido.
<b>28/06 – A</b> (1)	Uma das emendas, de 2009, tem o objetivo de aumentar, no âmbito do Banco Mundial, a participação dos países em desenvolvimento no processo de tomada de decisões, tornando-o mais democrático.	Una de las enmiendas, de 2009, tiene como objetivo aumentar, en el ámbito del Banco Mundial, la participación de los países en desarrollo en el proceso de toma de decisiones, lo que le hace más democrático.	Una de las enmiendas, de 2009, tiene como objetivo aumentar, en el ámbito del Banco Mundial, la participación de los países en desarrollo en el proceso de toma de decisiones, lo que <u>lo</u> hace más democrático.

28/06 – A (2)	A outra alteração, aprovada pela Resolução 417/87 da Junta Governativa do Bird, aumenta o número de votos necessários para modificar a Convenção, com o intuito também de dar maior legitimidade às medidas adotadas pelo banco.	El otro cambio, aprobado por la Resolución 417/87 de la Junta Governativa del Bird, aumenta el número de votos necesarios para modificar la Convención, con el fin también de dar mayor legitimidad a las medidas adoptadas por el banco.	El otro cambio, aprobado por la Resolución 417/87 de la Junta Governativa del Bird, aumenta el número de votos necesarios para modificar la <u>convención</u> , con el fin también de dar mayor legitimidad a las medidas adoptadas por el banco.
28/06 – A (3)	(...) o senador Fernando Collor (PTB-AL) destaca que o governo federal considera positivas as mudanças realizadas na Convenção, uma vez que beneficiam os países em desenvolvimento em conjunto, os quais são maioria entre os membros do Bird.	(...) el senador Fernando Collor (PTB-AL) señala que el gobierno federal considera positivos los cambios realizados en la Convención, una vez que benefician a los países en desarrollo en conjunto, que son la mayoría entre los miembros del Bird.	(...) el senador Fernando Collor (PTB-AL) señala que el gobierno federal considera positivos los cambios realizados en la <u>convención</u> , una vez que benefician a los países en desarrollo en <u>su</u> conjunto, que son la mayoría entre los miembros del Bird.
28/06 – A (4)	Vistos	Visados	<u>Visas</u>
28/06 – A (5)	O Plenário também aprovou o projeto de decreto legislativo (PDS 123/2012) que ratifica acordo firmado por Brasil e União Europeia sobre isenção de vistos de curta duração para portadores de passaportes comuns.	El Plenario también aprobó el proyecto de decreto legislativo (PDS 123/2012) que ratifica el acuerdo firmado por Brasil y Unión Europea sobre exención de visado de corto plazo para titulares de pasaportes ordinarios.	El Plenario también aprobó el proyecto de decreto legislativo (PDS 123/2012) que ratifica el acuerdo firmado por Brasil y Unión Europea sobre exención de <u>visa</u> de corto plazo para titulares de pasaportes ordinarios.
28/06 – A (6)	(...) lembrou que o Brasil já havia assinado acordos de isenção de vistos isoladamente com vários países europeus antes de ingressarem na União Europeia.	(...) recordó que Brasil ya había firmado acuerdos de exención de visados con varios países europeos por separado antes de su unión a la Unión Europea.	(...) recordó que Brasil ya había firmado acuerdos de exención de <u>visas</u> con varios países europeos por separado antes de su <u>incorporación</u> a la Unión Europea.
28/06 – A (7)	(...) contribuindo para afastar eventuais distorções de aplicação da isenção do visto em diferentes Estados membros (...)	(...) ayudando a eliminar cualesquieras distorsiones de la aplicación de la exención de visado en distintos Estados miembros (...)	(...) ayudando a eliminar <u>las</u> distorsiones de la aplicación de la exención de <u>visado</u> en distintos Estados miembros (...)

<b>28/06 – B</b> (1)	A proposta consta do Projeto de Lei de Conversão 13/2012, decorrente da Medida Provisória 559/2012, que agora segue para sanção presidencial.	La propuesta consta del Proyecto de Ley de Conversión 13/2012, decurrente de la Medida Provisoria 559/2012, que ahora sigue para sanción presidencial.	La propuesta consta del Proyecto de Ley de Conversión 13/2012, decurrente de la <u>Medida Provisoria</u> 559/2012, que ahora sigue para sanción presidencial.
28/06 – B (2)	(...) com a redução no tempo médio dos processos licitatórios de 240 para 80 dias – em alguns casos tendo o processo concluído em até 20 dias – e a redução média de 15% nos custos das obras.	(...) con la reducción en el tiempo medio de procesos de licitación de 240 para 80 días – en algunos casos con el proceso concluido dentro de 20 días – y la reducción promedia del 15% en los costos de las obras.	(...) con la reducción en el tiempo <u>promedio</u> de procesos de licitación de 240 para 80 días – en algunos casos con el proceso concluido dentro de 20 días – y la reducción <u>promedio</u> del 15% en los costos de las obras.
28/06 – B (3)	(...) mas estamos defendendo a extensão do regime diferenciado não apenas nas obras de saúde e educação do PAC (...)	(...) pero estamos defendiendo la ampliación del régimen diferenciado no sólo en las obras de salud y educación del PAC (...)	(...) pero estamos defendiendo la ampliación del régimen diferenciado no sólo en las obras de <u>salud</u> y educación del PAC (...)
28/06 – B (4)	Eu quero muito que o Brasil seja competitivo e que as obras sejam realizadas, mas eu tenho zelo pelo dinheiro público.	Quiero mucho que Brasil sea competitivo y que las obras se realicen, pero tengo celo por el dinero público.	Quiero mucho que Brasil sea competitivo y que las obras se realicen, pero tengo <u>cuidado con</u> el dinero público.
<b>12/07</b> (1)	A suspensão do Paraguai removeu o obstáculo à Venezuela criado pela ausência de uma decisão formal do Parlamento de Assunção.	La suspensión de Paraguay retiró el obstáculo a Venezuela creado por la ausencia de una decisión formal del Parlamento de Asunción.	La suspensión de Paraguay retiró el obstáculo a Venezuela creado por la ausencia de una decisión formal del <u>Senado del Paraguay</u> .
12/07 (2)	(...) o chanceler disse que a decisão se baseou no Protocolo de Ushuaia, assim chamado em homenagem à cidade argentina em que foi assinado (...)	(...) el canciller dijo que la decisión se basó en el Protocolo de Ushuaia, cuyo nombre rende homenaje a la ciudad argentina donde fue firmado (...)	(...) el canciller dijo que la decisión se basó en el Protocolo de Ushuaia, cuyo nombre <u>rinde</u> homenaje a la ciudad argentina donde fue firmado (...)
<b>16/08</b> (1)	Plano Nacional de Logística é bem recebido em Plenário	Plan Nacional de Logística es bien recibido en Plenario	Plan Nacional de Logística es bien recibido en <u>el Pleno</u>



16/08 (2)	O Plano Nacional de Logística, apresentado na quarta-feira (15) pela presidente Dilma Rousseff, foi elogiado em Plenário por parlamentares da base governista, que ressaltaram a retomada dos investimentos em infraestrutura no país.	El Plan Nacional de Logística, presentado el miércoles (15) por la presidenta Dilma Rousseff, fue elogiado en Plenário por los parlamentarios de la coalición del gobierno, que resaltaron la retomada de las inversiones en infraestructura en el país.	El Plan Nacional de Logística, presentado el miércoles (15) por la presidenta Dilma Rousseff, fue elogiado en <u>Pleno</u> por los parlamentarios de la coalición del gobierno, que señalaron la resaltaron <u>el reinicio</u> de las inversiones en infraestructura en el país.
16/08 (3)	Vemos a produção agropecuária e industrial brasileira presa num forte gargalo de transportes.	Vemos la producción agropecuaria e industrial brasileña gravemente embarazada en los transportes.	Vemos la producción agropecuaria e industrial brasileña gravemente <u>afectada</u> en los transportes.
16/08 (4)	Os modais ferroviário e hidroviário ainda são desprezados pelo governo.	Las redes de ferrovías y canales siguen siendo despreciados por el gobierno.	Las redes de ferrovías y canales siguen siendo <u>despreciadas</u> por el gobierno.
16/08 (5)	Rondônia espera que o governo federal avance no projeto de continuação da Fico, pois além de aproximar o estado dos grandes centros do país (...)	Rondonia espera que el gobierno federal avanzar en el proyecto de continuación de la Fico, pues además de aproximar el estado de los grandes centros del país (...)	Rondonia espera que el gobierno federal <u>avance</u> en el proyecto de continuación de la Fico, <u>pues</u> además de <u>acercar</u> el estado <u>a</u> los grandes centros del país (...)
16/08 (6)	O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou o lançamento do plano e previu que as medidas não serão bem-sucedidas.	El senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticó el lanzamiento del plan y previo que las medidas no tendrán éxito.	El senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticó el lanzamiento del plan y <u>previo</u> que las medidas no tendrán éxito.
16/08 (7)	(...) quando Dilma chefiava a Casa Civil.	(...) cuando Dilma dirigía a la Casa Civil.	(...) cuando Dilma <u>dirigía la</u> Casa Civil.
16/08 (8)	Dos mais de R\$ 1,2 bilhão de previstos para investimento, pouco mais de R\$ 100 milhões foram efetivamente realizados.	De los más de R\$ 1.200 millones previstos para inversión, poco más de R\$ 100 millones fueron realizados en realidad.	De los más de R\$ 1.200 millones previstos para inversión, poco más de R\$ 100 millones fueron <u>efectivamente usados</u> .

16/08 (9)	Espero que eu não tenha razão, que o futuro me desminta numa previsão muito pessimista que tenho em relação à realização efetiva desse programa.	Espero que yo no tenga la razón, que el futuro desmienta a mí en una predicción muy pesimista que tengo en relación a la realización efectiva de este programa.	Espero que yo no tenga la razón, que el futuro <u>me desmienta en</u> una predicción muy pesimista que tengo en relación a la realización efectiva de este programa.
<b>23/08</b> (1)	Aloysio Nunes quer regulamentar greve no serviço público	Aloysio Nunes quiere regular huelga en lo servicio público	Aloysio Nunes quiere regular huelga en <u>el</u> servicio público
23/08 (2)	A Constituição de 1988 fará 24 anos em outubro (...)	La Constitución de 1988 hará 24 años en octubre (...)	La Constitución de 1988 <u>hará</u> 24 años en octubre (...)
23/08 (3)	(...) afirmou Aloysio Nunes em entrevista à Agência Senado.	(...) afirmó Aloysio Nunes en entrevista a la Agencia Senado.	(...) afirmó Aloysio Nunes en entrevista a la <u>Agencia Senado</u> .
<b>22/11</b> (1)	E disse que o Brasil pode ajudar aquele país do sul da África a diversificar as suas exportações, atualmente compostas principalmente pelo fumo.	Y dijo que Brasil puede ayudar aquel país del sur de África a diversificar sus exportaciones, que actualmente compuestas principalmente por el tabaco.	Y dijo que Brasil puede ayudar aquel país del sur de África a diversificar sus exportaciones, que actualmente <u>son</u> compuestas principalmente por el tabaco.
22/11 (2)	(...) o Brasil teria “potencial para contribuir com esforços do Maláui para diversificar a sua produção agrícola”.	(...) Brasil tendría “potencial para contribuir con esfuerzos de Malawi para diversificar su producción agrícola”.	(...) Brasil tendría “potencial para contribuir con <u>los</u> esfuerzos de Malawi para diversificar su producción agrícola”.
22/11 (3)	(...) os governos do Brasil e do Japão poderão estender ao Maláui o programa Pró-Savana, de estímulo à agricultura, que vem sendo desenvolvido em Moçambique.	(...) los gobiernos de Brasil y Japón podrán ampliar el programa Pro-Savannah, de estímulo a la agricultura, a Malawi que se está desarrollando en Mozambique.	(...) los gobiernos de Brasil y Japón podrán ampliar <u>a Malawi</u> el programa Pro-Savannah, de estímulo a la agricultura, que se está desarrollando en Mozambique.
22/11 (4)	(...) a Petrobras e a Vale já começaram a desenvolver atividades de prospecção no Congo, que tem um dos maiores potenciais minerais do mundo, estimadas, como informou, em US\$ 35 trilhões.	(...) Petrobras y Vale ya empezaron a desarrollar actividades de prospección en el Congo, que cuenta con un de los potenciales minerales más grandes del mundo, calculas, como informó, en US\$ 35 billones.	(...) Petrobras y Vale ya empezaron a desarrollar actividades de prospección en el Congo, que cuenta con <u>uno</u> de los potenciales minerales más grandes del mundo, <u>calculado</u> , como informó, en <u>US\$ 35 mil millones</u> .

<b>28/11</b> (1)	Criação da Emgebio pode afastar investimentos, advertem especialistas	Creación de la Emgebio puede alejar inversiones, advierten expertos	<u>Expertos advierten para riesgo de empresa pública de la biodiversidad</u>
28/11 (2)	A criação de uma empresa estatal com direito ao monopólio de patentes originadas de pesquisa da biodiversidade brasileira (...)	La creación de una empresa estatal con derecho al monopolio de patentes originadas a partir de investigación de la biodiversidad brasileña (...)	La creación de una empresa estatal con derecho al monopolio de patentes originadas a partir <u>de la</u> investigación de la biodiversidad brasileña (...)
28/11 (3)	O autor da proposta disse que está aberto a promover aperfeiçoamentos no texto, que, depois da CCT, ainda será examinado (...)	El autor de la propuesta dijo que está dispuesto a promover mejoras en el texto, que, después de CCT, también será examinado (...)	El autor de la propuesta dijo que está dispuesto a promover mejoras en el texto, que, después <u>de la</u> CCT, también será examinado (...)
28/11 (4)	A comunidade internacional tem muito interesse na Amazônia.	La comunidad internacional está muy interesada en Amazonia.	La comunidad internacional está muy interesada <u>en la</u> Amazonia.
28/11 (5)	(...) levando em conta a necessidade de repartição de benefícios de produtos feitos com recursos dos biomas brasileiros “com populações tradicionais e indígenas guardiãs dessa biodiversidade”.	(...) teniendo en cuenta la necesidad de compartir beneficios de los productos hechos con recursos de los biomas brasileños “con poblaciones tradicionales e indígenas guardianes de esta biodiversidad”.	(...) teniendo en cuenta la necesidad de compartir beneficios de los productos hechos con recursos de los biomas brasileños “con <u>poblaciones</u> tradicionales e indígenas guardianes de esta biodiversidad”.
<b>05/12</b> (1)	O conflito está instalado, e a questão já foi judicializada.	El conflicto está instalado, y la cuestión ya ha sido enjuiciada.	El conflicto está instalado, y la cuestión ya ha sido <u>llevada a juicio</u> .
05/12 (2)	Com a redução de 1% prevista a cada ano, os mais ricos atingiriam a alíquota de 4% em oito anos.	Con la reducción prevista del 1% a cada año, los más ricos alcanzarían la alícuota del 4% en ocho años.	Con la reducción prevista del 1% a cada año, <u>se alcanzaría</u> la alícuota del 4% en ocho años.
05/12 (3)	4 parágrafos inteiros	4 párrafos enteros	<u>LL</u>
<b>13/12</b> (1)	Seguindo uma prática incentivada pela Organização das Nações Unidas (ONU) (...)	Al seguir una práctica de incentivo de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) (...)	Al seguir una práctica de incentivo de la Organización de <u>[ ]</u> Naciones Unidas (ONU) (...)

20/12 (1)	Exame de vetos e Orçamento serão votados em 2013	Examen de vetos y Presupuesto se votarán en 2013	<u>Vetos se votarán en 2013</u>
20/12 (2)	A decisão foi tomada em um encontro que reuniu o presidente do José Sarney (PMDB-AP); a vice-presidente do Congresso, deputada Rose de Freitas (PMDB-ES); e líderes partidários do Senado, da Câmara e do governo.	La decisión fue tomada en una reunión que reunió el presidente del Senado, José Sarney (PMDB-AP); la vicepresidenta del Congreso, diputada Rose de Freitas (PMDB-ES); y líderes de los partidos del Senado, de la Cámara y del gobierno.	La decisión fue tomada en una reunión <u>a la que asistieron</u> el presidente del Senado, José Sarney (PMDB-AP); la vicepresidenta del Congreso, diputada Rose de Freitas (PMDB-ES); y líderes de los partidos del Senado, de la Cámara y del gobierno.
20/12 (3)	Além dos vetos presidenciais, ficou para o ano que vem a votação do Orçamento de 2013.	Además de los vetos presidenciales, se postergó al próximo año la votación del Presupuesto de 2013.	<u>LL</u>
20/12 (4)	(...) ficou decidido que tanto a análise dos mais de três mil vetos presidenciais como a votação dos demais projetos na pauta do Congresso, incluindo a Proposta de Lei Orçamentária para 2013, seriam adiadas.	(...) se decidió que se postergarían tanto el análisis de más de tres mil votos vetos presidenciales como la votación de los demás proyectos en la agenda del Congreso, incluso la Propuesta de Ley Presupuestaria para 2013.	(...) se decidió que se postergarían tanto el análisis de más de tres mil <u>votos vetos</u> presidenciales como la votación de los demás proyectos en la agenda del Congreso <u>LL</u> .
20/12 (5)	2 parágrafos inteiros.	2 párrafos enteros.	<u>LL</u>